

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

CAROLINE DE MELO PIRES

**O ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL:
A política ambiental brasileira e o debate no Serviço Social**

PORTO ALEGRE

2022

CAROLINE DE MELO PIRES

O ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL:

A política ambiental brasileira e o debate no Serviço Social

Dissertação apresentada como requisito para o grau de Mestre em Política Social e Serviço Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr Jorge Castellá Sarriera

Co- Orientadora: Dra. Rosa Maria C. Fernandes

PORTO ALEGRE

2022

CAROLINE DE MELO PIRES

O ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL:

A política ambiental brasileira e o debate no Serviço Social

Dissertação apresentada como requisito para o grau de Mestre em Política Social e Serviço Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor Dr Jorge Castellá Sarriera - Orientador

Professora Dra Rosa Maria C. Fernandes - Co-orientadora

Professora Dra Jussara Mendes - UFRGS

Professora Dra Schelica Mozobancyk - UBA

Professora Dra Beatriz Gershenson- PUCRS

PORTO ALEGRE

2022

AGRADECIMENTOS

Após estes longos dois anos de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social (PPGPSSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que aconteceram em meio à pandemia mundial de Covid-19, o que dificultou a convivência com os/as colegas e professoras/es e fez dessa experiência uma experiência um pouco mais solitária do que o usual, venho agradecer primeiramente a Deus, ao Universo e a todas as forças que conjugaram para que eu conseguisse chegar ao final dessa jornada com saúde e vitória.

Agradeço imensamente aos meus pais Gecilda e Márcio por toda a educação escolar e de vida que me deram, sempre respeitando meus tempos e escolhas e, muito mais que isso, participando ativamente da minha formação enquanto pessoa e profissional através do companheirismo e do cuidado. Reconheço o privilégio de ter pais tão presentes e carinhosos e, por isso, sou eternamente grata.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Bruno Peres, que por muitas vezes precisou me segurar, sempre me dando o incentivo necessário para me reerguer e correr atrás dos meus objetivos. Muito obrigada por todos os abraços apertados, por todos os colos, por todo o cuidado e o amor que me deste. Essa é uma vitória nossa.

Agradeço ao meu orientador, Prof Dr Jorge Castellá Sarriera, por todo apoio, confiança e incentivo. Agradeço também por toda a compreensão que pude receber nos meus momentos de maiores dificuldades.

Agradeço à Prof Dra Rosa Maria Castilhos, que veio a se tornar minha co-orientadora, impulsionando e potencializando meu trabalho através de suas orientações sempre bem-humoradas e certeiras.

Agradeço às amigas e aos amigos que estiveram comigo nesta jornada e tornaram meus dias mais agradáveis, nunca me deixando esquecer da importância dos momentos leves.

E, por fim, agradeço também à UFRGS e ao PPGPSSS por mais uma oportunidade de formação de qualidade no ensino público, ao qual todas/os deveriam ter acesso.

RESUMO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, de cunho qualitativo, acerca da questão socioambiental em sua relação com a política ambiental brasileira e com a produção de conhecimentos da categoria de assistentes sociais. A investigação teve como método científico o materialismo histórico-dialético. A pesquisa teve como objetivo geral: Analisar a política ambiental brasileira, no período 2011-2021, com a finalidade de reconhecer como a mesma tem contribuído para o enfrentamento da questão socioambiental. E como objetivos específicos: 1) Identificar os avanços e retrocessos conquistados pela política ambiental brasileira na última década no que concerne à garantia do direito ao meio ambiente para contribuição ao enfrentamento da questão socioambiental e 2) Conhecer o posicionamento da categoria de assistentes sociais através da análise da produção de conhecimentos na área do Serviço Social sobre a questão socioambiental. Para que o primeiro objetivo específico fosse atingido foi realizada uma pesquisa nas Mensagens Presidenciais dos últimos três Planos Plurianuais (PPA) (2012-2015, 2016-2019, 2020-2023) e também nos Pareceres/Relatórios Setoriais da temática de Meio Ambiente nas últimas dez Leis Orçamentárias Anuais (LOA), foram privilegiadas as informações acerca dos orçamentos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e autarquias vinculadas. Quanto ao segundo objetivo específico, foi realizada pesquisa em cinco revistas científicas da área do Serviço Social, além da busca por teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com descritores específicos e considerando o período de 2011 a 2021. Foram encontrados 140 estudos (21 teses, 74 dissertações e 45 artigos científicos) que foram subdivididos em categorias, de acordo com as orientações de Bardin (1977). Identificou-se que o Estado brasileiro, apesar da sua robusta legislação ambiental, não vem contribuindo efetivamente para o enfrentamento da questão socioambiental. Complementarmente, atesta-se que a categoria de assistentes sociais vem se posicionando de forma crítica frente à problemática ambiental, cada vez mais incorporando a questão socioambiental enquanto objeto de trabalho.

Palavras-chave: Questão Socioambiental. Serviço Social. Política Ambiental Brasileira.

ABSTRACT

The present study is the result of an exploratory, bibliographical and documentary research, of qualitative nature, about the socio-environmental issue in its relationship with Brazilian environmental policy and with the production of knowledge of the category of social workers. The investigation had historical-dialectical materialism as a scientific method. The research had as general objective: To analyze the Brazilian environmental policy, in the period 2011-2021, in order to recognize how it has contributed to facing the socio-environmental issue. And as specific objectives: 1) To identify the advances and setbacks achieved by Brazilian environmental policy in the last decade with regard to guaranteeing the right to the environment to contribute to the confrontation of the socio-environmental issue and 2) To know the position of the category of social workers through the analysis of the production of knowledge in the area of Social Work on the socio-environmental issue. In order to pursue the first specific objective, a search was carried out in the Presidential Messages of the last three Pluriannual Plans (PPA) (2012-2015, 2016-2019, 2020-2023) and also in the Sectoral Opinions/Reports on the environmental subject in the last ten Annual Budget Laws (LOA), the information sought was about the budgets of the Ministry of the Environment (MMA) and related agencies. As for the second specific objective, a research was carried out in five scientific journals in the area of Social Work, in addition to the search for theses and dissertations in the Catalog of Theses and Dissertations of CAPES, with specific descriptors and considering the period from 2011 to 2021. 140 studies were found (21 theses, 74 dissertations and 45 scientific articles) that were subdivided into categories, according to Bardin's (1977) guidelines. It was identified that the Brazilian State, despite its robust environmental legislation, has not been effectively contributing to addressing the socio-environmental issue. In addition, it was attested that the category of social workers has been critically positioning itself in the face of environmental issues, increasingly incorporating the socio-environmental issue as an object of work.

Keywords: Socio-Environmental Issue. Social Work. Brazilian Environmental Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de Tabela de Despesa por Unidade Orçamentária (MMA)	76
Figura 2 - PLOA 2013, Grupo de Natureza de Despesa	80
Figura 3 - PLOA 2014, Grupo de Natureza de Despesa	80
Figura 4 - PLOA 2015, Grupo de Natureza de Despesa	81
Figura 5 - PLOA 2016, Grupo de Natureza de Despesa	81
Figura 6 - PLOA 2017, Grupo de Natureza de Despesa	82
Figura 7 - PLOA 2018, Grupo de Natureza de Despesa	82
Figura 8 - PLOA 2019, Grupo de Natureza de Despesa	83
Figura 9 - PLOA 2020, Grupo de Natureza de Despesa	83
Figura 10: PLOA 2021, Grupo de Natureza de Despesa	84
Figura 11 - PLOA 2022, Grupo de Natureza de Despesa	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantificação das Categorias por Veículo de Informação	43
Tabela 2 - Quantificação das Categorias por Ano de Publicação	45
Tabela 3 - Receita Estimada para o Ministério do Meio Ambiente, segundo as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de 2012 a 2021, em bilhões (R\$)	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Número de Artigos Encontrados por Revista	21
Quadro 2 - Manifestos e Documentos sobre Questão Socioambiental Encontrados no Site do CFESS	22
Quadro 3 - Categorias e Subcategorias	41
Quadro 4 - Referências ao Meio Ambiente nas Últimas três Mensagens Presidenciais (PPAs)	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TRILHAS METODOLÓGICAS	17
2 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E CAPITALISMO: PONTO DE PARTIDA	25
2.1 A INTERLOCUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL	27
2.2 A DIMENSÃO AMBIENTAL NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL	33
2.2.1 Questão Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável: Um Desafio Ético-Político ao Serviço Social	37
2.2.2 Resultados da Pesquisa Bibliográfica: O debate socioambiental no Serviço Social na última década (2011-2021)	40
2.2.3 Discussão dos Achados	47
2.2.4 Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico	50
2.2.5 Gestão e Políticas Públicas	53
2.2.6 Resistências e Lutas Ambientalistas	54
2.2.7 Questão Socioambiental e Serviço Social	56
3 O PAPEL DO ESTADO: ENTRE A PROMOÇÃO E A REDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	58
3.1 POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS	60
3.2 A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA NO ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	66
3.2.1 Mensagens Presidenciais nos Planos Plurianuais	67
3.2.2 O Meio Ambiente no Orçamento Federal	73
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	109
ANEXO A - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA POR PERÍODOS (1930-2015), POR MOURA (2016, P.24-25)	109
APÊNDICES	112
APÊNDICE A - RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA ORGANIZADOS POR CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS	112
APÊNDICE B - TABELA DE DESPESAS AUTORIZADAS E EXECUTADAS POR UO (2012-2021)	150

1 INTRODUÇÃO

São muitas as inquietações que me levaram a desenvolver uma pesquisa tendo como objeto de estudo sobre o enfrentamento à questão socioambiental no Brasil. Desde um fascínio pessoal pela Natureza e sua preservação, que fizeram de mim uma defensora de seus direitos e integridade desde sempre, até o atual momento em que nos encontramos, neste século XXI, que reivindica que cada uma de nós tome partido ao seu lado para que nossa própria existência enquanto espécie humana seja preservada.

Enquanto vivemos um momento histórico de pandemia mundial, muito temos a repensar sobre nossos hábitos e nosso próprio lugar neste mundo. As gerações que agora se encontram neste espaço de tempo nunca tiveram sua vulnerabilidade como seres vivos tão escancarada diante de si. Vivemos no único planeta com vida encontrado até hoje e ele está doente, assim como muitos de nós. O Coronavírus, causador da Covid-19, que pôs tantos seres humanos a óbito, lastimou grande parte do nosso mundo, mas mais que isso, mostrou o quanto viemos nos distanciando da Natureza e o quanto são frágeis as instituições que criamos. Estivéssemos em um mundo onde as leis e os ciclos da Natureza fossem respeitados e provavelmente os agravos ambientais, pelos quais passamos agora, talvez não estivessem tão acirrados. Porém, nos encontramos neste momento numa ressaca ambiental que apenas nos devolve aquilo que lhe entregamos durante séculos, *devastação* e acirramento das *desigualdades sociais*.

Os últimos anos trouxeram uma avalanche de informações acerca da triste realidade ambiental brasileira: do crescente desmatamento de nossas florestas e biomas, assim como o aumento em quantidade e extensão de queimadas nos mesmos, tanto naturais quanto criminosas; da situação dos garimpos ilegais nos rios amazônicos e em terras indígenas; da poluição cotidiana dos oceanos através do despejo de rejeitos industriais; da alta circulação de navios de grande porte, exploração petrolífera e derramamentos de óleo acidentais no mar, além da matança extensiva dos seres marinhos pela pesca predatória; da possibilidade de tragédias ambientais gigantescas, como os rompimentos das barragens de Mariana/MG (2015) e Brumadinho/MG (2019) que destruíram comunidades inteiras, deixando centenas de famílias desabrigadas e contaminando o gigante Rio Doce, que abastece diversas comunidades indígenas e ribeirinhas e serve de casa e alimento para milhares de espécies; as fortes tempestades e chuvas como as ocorridas no ano de 2022 em Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, entre tantas outras situações.

O pesar quando calamidades como estas acontecem é imenso, mas ainda vivemos sob o doutrinário desenvolvimentista de que sacrifícios são necessários em nome do progresso e do desenvolvimento econômico. Mas quem decide quem sacrificar? As relações de poder por detrás dos desastres ambientais são um fator determinante para o seu entendimento e combate e, numa sociedade onde o que impera é o lucro, não seria surpreendente descobrir que até mesmo esses grandes desastres são passíveis de geração de proventos para aqueles que se encontram no poder.

A defesa da Natureza e seus biomas são também defesa dos direitos humanos, pois somos parte do planeta Terra e o trazemos em nosso sangue. A ruptura do processo metabólico entre humanidade e Natureza, em que a maior parte daquela foi apartada de seu meio até não restar outra opção senão vender sua força vital através do trabalho assalariado fez perecer não só as faculdades corporais dos trabalhadores, mas também sua natureza interna a ponto de não nos reconhecermos mais enquanto animais, enquanto unos com a Natureza. Todos perdem nessa história, até mesmo aqueles que acham que ganham.

Segundo IBGE Educa (2022), os biomas do Brasil são: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal. Sendo que:

A Floresta Amazônica é considerada a maior diversidade de reserva biológica do planeta, com indicações de que abriga, ao menos, metade de todas as espécies vivas do planeta. Já o Cerrado é considerado a savana com maior biodiversidade do mundo. Já a Mata Atlântica conta com recursos hídricos que abastecem 70% da população nacional.

A capacidade do planeta Terra de se autorregular vem sendo comprometida pela atividade humana desde o século XIX, quando o homem passa a utilizar combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, para geração de energia e promoção de atividades industriais, transformando assim o modo de se existir no mundo e de se relacionar com ele. Porém, a queima em grande escala desses combustíveis provoca alterações substanciais na temperatura e clima do planeta Terra, pois geram gases de efeito estufa que retêm o calor do sol na atmosfera terrestre e, com isso, aumentam a temperatura do planeta (ONU BRASIL, 2022).

Mudanças no clima sempre aconteceram em nosso planeta, que se autorregula conforme variações naturais, como por exemplo as variações do ciclo solar (Ibidem). A Terra tem o seu próprio tempo, seus ecossistemas se renovam e se regeneram conforme as estações e as interações entre os seres e os biomas, porém, a atividade humana vem pressionando os recursos e ciclos naturais do planeta de tal forma que este cada vez mais encontra dificuldades para se auto sustentar. O resultado dessa interação desequilibrada origina transformações

ecológicas que podem ser nocivas à continuidade da vida no planeta Terra. Segundo Artaxo (2020, p.61), as mudanças climáticas provocam alterações nas chuvas, nas temperaturas, no nível e na química das águas costeiras, nos ecossistemas e, “além de outros, na distribuição da biodiversidade, inclusive na distribuição de vetores transmissores de doenças. Essas mudanças interagem entre si e com ‘múltiplos estressores’ sociais e ambientais que podem ampliar seus impactos”.

As consequências dessas alterações climáticas já são sentidas. Atualmente, basta ligarmos a televisão que já somos soterrados/as de informações acerca das repercussões da crise ambiental originada pela interação desarmônica entre humanidade e Natureza. Relatos sobre temperaturas recordes; secas e estiagens; chuvas atípicas e em alto volume que devastam cidades - como Petrópolis/RJ, que teve mais de 200 mortes por deslizamentos em consequência das fortes chuvas em março de 2022 -, são noticiados quase todos os dias. E quase todos os dias é possível ver que quem mais sofre com o desequilíbrio ecológico é a população já vulnerabilizada pelo sistema econômico que, assim como produz riqueza para poucos, produz miséria e degradação ambiental para muitos. (BRASIL, 2022).

As tragédias ambientais decorrentes da mudança climática ou da intervenção humana desregrada imediata, como a mineração e garimpo intensivo, não afetam a todos de maneira igual. São as populações mais pobres que são empurradas para áreas de risco - suscetíveis a deslizamentos e enchentes, por exemplo - por não terem condições de se manter em locais mais centrais e seguros. Quanto às comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, estas se encontram diretamente envolvidas em conflitos socioambientais, seja por invasões em suas terras, seja por contaminações advindas das atividades mineradoras, entre outras. Segundo matéria do Brasil de Fato, de 30 de março de 2021, respaldada por pesquisa da Fiocruz de dezembro de 2020, 100% dos indígenas Munduruku estão contaminados por mercúrio, substância utilizada no garimpo do ouro e que é altamente tóxica para seres humanos e o meio ambiente. Porém, esta não é a realidade dos Munduruku somente, pois os indígenas Yanomami e Ye'keuna também estão contaminados em sua maior parte, sendo que no caso dos Yanomami a contaminação é crônica (RAQUEL, 2021). A intoxicação por mercúrio pode levar à cegueira e à morte, além de implicar em outros sintomas como cansaço, dores, mau funcionamento dos rins e até malformações e retardo no desenvolvimento de fetos.

Esses são exemplos de conflitos de interesses entre diferentes atores sociais que têm por pano de fundo a particularidade ambiental. A desigualdade no acesso e usufruto a recursos naturais ou a espoliação dos mesmos são expressões de uma questão que reflete a assimetria de poder de certos grupos sociais em relação a seu meio. A questão social, expressa por um

conjunto de desigualdades advindas da relação entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2001), encontra na particularidade ambiental uma potente manifestação que intensifica as demais expressões, assim como adverte aos atores envolvidos a necessidade de consciência e organização política. Por isso, neste trabalho, utilizamos o termo *questão socioambiental* para nos referirmos às expressões da desigualdade que se manifestam a priori na relação entre homem e Natureza ou que se dão em consequência do impacto da sociabilidade capitalista no meio ambiente.

Falar de questão socioambiental é também falar sobre acesso à saúde, à moradia, à alimentação, à educação e, até mesmo, à renda. Muitas são as áreas da vida que são afetadas pela mudança climática já em curso, principalmente em um país de economia extrativista, que depende primordialmente de seu clima. Segundo Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, em entrevista à UOL Notícias:

No cenário atual, você tem dois eventos de seca a cada 10 anos, ou seja uma seca a cada cinco anos. Num cenário de aumento de 4 graus centígrados de temperatura, você vai ter cinco eventos de seca a cada dez anos, ou seja, ano sim, ano não vai ter seca (PASSARINHO, 2021).

A agricultura brasileira é completamente dependente do clima, pois não conta com sistema irrigatório expressivo, o que quer dizer que sem chuvas regulares, não há alimento.

Além disso, a predominância do agronegócio no país coloca em risco diversas populações ao utilizar os recursos hídricos de forma abusiva e ao monopolizar as terras para a produção pecuária e de monoculturas que desgastam os solos, além de serem impregnados por grandes quantidades de agrotóxicos que cada vez mais adoecem a população e os ecossistemas (COSTA; ZUMPARO, 2021). Adiciona-se a isso a inflação e o repasse das perdas de safra ou aumentos nos custos da produção aos consumidores e tem-se um cenário de insegurança alimentar (IA) para grande parte da população. Estima-se que no ano de 2021, do total de 211,7 milhões de pessoas, “116,8 milhões conviviam com algum grau de IA (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente para atender suas necessidades (IA moderada ou grave)”. Além destes, não menos que 19 milhões de brasileiros(as) enfrentam a fome. (REDE PENSSAN, 2021, p.35).

A depredação ambiental, principalmente o desmatamento de grandes áreas - como é frequente no bioma amazônico - contribui também para o surgimento de epidemias e pandemias, pois a diminuição da diversidade da fauna colabora para o espraiamento de vírus para a espécie humana. Assim como o Coronavírus, que vitimou muito mais pobres do que

ricos, os agravos ambientais podem ser muito mais fatais às populações empobrecidas do Brasil e do mundo, evidenciando que o debate ecológico precisa levar em conta os malefícios da divisão da sociedade em classes e o sistema capitalista de produção e reprodução da vida se quiser ser verdadeiramente democrático e eficaz na persecução de um projeto societário ambientalmente sustentável.

São dados como estes que demonstram a necessidade de dar visibilidade a este debate, contribuindo para a ampliação do escopo de ações das/os assistentes sociais e inserindo a questão socioambiental como pauta fundamental de luta, pois esta transversaliza os diversos setores da vida humana, colaborando para um maior ou menor acesso a uma vida digna. O meio ambiente, mais do que nunca, torna-se um espaço de luta e disputa política, visto que a escassez (e/ou previsão de escassez) de recursos também movimenta a economia e contribui para a supervalorização de elementos outrora abundantes.

Enquanto assistente social respaldada por um Projeto Ético-Político que preconiza a liberdade e a justiça social, faço parte de uma categoria de profissionais hegemonicamente comprometidas/os com a ampliação dos direitos humanos e de cidadania, na defesa de uma sociedade livre de qualquer tipo de exploração e onde as riquezas sejam equitativamente distribuídas. Nisso incluo também o direito a um meio ambiente saudável e o uso responsável de seus recursos, onde nenhum segmento populacional arque com uma parcela maior de agravos ambientais por estarem em situação de vulnerabilidade e/ou destituídos de poder decisório.

O Serviço Social nunca foi uma profissão estática. A categoria de assistentes sociais, e, neste caso, me refiro principalmente ao Serviço Social brasileiro, sempre acompanhou as evoluções sócio-históricas que tiveram curso no país. Cada vez mais as/os assistentes sociais são chamados a atuar em diferentes frentes e espaços sócio-ocupacionais que, diante da complexidade da vida social moderna, se tornam espaços férteis para a atuação profissional. Segundo Yamamoto (2009, p.367):

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.

Nesta perspectiva, a categoria profissional não pode ficar alheia às transformações societárias decorrentes das intervenções humanas e de projetos societários que violam os

direitos sociais e impactam a vida cotidiana da população. O acirramento das desigualdades sociais e a degradação ambiental são consequências de um modelo de sociedade que tem o capital financeiro, a lógica de mercado, o neoliberalismo e a exploração da classe trabalhadora e dos recursos naturais, como princípios para o seu funcionamento. Assim sendo, os assistentes sociais cada vez mais se conscientizam dos atravessamentos ambientais nas vidas dos/as usuários/as e da população como um todo, como poderá ser constatado através dos resultados da pesquisa bibliográfica realizada nesta caminhada investigativa e que são elucidados ao longo desta dissertação. Por isto temos clareza de que o Serviço Social, hegemonicamente situado ao lado da classe trabalhadora e com uma perspectiva teórico-metodológica marxista, que interpreta os fenômenos sociais à luz da teoria social crítica, pode contribuir sobremaneira para o debate socioambiental a partir de uma interpretação global e totalizante dessa expressão da questão social.

A produção no modo de organização capitalista perpetua e amplia as desigualdades sociais e ambientais, porém, dentro da lógica contraditória deste sistema, também tenta amenizar essas “externalidades” com programas compensatórios como, por exemplo, a defesa de direitos humanos e do meio ambiente (NUNES, 2013). Porém, de acordo com Nunes (2013, p.111), a defesa da natureza em nossa sociedade nem sempre está relacionada e/ou associada a questão social, pois ocorre separadamente, “fazendo com que as dimensões econômica, social, cultural, política e ideológica apareçam desunidas de sentido crítico, pelo fato de que não são compreendidas como partes indispensáveis de uma complexa totalidade”. É neste sentido que a categoria de assistentes sociais, a partir de sua perspectiva crítica e totalizante, pode contribuir não só com seu trabalho junto às populações afetadas pela mudança climática ou pelos conflitos socioambientais, mas também com seu conhecimento teórico-metodológico e ético-político na garantia de um arcabouço teórico que entenda a questão socioambiental não só a partir de seus efeitos, mas também de suas causas.

A ampliação da cidadania, decorrente do alargamento de direitos sociais, é luta constante desta categoria que trabalha majoritariamente no escopo estatal (CORRÊA; REIDEL, 2021) e que tem nas políticas públicas e sociais o seu meio de trabalho privilegiado. A discussão sobre as políticas públicas, entretanto, é complexa, pois nem todas estas políticas conjugam para o fortalecimento da população e seus interesses. Sendo um território de disputas, as políticas públicas e sociais atendem a interesses daqueles com maior poder de pressão sobre o Estado. Neste sentido, o trabalho junto aos movimentos sociais e gestão de políticas pode ser basilar para a garantia de um Estado social de direitos que privilegie as demandas da maioria e antecipe questões que podem vir a intensificar problemas sociais.

Também, não podemos deixar de registrar a importância do trabalho das/os assistentes sociais no âmbito das políticas sociais públicas tais como na saúde, na assistência social, na previdência social, na educação, entre outras. Essas políticas sociais promovem um conjunto de programas e projetos sociais e, embora possuam natureza organizativa e planos focalizados, não há como negar a incidência da questão socioambiental na vida da população usuária destas políticas. É no território que muitos programas são operacionalizados, sendo que as condições ambientais interferem nas vulnerabilidades e até mesmo nos riscos que a população vivencia, sejam os povos e comunidades tradicionais, sejam as mulheres das periferias, os ocupantes de territórios sem saneamento básico ou acesso à água, entre tantos outros fatores.

Ainda, neste cenário, está em curso o desmonte das políticas sociais públicas através da implementação de cortes orçamentários para estas políticas que tanto têm a contribuir para a qualidade de vida da população, citando como exemplo a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos em áreas sociais - como educação, saúde e assistência social - por 20 anos. Podemos citar como exemplo de uma política social que vem perdendo força nos últimos anos - devido às constantes crises do capital, às escolhas políticas dos últimos governos e, também, à crise sanitária do coronavírus instaurada no ano de 2020 - o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) do governo federal, implantado no governo Lula (2003-2011). Tal política consiste na construção de cisternas para a captação de água das chuvas para o semiárido brasileiro - sendo este o clima mais quente do país, com chuvas escassas e longos períodos de seca. Segundo Melito (2020), em 2014 a injeção de recursos para o programa atingiu seu ápice, porém, a partir daí começou a decair, atingindo os patamares mais baixos de financiamento no governo Bolsonaro (2022). De acordo com a matéria se vê que este é um importante programa que vem sendo desmontado nos últimos anos, retirando o direito das famílias do semiárido à água potável e à agricultura familiar e trazendo a fome de volta ao sertão.

Este é um oportuno exemplo de como o Estado, por meio das políticas públicas e sociais, pode intervir significativamente nas expressões da questão socioambiental - seja com apoio àqueles que enfrentam climas adversos ou tragédias ambientais, seja com a prevenção a desastres. A redução de investimentos exemplificada, porém, atenta-nos para a constatação de que, assim como um fomentador de políticas que promovam a qualidade de vida e a defesa socioambiental, o Estado também pode se constituir em um obstáculo à garantia de direitos socioambientais.

Para tanto, o enfrentamento à questão socioambiental pela política ambiental brasileiras, no período de 2011 a 2021, é o que nos interessa nesta pesquisa, direcionando assim a seguinte questão central: De que maneira a política ambiental brasileira no período 2011-2021 vem contribuindo para o enfrentamento da questão socioambiental? Como questões orientadoras elencamos: Quais foram os avanços e retrocessos da política ambiental brasileira quanto ao enfrentamento à questão socioambiental na última década? Qual o posicionamento da categoria de assistentes sociais, em sua produção de conhecimento, em relação à questão socioambiental?

Também, alinhados à questão central desta pesquisa, temos o seguinte objetivo geral: Analisar a política ambiental brasileira, no período 2011-2021, com a finalidade de reconhecer como a mesma tem contribuído para o enfrentamento da questão socioambiental. E os objetivos específicos: 1) Identificar os avanços e retrocessos conquistados pela política ambiental brasileira na última década no que concerne à garantia do direito ao meio ambiente para contribuição ao enfrentamento da questão socioambiental e 2) Conhecer o posicionamento da categoria de assistentes sociais através da análise da produção de conhecimentos na área do Serviço Social sobre a questão socioambiental.

Acreditamos que a resposta a essas perguntas possibilita um passo adiante no entendimento acerca da questão socioambiental no país, avançando no conhecimento sobre sua materialidade e reprodução. A questão socioambiental, como expressão da questão social, tem uma gênese comum - simplificadamente, a desigualdade social resultante da relação entre capital e trabalho - porém, esta é permeada por particularidades e determinações históricas, culturais e territoriais que particularizam sua experiência (PAULO NETTO, 2001). Interessa-nos aqui a particularidade brasileira dessa questão. Particularidade esta que pode acentuar problemas, mas também resistências. Particularidade esta que não nos deixa desistir nem pôr fim ao sonho e à luta por um mundo sensível aos direitos humanos e ambientais. Para tanto, percorremos algumas trilhas metodológicas que nos trouxeram a esta sistematização de conhecimentos.

1.1 TRILHAS METODOLÓGICAS

Para a obtenção dos resultados propostos pelos objetivos, o caminho metodológico percorrido foi a realização de pesquisa qualitativa, de objetivo exploratório, que priorizou a investigação documental e bibliográfica. Acredita-se que este foi o caminho do conhecimento mais apropriado para o momento e que o estudo resultante da pesquisa aqui projetada poderá

adensar este arcabouço de conhecimentos tão essenciais à compreensão da questão socioambiental e seus desdobramentos, pois o método qualitativo “[...] caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. Por isso também é utilizado para a elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias”. (MINAYO, 2014, p.57).

O que difere a pesquisa científica da observação comum de um objeto é o rigor metodológico daquela que, através de sucessivas aproximações da realidade e com análise racional e crítica dos dados, segue um método científico de exploração da verdade (MINAYO, 2014). Neste viés, a pesquisa tem como método científico o materialismo histórico-dialético.

No marxismo, o *materialismo histórico* representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade. Por sua vez, a *dialética* refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais), de realização da crítica das ideologias e das tentativas de articulação entre sujeito e objeto, ambos históricos. (MINAYO, 2014, p.108)

A dialética é o movimento de reconhecimento das relações que compõem o fenômeno. Quando se busca no fato/coisa/fenômeno as relações, determinações e mediações que o conformam, se está investigando dialeticamente, pois se está inferindo que tal fato/coisa/fenômeno não é absoluto, mas envolto em processos que se imbricam e dão sua forma aparente. Os objetos, então, não são mais estáticos. Eles possuem movimento, processos, história. A dialética é inevitavelmente histórica.

Este método de apuração da realidade leva em conta a essência do objeto pesquisado, saindo do meramente aparente quando busca também as origens, contexto histórico e até mesmo os desdobramentos provocados por aquele, ou seja, leva em consideração todas as dimensões do objeto pesquisado, historicizando-o. Para que este procedimento científico seja passível de realização, Marx desenvolveu algumas categorias do método, isto é, “conceitos relevantes e carregados de sentido que permitem expressar os aspectos fundamentais das relações dos seres humanos entre si e com a natureza”. (MINAYO, 2014, p.178). Estas são constructos sociais que advêm da prática social e norteiam o conhecimento a partir da realidade material e objetiva em que vivemos. São algumas categorias do método e que serão utilizadas aqui: a *totalidade*, a *contradição*, a *mediação* e a *historicidade*.

A utilização destas categorias possibilita apreender a realidade de forma concreta e abrangente, levando em consideração principalmente as múltiplas facetas da sociabilidade capitalista que contribuem para a manutenção do atual estado de conservação do meio ambiente e o ideário em torno do mesmo. A sociedade será observada através da *totalidade*, considerando-a como um complexo de complexos, pois, como nos mostra esta categoria, o todo social não é somente um composto das partes, mas os transcende em significado, sem com isso esgotar em significado suas partes constitutivas.

As categorias gerais do todo e de suas partes sofrem aqui uma ulterior complexificação, sem porém serem suprimidas enquanto relação fundamental: todo "elemento", toda parte, é também aqui um todo; o "elemento" é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto. (LUKÁCS, 1979, p. 39-40)

Os elementos que compõem a sociedade, como o mercado, o Estado e suas instituições, entre outros, são percebidos então enquanto totalidades em si, mas também enquanto partes da totalidade maior, o modo capitalista de produção e reprodução da vida. As relações entre esses elementos entre si e também em relação ao complexo maior serão analisadas a partir das categorias *contradição* e *mediação*. Esta última fala das articulações entre as partes dessa totalidade cumprindo a função de passar fenômenos imediatos para mediatos (PONTES, 1995), isto é, perceber as conexões por detrás dos fenômenos que à primeira vista parecem encerrados em si. É através da mediação que saímos do empirismo, que seria a instintiva valorização da realidade imediatamente dada (LUKÁCS, 1979).

Quanto à categoria *contradição*, esta se faz uma das reflexões mais importantes no momento em que se pretende contrastar as relações socioambientais com os conflitos de classe. É a partir da contradição que os processos se desenvolvem, negando-se e sintetizando-se de forma contínua e, assim, movendo a história. Acredita-se que os conflitos socioambientais, por comportarem abusos e resistências, carregam diversas contradições passíveis de análise científica em sua história, tais como os processos de espoliação ambiental que acabam por gerar movimentos sociais em defesa da Natureza de grandes repercussões, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um grande expoente na luta pela distribuição de terras e reforma agrária brasileira.

Já a historicidade vem em auxílio na compreensão do lugar e contexto histórico em que a questão socioambiental se verifica, como por exemplo nesses tempos - em pleno século XXI e no Brasil - de desmonte de um conjunto de políticas sociais públicas, de incentivo ao agronegócio e à invasão de garimpeiros em territórios indígenas, de licenciamentos

ambientais para mineradoras não-idôneas, entre outros. Utilizar-se da historicidade significa cuidar com anacronismos na interpretação dos fatos que compõem a realidade objetiva. Traz ainda LUKÁCS (1979, p.79) que:

a historicidade implica não o simples movimento, mas também e sempre uma determinada direção na mudança, uma direção que se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em-si quanto em relação com outros complexos.

Desta forma, ressaltamos que esta pesquisa identifica o sistema capitalista de produção e reprodução da vida como central para a problemática de conflitos socioambientais, indicando-se assim que, para que pudéssemos atingir o objetivo de *identificar os avanços e retrocessos conquistados pela política ambiental brasileira na última década no que concerne à garantia do direito ao meio ambiente e ao enfrentamento da questão socioambiental*, realizamos pesquisa documental em que os materiais e documentos escolhidos foram analisados em relação aos seus níveis de financiamento e inserção no meio produtivo, já que em uma economia capitalista os níveis de investimento traduzem a importância das mesmas para o respectivo governo executor.

Para que chegássemos a essas informações consideramos como fontes para as buscas os sites do Ministério do Meio Ambiente (MMA); a Mensagens Presidenciais dos últimos três Planos Plurianuais (2012-2015; 2016-2019; 2020-2023) e as últimas dez Leis Orçamentárias Anuais (LOA), onde foram analisados os Relatórios/Pareceres Setoriais relativos ao orçamento do MMA. Os resultados encontrados pela pesquisa documental foram organizados em diferentes quadros e tabelas, como será visto no decorrer do trabalho.

Além disso, este trabalho também contou com uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório sobre a produção de conhecimentos sobre a questão socioambiental na área do Serviço Social considerando o período de 2011-2021, para atender ao objetivo de *conhecer o posicionamento da categoria de assistentes sociais através da análise da produção de conhecimentos na área do Serviço Social sobre a questão socioambiental*. O intuito desta etapa foi averiguar as tendências desta área no que concerne a esta nova demanda para o trabalho das/os assistentes sociais e o entendimento que a categoria tem sobre a temática e sua relação com o objeto desta pesquisa.

Para esta fase a pesquisa bibliográfica considerou as revistas indexadas da área do Serviço Social, quais sejam: revistas *Serviço Social e Sociedade* (A1), da Editora Cortez; *SER Social* (A1), vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Política Social da

Universidade de Brasília (UnB); *Katálysis* (A1), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); *Textos e Contextos* (A2), vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); e, *Temporalis* (B1), editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A escolha dessas referências bibliográficas foi intencional por se tratarem de revistas de grande reputação e circulação na área do Serviço Social, além de serem revistas com avaliações Qualis altas, o que indica a alta qualidade dos periódicos científicos.

A captação de artigos nas revistas citadas aconteceu de forma manual, com a pesquisadora buscando, ano a ano, desde 2011 até 2021, artigos relacionados à temática socioambiental. Foram encontrados, através da análise dos sumários disponíveis online, 45 artigos científicos e constatamos que um número significativo deles (22) encontrava-se somente em edições da revista *Katálysis*. O critério de busca foi o mesmo que para as teses e dissertações, foram considerados artigos que tratassem diretamente sobre temas afeitos à questão socioambiental ou às suas expressões. O quadro 02 apresenta uma síntese dos resultados encontrados nas referidas revistas.

Quadro 1 - Número de Artigos Encontrados por Revista

REVISTA	N. DE ARTIGOS
Serviço Social e Sociedade	4
SER Social	4
Katálysis	22
Textos e Contextos	4
Temporalis	11
Total	45

Fonte: a autora, 2022.

Com relação aos achados da pesquisa bibliográfica nas revistas analisadas, podemos dizer que predominam discussões em torno de temáticas referentes ao contexto socioeconômico em sua relação com a questão socioambiental (AGUIAR; BASTOS, 2012; SILVA; ARAÚJO, 2012; RAMOS; ATAIDE, 2013; SCHONS, 2012; RIERA, 2020;

NASCIMENTO, 2012; NUNES, 2017), assim como sobre conflitos socioambientais (SILVEIRA, SILVA; 2019; ARAÚJO, MENDONÇA, 2019; FÉLIX; SANTOS NETO 2021; VALADÃO; BARCELLOS, 2012; GIONGO, MENDES; 2018; SANTANA; SILVA; 2021; GARZON, 2020; BERTOLLO, 2021), como poderá ser visto na tabela 01 mais adiante neste trabalho. Também é importante dizer que ao longo da dissertação vamos dialogando com as produções e respectivos autores/as encontrados/as nesta busca bibliográfica, permitindo o aprofundamento teórico reflexivo das principais categorias desta investigação, que serão explicitadas no próximo capítulo deste estudo.

A busca de manifestos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) também aconteceu como a busca de artigos científico, isto é, foram procurados ano a ano no sítio do CFESS. A pesquisa apontou dois resultados, conforme quadro 03, organizado por título, autor/ano, resumo e link de acesso. Como se pode ver, há somente um manifesto sobre o tema, referente ao Dia Mundial do Meio Ambiente, de 2012, sendo o segundo resultado um documento em forma de relatório elaborado após seminário sobre saúde ambiental e saúde do trabalhador, em 2007, pelo Grupo de Trabalho em Saúde e Ambiente. A pesquisa foi realizada em abril de 2022.

Quadro 2 - Manifestos e Documentos sobre Questão Socioambiental Encontrados no Site do CFESS

Manifestos CFESS			
Título	Autor / Ano	Resumo	Link de Acesso
CFESS MANIFESTA - DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE Serviço Social, socorro!	Terça, 05 de Junho de 2012.	O dia mundial do meio ambiente, celebrado em 5 de junho, é uma data comemorativa e tem um caráter educativo, em que se pauta o sentido e a necessidade da preservação e da conservação dos recursos naturais. É um convite para pensarmos a forma como estamos nos relacionando com o meio ambiente. Particularmente no nosso país, teremos toda a semana dedicada a este dia, com campanhas e com incentivo ao plantio de árvores, realizações de oficinas sobre reciclagem, coleta seletiva do lixo, uso e reaproveitamento de materiais consumidos no dia a dia. Tais campanhas são importantes? Diríamos que sim, dentro de uma proposta educativa, mas são insuficientes para assegurar de fato a preservação do meio ambiente em sua totalidade.	http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_diamundialambiente-SITE.pdf
CFESS: Livros, Brochuras e Outros			
Seminário sobre Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador e suas interfaces com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (p. 109) In: CFESS Manifesta: Análises Conjunturais	11/10/2007 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO GT Saúde e Ambiente Conselho Nacional de Saúde Comissão Intersetorial de	Este documento foi elaborado pelo Grupo Temático de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) que, juntamente com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente (CISAMA), e a SVS, realizaram um seminário em Brasília para refletir sobre a Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC). 2 - Considerando a magnitude e o impacto do PAC em seus aspectos econômico e social, uma vez que o programa implica em 3.212 ações distribuídas em todo o país, com recursos da ordem de R\$ 503,9 bilhões a serem aplicados entre 2007 e 2010, debateu-se a necessidade de uma agenda de caráter	http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA2005-2008.pdf

	Saneamento e Meio Ambiente - CISAMA (Relatório Resumido)	orientador de curto e médio prazo, visando construir um processo de sustentabilidade sócio-ambiental no PAC, identificando as ações necessárias para garantir o direito à saúde a serem desencadeados no âmbito do estado, academia e movimentos sociais.	
--	--	---	--

Fonte: a autora, 2022.

Quanto à pesquisa junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 2011 a 2021, utilizou-se como descritores: serviço social + socioambiental; serviço social + ecologia; serviço social + sustentabilidade; serviço social + ambiental; e, serviço social + natureza. Foram encontradas 74 dissertações e 21 teses que remetiam aos termos pesquisados, as mesmas podem ser encontradas no Apêndice 1 deste trabalho, já agrupadas conforme categorização. Para que fossem considerados, os achados deveriam ter pelo menos um dos descritores em seu título, palavras-chave ou resumo, além de estar vinculadas a algum Programa de Pós-Graduação de Serviço Social. Também foram levados em conta, trabalhos que remetessem não só à questão socioambiental diretamente, mas a alguma expressão dela como, por exemplo, o acesso aos recursos hídricos, pois entende-se que este é um conflito socioambiental (expressão da questão socioambiental) que já se encontra no escopo de trabalho das/dos assistentes sociais.

Os artigos encontrados nas revistas e os manifestos do CFESS foram organizados em tabelas com título/referência, autor/ano, resumo e link de acesso. Já as teses e dissertações, no primeiro momento, foram dispostas em tabelas vinculadas às palavras-chaves com as quais foram encontradas e organizadas por referência, ano e link de acesso. Os resumos dos estudos acadêmicos foram acessados de forma virtual no momento de análise, pois como os achados foram muitos e seus resumos eram bastante extensos, sua inserção nas tabelas dificultaria a visualização dos resultados. Após a primeira análise dos resumos, porém, as referências foram agrupadas por temáticas, isto é, foram incluídas em diferentes categorias e, em seguida, reagrupadas em subcategorias.

A categorização dos resultados pode ser encontrada nos apêndices deste trabalho. O quadro de referências foi organizado por categoria, subcategoria, referência, tipo/ano, objeto/objetivo geral e link de acesso. Optamos por descrever o objeto/objetivo geral de cada estudo, ao invés de seus resumos, para que fosse possível apresentá-los nos resultados da pesquisa, visto que foram muitos os achados. Salientamos, porém, que seus resumos foram lidos na íntegra no momento de análise dos dados e os mesmos podem ser localizados através do link de acesso disponibilizado.

A análise dos documentos e bibliografias foi realizada através de análise de conteúdo, modo de apreensão em que são empreendidos diferentes modos de leitura para que se possa fazer as inferências e análises dos conteúdos coletados de acordo com os objetivos da pesquisa. Conforme Bardin (1977, p.45-46):

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo).

Segundo Gil (2016), há quatro formas de leitura que conduzem à apropriação dos achados: a *leitura exploratória*, “que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa”; a *leitura seletiva*, que “procede-se [...] à seleção do material que de fato interessa à pesquisa”; a *leitura analítica*, que tem por intenção “ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa”; e, por fim, a *leitura interpretativa*, a qual “tem por objetivo relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução” (GIL, 2016, p.59-60). Este foi o modo com que se chegou aos resultados da pesquisa, os quais serão explicitados nos próximos capítulos.

Para fins de organização, além destas reflexões introdutórias, esta dissertação conta com mais dois capítulos. O capítulo a seguir, Questão Socioambiental e Capitalismo: Ponto de Partida, traz uma contextualização da problemática ambiental em sua relação com a questão social, tendo como origem as contradições oriundas do sistema capitalista de produção. Também insere-se neste capítulo uma introdução aos fundamentos do Serviço Social, seguido da discussão da área socioambiental como um espaço sócio-ocupacional em formação para as/os assistentes sociais. Complementarmente, apresentam-se os resultados da pesquisa bibliográfica sobre o posicionamento do Serviço Social frente ao tema e a respectiva análise dos mesmos.

Já no capítulo 3, O Papel do Estado: Entre a Promoção e a Redução da Política Ambiental, constam a trajetória da política ambiental no Brasil e os resultados da pesquisa documental realizada nos principais documentos de planejamento estratégico e orçamentário do país em sua relação com os investimentos federais na área ambiental. Por fim, a dissertação é concluída com as Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos.

2 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E CAPITALISMO: PONTO DE PARTIDA

De acordo com Karl Marx, há uma relação metabólica entre homem e natureza. Ao transformar a natureza através do trabalho, o homem transforma também a sua própria natureza, ou seja, transforma a si mesmo e a sociedade em que vive. A natureza, porém, independe da ação humana e vem antes dela, preconiza sua existência. A humanidade é gerada enquanto natureza, sendo constantemente transformada e transformadora devido a sua capacidade adaptacional e teleológica.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1983, p.149).

Ao pensar a Natureza enquanto condição de existência da humanidade e esta enquanto parte intrínseca daquela, Marx demonstra o quanto a ação humana possui sentido quando integrada de forma metabólica ao seu meio comum. Quando o ser humano retira e devolve à Natureza, ele é em si Natureza e é em si dotado de significado já que o uso dos recursos naturais provenientes de seus respectivos territórios é intrínseco ao comportamento humano e animal.

Durante milênios, o equilíbrio entre as necessidades humanas e a capacidade natural foi mantido. Mesmo com a descoberta da agricultura e o conseqüente sedentarismo da maioria da humanidade, ainda assim era possível manter um meio ambiente equilibrado e acolhedor, porém, com o início do sistema capitalista de produção e sua conseqüente ideologia de consumo, a estabilidade natural foi severamente prejudicada, assim como a própria natureza humana.

O advento do capitalismo trouxe com ele uma lógica utilitarista que impregnou tanto os humanos quanto a Natureza de juízos de valor até então inexistentes. O meio ambiente passou a ser quantificado, monetarizado, isto é, visto como uma fonte inesgotável de recursos passíveis de geração de lucro; já o homem foi retirado da Natureza, passando agora a exercer sobre ela uma atitude predatória – seja na condição de dono dos meios de produção seja como trabalhador expropriado.

Esse modo de sociabilidade construído sob o utilitarismo trata a Natureza enquanto *recursos naturais* e os seres humanos enquanto *recursos humanos*, ambos submetidos à lógica

produtivista do capital que, com o seu rápido desenvolvimento, não vê fronteiras nem limites para a sua ganância e necessidade de acumulação. É a partir dessa nova racionalidade que a sociedade passa a se reproduzir e, com isso, cada vez mais o homem se afasta da Natureza.

O trabalhador assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura do metabolismo com a natureza: está separado da terra como condição natural de produção; está separado dos instrumentos como intermediários de seu corpo em relação à natureza externa; está separado de um “fundo de consumo” prévio ao trabalho – depende de vender sua força de trabalho para comer –; e está separado do próprio processo de produção como atividade transformadora – à diferença, por exemplo, do servo feudal. É livre, mas essa liberdade deve ser entendida como isolamento, alienação com respeito à natureza externa; é livre porque foram esgarçados os laços do metabolismo com o meio ambiente. É livre no sentido de *isolado*. (FOLADORI, s/a, p.108)

Ao afastar-se da Natureza, as sociedades capitalistas acabam por se adaptar a uma nova forma de trato com o seu meio ambiente. Cada vez mais predatório e poluente, esse sistema de produção e reprodução da vida toma forma como um elemento à parte da Natureza, como se dela independesse, sem reconhecer a sua importância primordial na garantia de sobrevivência do próprio sistema e da vida humana no planeta. O avanço da depredação, do esgotamento de recursos e a produção extensiva de lixo caracterizam o processo de desenvolvimento das sociedades modernas sendo praticamente impossível desatrelar desenvolvimento de poluição, pois “A dinâmica do capital exige a transformação em mercadoria de todos os bens comuns naturais, o que conduz, mais cedo ou mais tarde, à destruição do ambiente”. (LOWY, 2014, p.62)

Os países do Sul em geral são economias extrativas que tendem à superexploração dos recursos naturais que são a base de sua economia, e isso se intensifica devido a outros fatores da dependência como o pagamento da dívida externa e também o financiamento de importações. No entanto, o crescimento das exportações de produtos primários não ocorre da mesma forma que o seu valor econômico, que não cresce na mesma velocidade (MARTINEZ-ALIER apud SANT’ANNA; MOREIRA, 2016).

Além da assimetria no que remete ao poderio econômico, essa dessemelhança de incumbências é nociva aos países pobres não só economicamente, mas também ambientalmente, pois as atividades extrativistas devastam os solos e muitas vezes, devido ao “necessário” deslocamento de comunidades, promovem o êxodo rural e a consequente favelização das grandes cidades, estimulando desta forma não só o desemprego e a pobreza como também o aumento da produção de lixo e outros tipos de agravos ambientais.

2.1 A INTERLOCUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Para uma fundamentação completa e consistente acerca da temática da questão socioambiental é necessário que se façam alguns aportes teóricos relativos às categorias “questão social” e “questão socioambiental”. Identificar, histórica e culturalmente, a gênese de ambas é fundamental para a apreensão das implicações sócio-políticas delas decorrentes.

O termo "questão social", segundo renomados autores (PAULO NETTO, 2001; IAMAMOTO, 2001; PEREIRA, 2001), data de meados da década de 1830, século XIX, e tem seu surgimento relacionado às contradições que surgiam junto com o processo de industrialização dos meios de produção. Este momento histórico, iniciado na Europa Ocidental e mais precisamente chamado de Revolução Industrial, modificou radicalmente a estrutura das relações produtivas e sociais da época. O novo modo de produção, que agora se utilizava também de maquinários especializados e que produziam em larga escala o que anteriormente era somente produzido de forma artesanal, inaugurava a etapa industrial-concorrencial do capitalismo (PAULO NETTO, 2001). Segundo Paulo Netto (2001), pela primeira vez na história registrada, era possível suprimir a pobreza e a pauperização sem extinguir os meios de produção de riqueza, isto é, a riqueza não mais acabava conforme era consumida, pelo contrário, o próprio consumo (e consequente circulação de capital) era uma de suas principais forças motriz.

Entretanto, mesmo com este alto desenvolvimento das forças produtivas, o que se viu foi o acirramento da pauperização da classe trabalhadora, ou melhor, daqueles que não dispunham dos meios de produção, senão da venda de sua própria força vital. Diferentemente dos tempos pré-industriais, as desigualdades sociais e o pauperismo da classe trabalhadora não estavam mais ligados à escassez ou insuficiência de recursos acarretados pelo baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, neste novo cenário eles estavam intimamente associados à própria produção de riqueza, ou seja, o pauperismo passa a ser ele mesmo uma produção *social* e não mais uma consequência da ordem natural (CASTELO, 2010). Esta então era a nova dinâmica da pobreza, uma pobreza que crescia na medida em que se evoluíam os meios para se suprimi-la (PAULO NETTO, 2001).

Esta contradição entre capital e trabalho - entre acumulação de capital e trabalho precarizado - acabou por possibilitar também que os trabalhadores, ao estarem reunidos dentro das fábricas, conseguissem se organizar politicamente para exigir melhorias na sua condição. A própria precarização do trabalho para a acumulação do capitalista trouxe consigo a semente da consciência política necessária para a superação da condição de precariedade e é

através dessa consciência política que os trabalhadores organizados passam a ser uma ameaça à ordem social estabelecida pelo sistema capitalista de produção. Daí decorre que a pauperização da classe trabalhadora, antes vista como um problema individual e moral de seus pertencentes, passa a ser vista como um problema social e coletivo, passível de transformação.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.* (IAMAMOTO, 2001, p.17)

Assim, o que antes era conhecido e naturalizado meramente como pauperismo, passa a ser concebido como “questão social”, pois implicava não somente a desigualdade social promovida pelos discrepantes modos de apropriação da riqueza, mas a realização de que esta não era natural e, sim, (literalmente) fabricada. O termo questão social traz em si, então, não só as mazelas da desigualdade, mas também, como reitera Iamamoto no trecho supracitado, a indignação e a revolta politicamente orientada frente a essa desigualdade.

Nesta disputa de interesses ocasionada pela divisão da sociedade em classes, há que se situar também o posicionamento do Estado frente às diferentes demandas requisitadas pelos atores sociais em disputa. A interferência do Estado no processo de produção e reprodução das relações sociais sob a égide do capitalismo é imprescindível na composição da questão social enquanto uma problemática pública e coletiva. Situar a desigualdade social como um problema a ser regulado pelo Estado foi a garantia da legitimidade desta enquanto questão social.

Por essa perspectiva, a *questão social* constitui um estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista, e o que mais claramente exige definições políticas dos atores em presença. Pois é perante a esse tipo de *questão* que atores sociais, incluindo as profissões, vão se posicionar a favor ou contra o seu mérito e participar da formulação e do controle das respostas políticas que serão dadas a ela nas arenas decisórias, gestoras e executivas. Mas, até chegar a esse ponto, numerosas *calamidades sociais* que foram *naturalizadas* precisam sair desta condição. (PEREIRA, 2001, p.60).

Também é necessário reconhecer que a questão social não é estática, mas se desdobra diferentemente conforme as condições históricas, territoriais e culturais de determinada

sociedade. A questão social assume formas distintas conforme as configurações de exploração e a consciência política dos atores envolvidos; a única característica “estática” da questão social é que ela se dá, impreterivelmente, com as relações *capitalistas* de produção.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (PAULO NETTO, 2001, p.45)

Quanto a seus reflexos, estes se expressam das mais variadas formas, como pobreza e miserabilidade, desemprego, violência urbana, falta de acesso a serviços essenciais como moradia, água potável, energia elétrica, saneamento básico, saúde pública e educação, além de outros que se manifestam conforme as particularidades do momento histórico, como por exemplo, a devastação econômica e social deixada pela pandemia de coronavírus - ou melhor, pelo modo como esta foi encarada pelos governos liberais. Segundo o World Bank (2021) “Depois de ter experimentado a maior queda do PIB (-4,1 por cento em 2020) na história recente, a economia brasileira está se recuperando de forma desequilibrada, com vários indicadores do mercado de trabalho em níveis mais baixos que no período pré-pandemia”.

Outros atravessamentos que acentuam sobremaneira a questão social (e que também são acentuados por ela) são aqueles que se referem a preconceitos regionais e morais que acabam por dividir internamente a classe trabalhadora, como o racismo e xenofobia, o machismo e a LGBTQIA+fobia. Todos estes fatores, assim como as desigualdades entre os países e continentes provocada pela desigual divisão internacional do trabalho e os processos de imperialismo, devem ser levados em conta como especificidades da questão social que demandam diferentes intervenções para sua amenização. Como sustenta Paulo Netto (2001, p.49): “A caracterização da ‘questão social’ em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais”.

É nesta perspectiva então que a questão socioambiental surge como uma nova particularidade histórica, uma nova *expressão*, da questão social. O desequilíbrio ambiental promovido por um sistema de produção predatório - e que já perdura há quase dois séculos - chega até nós como um desdobramento da relação disfuncional entre capital e trabalho, isto é, como uma das nefastas consequências da divisão da sociedade em classes. Entende-se aqui que, assim como a pobreza é produzida mesmo com os meios para ser sobrepujada - devido

ao necessário acúmulo de riqueza¹ para o crescimento e expansão do capital - também a questão socioambiental poderia ser superada, não fosse a *escolha* política e econômica de não fazê-lo.

Pereira (2001) nos traz que um “problema” só se torna uma “questão” no momento em que sua existência é enfrentada politicamente pelos atores sociais estrategicamente situados, ou seja, assim como a *questão social*, a *questão socioambiental* só se torna de fato uma *questão* quando implica consciência e, conseqüentemente, embate político para sua superação. Os agravos ambientais quando vistos como conseqüências naturais do desenvolvimento humano são simplesmente “causalidades”, porém, quando vistos de forma crítica e situados historicamente como um conflito de interesses passível de resistência e enfrentamento político, tornam-se uma *questão socioambiental*, ou melhor, um novo desdobramento da questão social - por isso, neste trabalho consideramos a expressão *questão socioambiental* para nos referirmos à problemática ambiental situada no cenário capitalista de produção e reprodução da vida.

A questão socioambiental reflete principalmente a disparidade no acesso e usufruto da Natureza. Para Nunes (2017, p.173), ela é apreendida

como resultado da acentuação das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Ou seja, atribui-se às relações sociais capitalistas a causa principal da crise socioambiental contemporânea, visto o distanciamento do homem e da natureza, a utilização classista dos recursos naturais e o uso irracional do mundo natural.

Seguindo nesta concepção, ressalta-se aqui que a classe trabalhadora foi afastada da Natureza e de suas riquezas para benefício próprio do capitalismo e seus detentores de poder, causando uma total expropriação das condições de vida dos/as trabalhadores/as e alicerçando a consolidação de um sistema que tem por base o contraste miserabilidade/concentração de riqueza (MARX, 2013). Para além disso, explora e degrada a Natureza em nome do lucro, mas, assim como o trabalho precarizado, socializa os danos e agravos ambientais - local e globalmente - dando materialidade a uma concepção ampliada de questão social, *a questão socioambiental*.

¹ “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional de Exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse Exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista”. (MARX, 1984, p. 209).

Quando o meio ambiente passa a ser propriedade do homem para produzir lucro e quando surgem fenômenos sociais na relação homem e natureza é que nasce a questão socioambiental – problema esse imposto pelo capitalismo –, não relacionando o problema somente a questões geofísicas, e sim, gerando problemas sociais que precisam de resolutividade. (NASCIMENTO; BARBOSA, 2020, p.100).

A questão socioambiental é localizada no capitalismo porque “os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação do excedente com vistas ao mercado e, conseqüentemente, à obtenção do lucro” (SILVA, 2010, p.48). É pela necessidade de valorização do valor, da visão do lucro como um fim em si mesmo, que a relação do homem com seus meios de produção começa a mudar, pois agora é imperativo que a terra e seus recursos sejam utilizados exaustivamente para que a acumulação e concentração de capital seja possível.

A relação entre sociedade e Natureza é radicalmente transformada sob esta nova forma de conduta diante do meio ambiente, pois “A espécie humana, ao contrário dos demais seres vivos, relaciona-se com a natureza mediada pelas relações que estabelece entre os seus semelhantes para produzir os meios necessários à satisfação de suas necessidades: as relações sociais de produção”. (SILVA, 2010, p.54). Assim, o meio ambiente passa a ser visto de forma utilitarista, com sua importância atrelada às possibilidades de valorização do valor (ultrapassando a concepção do valor de *uso* para o valor de *troca*) e não mais de forma romântica ou mística, como havia sido percebida em épocas anteriores.

É importante salientar que esse novo modo de apreensão do meio ambiente traz consigo também uma ruptura metabólica² entre homem e Natureza, visto que a urbanização e êxodo rural causados pela crescente industrialização, além da alienação do/a trabalhador/a do produto do seu trabalho - provocada pela instituição do trabalho assalariado - fez com que os elementos naturais que antes eram devolvidos à Natureza, passassem a ficar nas grandes cidades, contribuindo assim para a criação de lixo nas cidades e desnutrição dos solos no campo; além, claro, do perecimento da própria espécie humana, cada vez mais distanciada do seu processo simbiótico com a Natureza.

² “A dispersão de trabalhadores rurais em áreas cada vez maiores quebra, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência, enquanto que a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. Assim como na indústria citadina, na agricultura moderna o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são conseguidos mediante a devastação e o empastamento da própria força de trabalho. E cada progresso na agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade”. (MARX, 1984, p. 102).

A questão socioambiental, por ser *questão* e não *problema*, verte historicidade e contradição. É um conceito que enseja a disputa política materializada, por exemplo, nas lutas por acesso a terra, pela gratuidade da água, pela defesa da demarcação das terras indígenas, pelo incentivo à agricultura familiar e agroecológica, além do surgimento de movimentos sociais que fomentam a participação comunitária nas decisões políticas acerca de territórios e construção de megaempreendimentos. O antagonismo de interesses acerca das possibilidades de uso dos recursos ambientais dá origem a conflitos que exprimem o funcionamento da sociedade dividida em classes, com os atores envolvidos tendo mais ou menos poder decisório conforme sua posição nas estruturas de poder. Estruturas estas que não são estáticas, mas comportam o aspecto conflituoso dos diferentes projetos societários defendidos pelos atores sociais em disputa.

Assim, são expressões da questão socioambiental os *conflitos socioambientais*, conflitos estes que envolvem algum tipo de interação ecológica em que há discrepância no modo de apropriação do meio comum. Ou seja, relaciona-se às formas diferenciadas com que diferentes populações usufruem dos recursos naturais (SOUZA; MILANEZ, s/a).

Traz também Svampa (2019, p.46), pesquisadora que estuda as repercussões dos processos neoeextrativistas na América Latina, que conflitos socioambientais são

aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes por parte dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder. Tais conflitos expressam diferentes concepções do território, da natureza e do ambiente. Em certos casos, à medida que os inúmeros megaprojetos tendem a reconfigurar o território em sua globalidade, os conflitos acabam por estabelecer uma disputa acerca do que se entende por desenvolvimento e, de maneira mais ampla, reivindicam outras formas de democracia, ligadas à democracia participativa e direta.

Entende-se então que os conflitos socioambientais nada mais são que os conflitos de *classes*, os conflitos *sociais*, que se materializam em processos de apropriação desigual de territórios e bens naturais, fazendo do meio natural um objeto de disputa. Segundo Zhouri e Laschefski (2010, p.5-6), os conflitos socioambientais podem ser caracterizados de três formas:

O primeiro tipo seria formado pelos conflitos distributivos, que se originam a partir das desigualdades no acesso e uso dos recursos naturais. O segundo tipo seria associado aos conflitos espaciais, que surgem através da expansão dos efeitos ou impactos ambientais para os territórios de diferentes grupos sociais, impactando seus modos de vida. Por fim, a terceira modalidade descrita pelos autores seria composta pelos conflitos territoriais, que estariam vinculados à apropriação da base territorial

de grupos sociais diversos pelo modo capitalista de produção e consumo e também de uso dos recursos disponíveis sobre essa base territorial.

Além disso, um dos pontos que caracteriza a questão socioambiental, tanto na perspectiva de desigualdade social/ambiental quanto na de resistência, é a luta pela *justiça ambiental*.

Justiça Ambiental é a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (BULLARD apud HERCULANO, p.2, 2008).

O conceito de *justiça ambiental* passou a existir muito provavelmente pela inevitabilidade do seu contrário, a *injustiça ambiental*. Esta, que seria a negação do supracitado, materializa-se de muitas formas e uma delas é através do *racismo ambiental*, conceito este que sinaliza a discrepância no uso e acesso ao meio ambiente e seus recursos conforme as relações sociais de raça e etnia. Exemplos desse fenômeno são os desastres de Mariana/MG e Brumadinho/MG, onde barragens da empresa Vale se romperam e atingiram centenas de moradores da região.

Desde o desastre ocorrido, em 2015, em Mariana/MG, temos denunciado que o setor mineral brasileiro, com a conivência do Estado, se vale da transferência de riscos e custos ambientais sobre as populações de baixa renda e/ou vulnerabilizadas pela discriminação racial e étnica para maximizar a sua lucratividade. 84,5% das vítimas imediatas do rompimento barragem de Fundão, em 2015, que viviam no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, não eram brancas. No Córrego do Feijão e em Parque da Cachoeira, localidades mais atingidas pelo rompimento da barragem em Brumadinho, 58,8 % e 70,3% da população, respectivamente, se declara como não branca, segundo o último censo do IBGE de 2010. A renda média em Córrego era de menos de 2 salários mínimos. (BLOG DA RBJA, 2019)

Com este enfoque extremamente pertinente da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, é possível exemplificar quem são os sujeitos que mais sofrem com as diferentes injustiças ambientais no Brasil. O racismo ambiental não se caracteriza simplesmente pela discriminação racial e étnica de povos originários ou para cá contrabandeados e suas regiões, mas se caracteriza principalmente por demarcar e atualizar as formas de segregação social a que estes são submetidos, dessa vez numa perspectiva territorial.

2.2 A DIMENSÃO AMBIENTAL NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL

Ao iniciarmos esta parte da dissertação consideramos fundamental trazer, ainda que sucintamente, uma historicização sobre a institucionalização do Serviço Social no Brasil. Podemos dizer que o Serviço Social se renovou e se redimensionou ao longo da história. Sua legitimação enquanto profissão se deu através da expansão industrial realizada no primeiro governo Vargas, a partir dos anos 1930, devido às inúmeras expressões da questão social que se avolumavam pelas novas condições de trabalho impostas aos trabalhadores, que agora trabalhavam a serviço da indústria, alienados dos produtos de seu trabalho, com alta carga horária e salários insuficientes para o sustento de suas próprias famílias. Entretanto, essas mesmas condições que minavam a vida da classe trabalhadora também criaram as condições para a mudança, visto que a classe trabalhadora começava a se organizar para exigir direitos trabalhistas e sociais (YAZBEK, 2018).

É pela mão reguladora do Estado, que visava abafar a crescente insatisfação da massa diretamente produtora de riqueza no país sem que a ordem social capitalista fosse abalada, que o Serviço Social - antes ligado à Igreja Católica e a ações filantrópicas de cunho moralista e assistencialista - passa a ser chamado a intervir como ator estatal, isto é, como resposta sistemática do Estado frente às necessidades sociais que surgiam pelo novo modo de organização do trabalho que tomava impulso no Brasil. Institucionalizou-se assim a profissão do Serviço Social, junto com diversos outros direitos trabalhistas, para dar conta das mazelas sociais originadas pela industrialização massiva e deteriorante que começava no país.

Segundo Yazbek (2018, p.50),

[...] de maneira geral, a emergência da profissão, na sociedade industrializada, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos reguladores da vida social. No Brasil, as particularidades desse processo histórico mostram que o Serviço Social enquanto profissão se institucionaliza e legitima como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento da chamada questão social a partir dos anos 1930.

E complementa Raichelis (2019, p.63) que:

As origens da profissionalização do Serviço Social no Brasil podem ser localizadas na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, quando são criadas as bases para a institucionalização do serviço social enquanto profissão socialmente reconhecida pelo Estado e classes dominantes, como uma das estratégias do estado para responder à “questão social”, como expressão das lutas de classe, que exige o suporte de instituições sociais responsáveis pela mediação

contraditória das respostas às novas necessidades sociais, tanto do capital como do trabalho.

O Serviço Social, anteriormente a esse período, era exercido principalmente pela Igreja Católica, que tratava a questão social de forma moralizante, atribuindo aos próprios indivíduos a responsabilidade pela sua condição de pobreza sem problematizar a estrutura social em que se encontravam. Esse pensamento conservador permeou o início do Serviço Social mesmo depois de institucionalizado enquanto profissão do Estado. O intuito dessa primeira fase da profissão era o de adaptar os “clientes” ao sistema, como se somente deles dependesse sua condição social.

É a partir de meados dos anos 1970, no processo de renovação da profissão, que o Serviço Social começa a flertar com a teoria marxista, porém, sem inseri-la em sua prática profissional de forma efetiva, como um “marxismo sem Marx”. Esse primeiro contato com o marxismo serviu principalmente para a profissão se entender enquanto partícipe da classe trabalhadora, mas apesar das inquietações trazidas pelas concepções marxianas, ainda eram utilizadas abordagens reducionistas. Somente com Yamamoto, em 1980, foi que o marxismo teve sua efetiva interlocução com o Serviço Social, problematizando assim “o significado histórico-social do trabalho dos assistentes sociais, a partir de sua inserção na sociedade de classes”. (YAZBEK, 2018, p.66).

Já com a teoria social crítica de Marx como norte hegemônico da categoria profissional, as/os profissionais passaram a entender a população usuária não como “clientes” ou “culpados” pela sua condição de pobreza/miserabilidade (ou sob outros reflexos da questão social), mas sim enquanto classe excluída dos meios de produção e que, por isso, enfrentava um cotidiano de restrições e subalternidade frente à sociabilidade capitalista. Esse novo modo de pensar fez muita diferença no trato com os/as usuários/as assim como na militância por políticas sociais e emancipação humana. Entender que as singularidades são originadas por uma realidade material objetiva excludente é essencial para uma práxis efetiva e totalizante da/o assistente social.

A institucionalização do Serviço Social na sociedade brasileira, o processo de formação de assistentes sociais, bem como a estruturação do mercado de trabalho profissional são resultantes de relações históricas - sociais, políticas, econômicas e culturais - que criam (e recriam) a necessidade social da profissão, condicionam suas tarefas e demandas, circunscrevem seu espaço institucional, atribuem características particulares ao sujeito vivo do trabalho, definem o perfil dos destinatários dos serviços profissionais. (RAICHELIS, 2019, p.62-63)

Este salto qualitativo do Serviço Social se consolida através da elaboração coletiva de um projeto profissional progressista e crítico, assentado na teoria social marxista e materializado pelo conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do/a Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). (IAMAMOTO, 2009). Além destes, o exercício profissional da categoria é defendido e fiscalizado pelo conjunto CFESS-CRESS, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social, que atua como superior tribunal de ética profissional; e, Conselho Regional de Serviço Social, sendo um por estado (27) e atuando como órgão julgador de primeira instância (BRASIL, 2012).

Por se tratar de uma profissão que dá respostas às mazelas sociais oriundas da desigualdade social, isto é, da divisão da sociedade em classes, o Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social em suas múltiplas expressões. Esta, porém, não é estática e está condicionada à sociabilidade de determinado tempo histórico. Às/aos assistente sociais cabe então o constante escrutínio da realidade em que está inserida/o, visto que esta é a partir do entendimento crítico, do desvelamento das relações de poder que permeiam a realidade, que a/o profissional poderá responder (e projetar) de forma eficaz às demandas sociais identificadas. É a partir da coletivização, do deslocamento das necessidades individuais para o âmbito coletivo, que o trabalho do/a assistente social se realiza em sua plenitude.

No seu trabalho cotidiano, o assistente social trata com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões particulares e universais aí presentes, condição para transitar necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade quanto atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e da vontade política que movem a ação. (IAMAMOTO, 2009, p.51).

Por este motivo, aparecem como uma das principais mediações para o exercício profissional as políticas sociais, por sua vez também inseridas no complexo contraditório da realidade social. Com base nos estudos em Pereira (2011; 2018), as políticas sociais podem ser entendidas como ações do Estado para atender às demandas coletivas e necessidades sociais básicas dos cidadãos, porém, vão além deste, visto que são desenvolvidas através das relações entre Estado e sociedade, as quais podem se dar de forma recíproca e/ou antagônica. Por fazerem parte da sociabilidade capitalista, no caso brasileiro, essas políticas também

exprimem o modo como se dão as relações sociais e institucionais no país, sendo resultado de disputa de interesses por diferentes projetos societários, os quais podem ser mais ou menos abrangentes. As políticas sociais são, então, um espaço privilegiado de intervenção das/dos assistentes sociais, que podem trabalhar tanto em sua execução diretamente com as/os usuárias/os quanto em sua gestão.

Conclui-se, portanto, que apesar de o termo política social estar relacionado a todos os outros conteúdos políticos, ele possui identidade própria. Refere-se à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos. (PEREIRA, 2011, p.171-172).

As políticas sociais são contraditórias na medida em que se situam num campo de disputas, refletindo também o nível de organização política de seus demandantes. São contraditórias, pois ao mesmo tempo em que podem garantir os meios de sobrevivência e melhoria de qualidade de vida à classe trabalhadora, limitando assim os ganhos do capital para sua redistribuição no social, também garantem que os/as trabalhadores/as se mantenham saudáveis e operantes na reprodução ampliada do capital. Também, do mesmo modo que podem servir para apaziguar a classe trabalhadora, podem trazer consigo a reflexão crítica necessária para sua ampliação.

Neste sentido, atenta-se para o fato de que as políticas ambientais também têm cunho social na medida em que interferem na vida dos cidadãos e também podem limitar os ganhos do capital, por exemplo, redirecionando verbas e recursos para a conservação ambiental e saúde da população ao invés de benefícios e incentivos a empresas privadas.

2.2.1 Questão Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável: Um Desafio Ético-Político ao Serviço Social

A/O assistente social possui então um novo desafio à sua frente: incorporar a questão socioambiental como um novo horizonte de trabalho e se inserir de forma crítica nesta nova dimensão que particulariza a vida social atualmente. Assim como a categoria conseguiu introduzir e ampliar a noção de questão social e seus reflexos como seu objeto essencial de trabalho, a questão socioambiental também deve ser agregada a esta crescente gama de demandas que, através da luta política organizada, pode dar vazão a novas políticas públicas e sociais, assim como efetivar novos direitos de cidadania.

É necessário então um pensamento ambiental crítico que atente para os conflitos ambientais sem perder o contexto sócio-político e econômico de vista, já que esses são atravessadores para o trato com a Natureza - tanto no uso de seus recursos quanto na construção do imaginário acerca da mesma, que pode ser de harmonia ou de utilitarismo. É neste sentido que se ressalta como uma das alternativas para a mudança de paradigma no que diz respeito à relação entre humanidade e Natureza a necessidade de uma Educação Ambiental crítica, que, como trazem Layrargues e Lima (2011) se constitui numa vertente da ecologia que busca a sustentabilidade numa perspectiva de enfrentamento político às desigualdades e à injustiça socioambiental, ou seja, problematiza o debate ambiental a partir das contradições surgidas do modelo de desenvolvimento, tanto em sua expressão local quanto global.

Esse aporte da Educação Ambiental crítica pode vir a contribuir imensamente para o desenvolvimento de políticas públicas socioambientais que visem garantir e ampliar direitos humanos e sociais numa perspectiva de conciliação com o meio ambiente.

Se a Natureza inclui os seres humanos, seus direitos não podem ser vistos como isolados dos direitos do ser humano, embora tampouco devam ser reduzidos a eles. Inversamente, os Direitos Humanos - como o direito ao trabalho, à moradia ou à saúde - devem ser compreendidos também em termos ambientais. (ACOSTA, 2016, p.148).

O Brasil já detém um grande número de legislações acerca desta temática, inclusive a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, além da preservação do meio ambiente já constar em nossa Constituição Federal desde 1988, porém, a efetividade das mesmas é questionável. A Educação Ambiental também pode ser usada de forma conservadora e a favor do desenvolvimentismo quando a-crítica, por isso cada vez mais é imprescindível definir métodos e estratégias de luta que coincidam com a transformação social necessária à superação desta cosmovisão antropocêntrica e depredadora em que vivemos atualmente.

Seguindo esta linha de pensamento, é inevitável perceber que os seres humanos, quando vistos de forma atomizada, não interferem no meio ambiente de forma tão significativa, mas as indústrias que fomentam seus estilos de vida e hábitos de consumo, sim.

O discurso supraclassista, imbricado na programática da sustentabilidade, apregoa a indistinta responsabilidade de todos os humanos pela atual situação do planeta, da qual deriva a imperativa necessidade de mudanças atitudinais e um comportamento mais respeitoso ante a natureza para superar este contexto de destruição. A “questão socioambiental” é, assim, tratada na perspectiva do indivíduo, ignorando-se, por esta

via, o papel da organização social burguesa, impulsionada pela acumulação privada, no desfecho deste quadro. (SILVA, 2010, p.145)

Isto não significa isentar as pessoas de sua responsabilidade para com a Natureza e seu ambiente, pois somos todos construídos por e também construtores da nossa realidade, mas sim perceber que a humanidade não pode ser vista em bloco frente a sua degradação, pois somos complexos e nos dividimos interiormente. Alocados em diferentes castas e classes sociais, exercemos funções distintas dentro do espectro da sociabilidade capitalista, contribuindo, assim, de forma desigual para sua manutenção - e conseqüente devastação da Natureza - por estarmos em desiguais posições de poder e decisão (FOLADORI, 1999).

Do ponto de vista histórico, é inaceitável culpar o humano como algo homogêneo, já que o que qualifica a ação predatória não é a ação humana abstratamente, mas modos específicos de relações sociais que determinam formas de uso e apropriação da natureza, pautadas na exploração intensiva do trabalho e dos recursos vitais disponibilizados pela natureza. Portanto, não faz sentido afirmar que a transformação da natureza é um problema, mas faz sentido sim afirmar que modos específicos de produção, territorialmente determinados, levam a transformações insustentáveis sob o prisma social e ecológico. (LOUREIRO, 2012, p.24-25)

Desta forma, vê-se que a questão socioambiental também é perpassada pelos conflitos de classe e que uma leitura crítica e total da realidade permite colocar a questão socioambiental lado a lado com a questão social, visto que as duas se originam das disparidades ocasionadas pelo sistema capitalista de produção e reprodução da vida. Cabe ao/a assistente social, então, incorporar a perspectiva ambiental em sua atuação, pois ela é reflexo direto da questão social, além de transpassar outros reflexos desta, agudizando mazelas sociais como pobreza, moradia precária, falta de acesso à saúde, entre outros.

Além do trabalho com deslocamento de famílias, acompanhamento de territórios e famílias indígenas, quilombolas e ribeirinhas, os espaços sócio-ocupacionais na área da habitação, saneamento básico e saúde e o atendimento emergencial a desastres ambientais e calamidades públicas, o/a assistente social cada vez mais terá que adentrar os domínios da educação ambiental crítica, já que esta é uma profissão que tem como um dos pressupostos a educação e orientação social.

Constitui, portanto, um dos principais desafios ao Serviço Social desvelar a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental nas quais a profissão é convocada a intervir: analisar os fundamentos de tais formulações, ao mesmo tempo em que se investigam os seus desdobramentos ideoculturais, perante os usuários e a sociedade, impõe-se como tarefa precípua a todos os que se propõem uma intervenção crítica. (SILVA, 2010, p.151).

Esta noção de educação ambiental não condiz com aquela de ensinar verticalmente aos/às usuários sobre o cuidado com o meio ambiente, mas sim de ter em mente que as condições ambientais influem na vida social dos sujeitos, colaborando para sua emancipação ou aprofundando sua situação de subalternidade. Identificar o acesso à Natureza, ou a falta dele, como um reflexo da questão social que atravessa os demais âmbitos da vida dos diferentes segmentos populacionais, potencializa a atuação profissional numa perspectiva de ampliação de direitos e de entendimento da totalidade da realidade de populações que vivenciam cotidianamente diversas formas de injustiças ambientais, como os povos indígenas.

A desigualdade social que acomete o mundo há séculos, acentuada pelo sistema capitalista de produção, foi fundada pela injustiça ambiental. A separação dos homens de seu meio de sobrevivência, o (quase) extermínio das populações originárias e a criação de necessidades artificiais são os pilares do atual modo de organização produtiva capitalista e, sem o reconhecimento dessas bases estruturantes, não há como se ter um pensamento ecológico que contemple a realidade socioambiental em sua totalidade. Cada vez mais é necessário, ou melhor, urgente, questionar nosso atual sistema de produção e a sociabilidade por ele imposta. Já é passada a hora de encontrarmos um modo alternativo para nos relacionarmos com mundo, a Natureza e entre nós mesmas/os.

2.2.2 Resultados da Pesquisa Bibliográfica: O debate socioambiental no Serviço Social na última década (2011-2021)

Como a metodologia de pesquisa já foi exposta no subcapítulo “1.1 Trilhas Metodológicas” deste trabalho, neste momento trazemos somente os resultados e achados da pesquisa, além da problematização dos mesmos através da análise de conteúdo (BARDIN, 1977; GIL, 2016). Considerando todas as fontes consultadas, foram encontradas 140 referências de estudos na área (45 artigos de revistas, 74 dissertações e 21 teses) todas elas vinculadas ao Serviço Social. Quanto aos artigos científicos, nem todos foram escritos por assistentes sociais, porém, foram considerados devido à sua publicação em revistas científicas da área do Serviço Social, pois são lidos pela categoria. Entretanto, estes trabalhos foram contabilizados, mas não apreendidos enquanto posicionamento da categoria, para isto foram considerados os artigos escritos por assistentes sociais, assim como as teses e dissertações, que, visto que todas eram vinculadas a PPGs de Serviço Social. Os resultados da pesquisa bibliográfica, já categorizados e com seus respectivos objetos/objetivos descritos, encontram-se nos Apêndices desta dissertação.

O processo de categorização seguiu os princípios definidos por Bardin (1977) de: a) *exclusão mútua* - “Esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão” (BARDIN, 1977, p.120); b) *homogeneidade* - “Um único princípio de classificação deve governar a sua organização” (Idem); c) *pertinência* - “uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido” (Idem); d) *objetividade e fidelidade* - “As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetida a várias análises” (Idem); e, e) *produtividade* - “Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos” (BARDIN, 1977, p.120-121).

A construção destas categorias se deu após a leitura do material como um todo. Em um primeiro momento, um número maior de categorias haviam sido criadas, mas após a releitura do material conjuntamente com seus resumos, foi possível enxugar as categorias e ampliá-las de modo que agrupassem códigos similares entre si dentro de uma mesma categoria, mas de maneira que as mesmas não ficassem nem muito abrangentes nem muito restritas (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Desta forma, foram elaboradas 11 categorias para o agrupamento e análise do material: 1) Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico; 2) Gestão e Políticas Públicas; 3) Conflitos Socioambientais; 4) Resistências e Lutas Ambientalistas; 5) Desastres Ambientais; 6) Racismo Ambiental; 7) Questão Socioambiental e Relações de Gênero; 8) Debate à Luz de Autores; 9) Meio Ambiente e Saúde; 10) Questão Socioambiental e Serviço Social; e, 11) Trabalho com Recicladores/Resíduos Sólidos. Ainda, dentro de cada categoria foram criadas “subcategorias” para melhor exemplificar a variabilidade das temáticas ao mesmo tempo que mantendo sua unidade analítica, como informa o quadro abaixo.

Quadro 3 - Categorias e Subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico	Sistema Capitalista de Produção
	Capitalismo no Brasil
	Crise Ambiental
Gestão e Políticas Públicas	Gestão de Cidades
	Política de Educação Ambiental
	Política de Saúde
	Programas Sociais
	Política de Assistência Social
	Políticas Ambientais

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Conflitos Socioambientais	Conflitos Distributivos
	Injustiça Ambiental
	Direitos Sociais
	Conflitos Territoriais
	Conflitos Espaciais
Resistências e Lutas Ambientalistas	Cooperativismo/Associativismo
	Movimentos Socioambientais de Resistência
	Modo de Vida Alternativa
	Agroecologia
	Questão Indígena
	Uso de Recursos Naturais/Manejo Sustentável
Desastres Socioambientais	Trabalho da/o Assistente Social
	Análise dos Processos de Desastres
Racismo Ambiental	Sem subcategorias.
Questão Socioambiental e Relações de Gênero	Mulheres e Lutas Ambientais
	Desigualdade de Gênero
Debate à Luz de Autores	Sem subcategorias.
Meio Ambiente e Saúde	Trabalho com Saúde
	Processo Saúde/Doença
	Segurança Alimentar
Questão Socioambiental e Serviço Social	Questão Socioambiental como Demanda Profissional
	Debate Socioambiental no Serviço Social
	Trabalho da/o Assistente Social com a Questão Socioambiental
Trabalho com Recicladores/Resíduos Sólidos	Trabalho com Recicladores
	Destinação inadequada de Resíduos Sólidos

Fonte: a autora, com base nas análises realizadas, 2022

Como é possível identificar, algumas categorias comportaram mais subcategorias que outras. Isto se deu pela diferença no número de estudos por temática e também pela amplitude de certos objetos. Os critérios elencados para o enquadramento dos estudos nas categorias citadas são exposto a seguir, lembrando que os trabalhos encontrados estão todos referenciados no quadro de categorias nos apêndices desta dissertação.

A categoria *Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico* comportou estudos que tinham por objetivo problematizar e/ou trazer reflexões acerca da realidade ambiental no atual cenário sócio-político, trazendo o histórico da mesma ou situando-a no sistema capitalista de produção e regulação social. Já a categoria *Gestão e Políticas Públicas* referiu-se a estudos que discutiam a implantação e execução de leis, políticas e programas

ambientais ou referentes à organização e distribuição de recursos naturais em quaisquer níveis de governo (municipal, estadual e federal), inclusive aquelas alusivas à Política Nacional de Educação Ambiental.

A categoria *Conflitos Socioambientais* englobou os estudos que tratavam de conflitos entre grupos de interesse acerca de territórios ou distribuição de recursos e agravos naturais, construção de grandes empreendimentos que impactam a vida de populações e casos de injustiça ambiental. Nesse ensejo, a categoria *Resistências e Lutas Ambientalistas* foi composta por estudos que falavam dos processos de resistências das populações impactadas por conflitos e degradações ambientais, além daqueles que expunham modos alternativos e sustentáveis de vida e organização do trabalho.

A categoria *Desastres Ambientais* incorporou estudos que tratavam de desastres ambientais específicos e seus impactos nas comunidades afetadas; a categoria *Trabalho com Recicladores/Resíduos Sólidos* trouxe estudos que falavam das condições de vida de catadores de materiais recicláveis e também da destinação de resíduos sólidos nas cidades. A categoria *Debates à Luz de Autores* trouxe trabalhos que tiveram por objetivo problematizar a questão socioambiental sob a luz teórica de certos autores, como Enrique Dussel. Já as categorias *Questão Socioambiental e Relações de Gênero* e *Racismo Ambiental* englobaram produções que tratavam da questão socioambiental, ou de suas expressões, pelo viés dos atravessamentos de gênero e raça respectivamente.

Já a categoria *Meio Ambiente e Saúde* referiu-se a estudos que relacionavam a questão socioambiental aos processos de produção ou desgaste da saúde humana - aqui couberam também os estudos relativos à segurança alimentar. E, por fim, a categoria *Questão Socioambiental e Serviço Social*, que englobou produções que tratavam do debate da questão socioambiental na categoria, de processos de trabalho da/o assistente social na área ambiental e desta expressão da questão social enquanto uma nova demanda para a profissão.

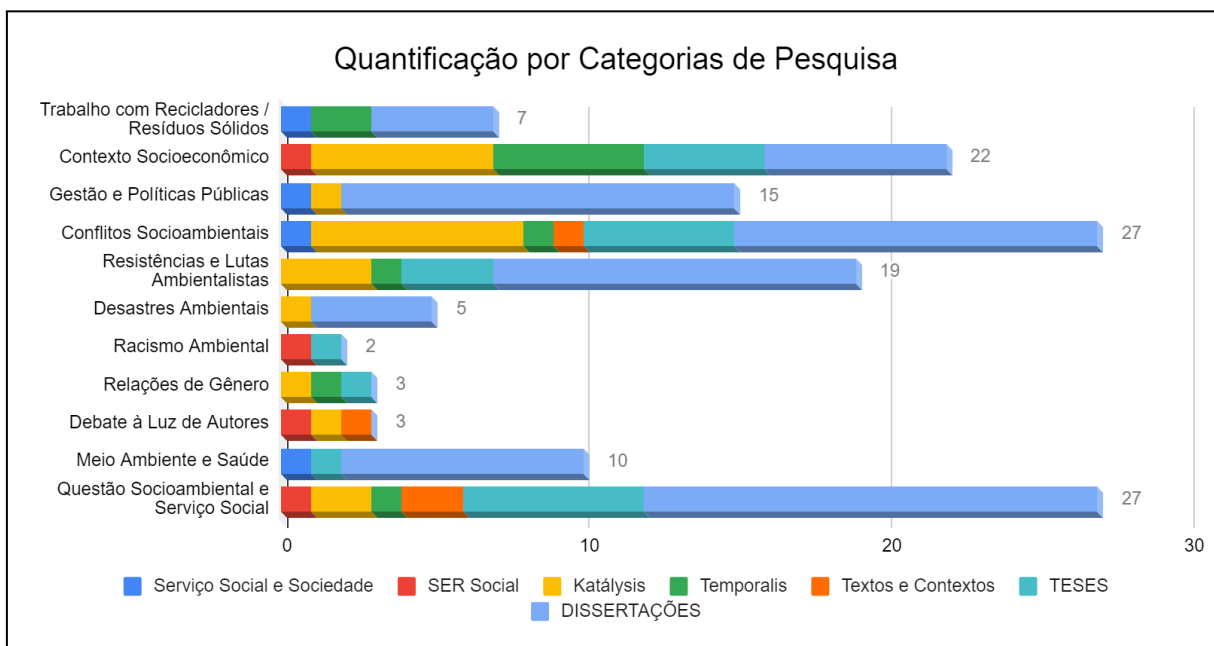
Todos os 140 resultados (45 artigos de revistas, 74 dissertações e 21 teses) da coleta de produções teóricas do Serviço Social no que concerne à questão socioambiental foram categorizados, evidenciando a sobreposição em número de alguns temas sobre outros, como indicam a tabela 01 e o gráfico 01. As duas sistematizações foram elencadas aqui por uma complementar a outra. Na tabela 01 é possível identificar a predominância dos assuntos por veículo de informação, enquanto o gráfico 01 privilegia a quantidade de estudos por categoria.

Tabela 1 - Quantificação das Categorias por Veículo de Informação

CATEGORIAS / ESTUDOS	Serviço Social e Sociedade	SER Social	Katálysis	Temporalis	Textos e Contextos	TESES	DISSERTAÇÕES	TOTAL
Trabalho com Recicladores / Resíduos Sólidos	1			2			4	7
Contexto Socioeconômico		1	6	5		4	6	22
Gestão e Políticas Públicas	1		1				13	15
Conflitos Socioambientais	1		7	1	1	5	12	27
Resistências e Lutas Ambientais			3	1		3	12	19
Desastres Ambientais			1				4	5
Racismo Ambiental		1				1		2
Relações de Gênero			1	1		1		3
Debate à Luz de Autores		1	1		1			3
Meio Ambiente e Saúde	1					1	8	9
Questão Socioambiental e Serviço Social		1	2	1	2	6	15	27
TOTAL	4	4	22	11	4	21	74	140

Fonte: autora, 2022

Gráfico 1 - Quantificação por Categorias de Pesquisa



Fonte: autora, 2022.

De acordo com as sistematizações é possível inferir que a predominância dos assuntos se dá nas categorias *Conflitos Socioambientais* (27), *Questão Socioambiental e Serviço Social* (27) e *Contexto Socioeconômico* (22), sendo seguidos por *Resistências e Lutas Ambientais* (19) e, logo após, *Gestão e Políticas Públicas* (15). Entre as categorias citadas, nota-se que esta última aparece muito mais em Dissertações do que em artigos ou teses. O mesmo não

acontece com a categoria *Conflitos Socioambientais* que, apesar de ser numerosa em todos os formatos de estudos, é muito mais significativo como artigos de revistas. A *Questão Socioambiental e Serviço Social* é uma temática que também aparece em maior número como Dissertações, assim como *Meio Ambiente e Saúde* que apareceu somente em uma das revistas pesquisadas nos últimos dez anos. Fica evidente também o quanto a revista *Katálysis* tem contribuído para a disseminação deste assunto no meio científico, visto que esta foi a revista com mais publicações acerca do assunto, colaborando com quase a metade da totalidade dos artigos encontrados (22/45).

Ao analisar a predominância dos assuntos por tipo de publicação, nota-se que nas publicações nas revistas há incidência de assuntos referentes ao *Contexto Socioeconômico* (12) e aos *Conflitos Socioambientais* (10). As teses, talvez por apresentarem menor quantidade, são um pouco melhor distribuídas, mas mesmo assim as áreas de predomínio foram *Questão Socioambiental e Serviço Social* (6), seguido dos estudos em *Conflitos Socioambientais* (5) e *Contexto Socioeconômico* (4). Já nas dissertações, a temática *Questão Socioambiental e Serviço Social* saiu na frente, com 15 publicações, seguido de *Gestão e Políticas Públicas* (13) e *Conflitos Socioambientais e Resistências e Lutas Ambientais*, ambos empatados com 12 publicações cada.

Os temas representados pelas categorias em questão são caros aos/as assistentes sociais, que têm nas políticas públicas e na análise social crítica um espaço fértil de trabalho técnico e intelectual. O trabalho junto aos movimentos sociais também se sobressai nos resultados das pesquisas, demonstrando que cada vez mais as/os assistentes sociais incluem os movimentos ambientalistas como espaços de mobilização política e ampliação de direitos. Quanto às outras categorias como *Relações de Gênero* e *Racismo Ambiental*, ainda não tão representativas em termos numéricos quando comparadas com as supracitadas, por mais que ainda sejam inaugurais na categoria, trazem consigo o embrião de debates de peso que têm muito a reverberar em nossa sociedade e no processo de trabalho dos/as assistentes sociais. Vê-se que a temática socioambiental, apesar de já ter dado bons passos, ainda tem muito a ser expandida e discutida, ainda mais quando leva em conta as determinações sociais que pesam sobre determinados segmentos populacionais.

Foi feita também a quantificação e análise das produções teóricas por ano de publicação, indo de 2011 a 2021, como mostra o Gráfico 02. As informações deste gráfico são corroboradas pela Tabela 02: Quantificação das Categorias por Ano de Publicação, que relaciona o número de publicações por ano com a variável das categorias, possibilitando visualizar se em determinado ano alguma categoria foi mais ou menos abordada.

Tabela 2 - Quantificação das Categorias por Ano de Publicação

CATEGORIAS/ ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Trabalho com Recicladores / Resíduos Sólidos	1				1	2	2				
Contexto Socioeconômico		9	2	2	2		1	1	1	3	2
Gestão e Políticas Públicas	3	2	1	3	4	1		1			
Conflitos Socioambientais	5	3		1	2	4	1	1	3	2	5
Resistências e Lutas Ambientistas	3	5	1	3	2			1	1	1	2
Desastres Ambientais	1	1					1	1		1	
Racismo Ambiental	1							1			
Questão Socioambiental e Relações de Gênero			1		1	1					
Debate à Luz de Autores		1						2			
Meio Ambiente e Saúde	1			1		2	1	1		1	2
Questão Socioambiental e Serviço Social	2	3	4	1	2	3	3	4	2		3
TOTAL	17	24	9	11	14	13	9	13	7	8	14

Fonte: autora, 2022

Gráfico 2 - Quantificação por Ano de Publicação



Fonte: a autora, 2022.

Ambas as sistematizações contribuem de modos diferentes para a análise dos resultados, com o gráfico de pizza possibilitando uma visão mais geral do volume de trabalhos ano a ano, enquanto a tabela agrupa os assuntos mais tratados nos respectivos anos. É possível identificar que nos anos 2011 e 2021, a categoria *Conflitos Socioambientais* foi a que mais originou publicações - com 5 publicações cada - enquanto que no ano de 2012 o

tema mais tratado foi *Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico*, contando com 9 publicações. Nota-se também que os trabalhos referentes à *Questão Ambiental e Serviço Social* têm se mantido numa média de 2 a 4 publicações por ano desde 2011 até 2021, exceto para os anos de 2014, que contou com 1 publicação, e 2020, com nenhuma. A categoria *Resistências e Lutas Ambientalistas* também teve maior expressividade no ano de 2012, com 5 publicações, antes de cair para uma média de uma publicação ao ano nos últimos anos analisados.

A quantificação temporal dos resultados foi feita a fim de identificar se havia alguma tendência de publicações em certo período, porém, o que se evidenciou foi uma média mais ou menos constante de publicações acerca da temática socioambiental no Serviço Social. Os anos com mais publicações de artigos, teses e dissertações deste tema foram os anos 2012 (24) e 2011 (17), porém, salienta-se que uma quantidade significativa de artigos científicos foram publicados na edição do primeiro semestre de 2012 da revista *Katálisis* que teve por tema “Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais” (*REVISTA KATÁLISIS*, 1997), impulsionando o debate sobre a temática ambiental naquele ano, principalmente no que concerne ao tema de *Conflitos Ambientais*, como evidenciado na relação dos resultados por veículo de informação conforme a Tabela 02.

Um fato interessante, entretanto, é que o número de publicações quase dobrou do ano de 2020 para 2021, saltando de 8 para 14 publicações depois de vir de uma baixa do ano de 2018 (13) para 2019 (7). É provável que nos próximos anos haja um aumento no número de pesquisas que objetivem estudar a questão socioambiental e suas expressões, uma vez que a pandemia mundial de coronavírus vem incitando muitos debates, principalmente nas áreas de estudos ambientais e de saúde.

Mesmo assim, considera-se que esses resultados prévios já trazem uma importante carga de informações, demonstrando que esta não é uma temática nova para a categoria de assistentes sociais, mas que vem sendo construída há mais de uma década e com tendência de se avolumar. Os/as assistentes sociais têm falado sobre a questão socioambiental e, pelo que foi demonstrado, têm falado sobre os mais diversos assuntos dentro do tema, demonstrando que veem a questão socioambiental como um atravessador que transversaliza e acentua as demais expressões da questão social.

2.2.3 Discussão dos Achados

No processo de análise dos conteúdos, a partir da leitura dos resumos e algumas informações na íntegra do texto, evidencia-se que a totalidade dos estudos acerca da temática socioambiental no Serviço Social brasileiro têm a teoria social crítica como perspectiva norteadora. A teoria social crítica, que tem sua fundação na tradição marxista e se utiliza das lentes do materialismo histórico-dialético para enxergar a realidade, tem ampla aceitação na categoria de assistentes sociais, visto que esta é uma categoria hegemonicamente situada ao lado da classe trabalhadora e que se utiliza dessas lentes para intervir na realidade com objetividade e sem culpabilização dos usuários/as. Uma visão mais imediatista da realidade social pode recair em um trabalho acrítico e superficial, uma vez que, se não enxergarmos as mediações e determinações que compõem os fenômenos, estamos fadados a reproduzir comportamentos orientados pelo senso comum que, ao contrário da visão crítica, limita os fenômenos a sua aparição imediata, deixando de contextualizá-los e, assim, entender as motivações sociais que levam a determinados padrões de comportamento.

Como atesta a tese de Simião (2021, p.19),

O Serviço Social brasileiro é hoje um expoente na produção do conhecimento crítico e uma das poucas profissões que ainda resistem aos imperativos sistêmicos de dominação da racionalidade econômica na orientação das reflexões sobre o real. O Serviço Social que ousou eleger o marxismo como corrente base às análises sobre o real, a fim de reconhecer suas possibilidades interventivas, reconstruir seus referenciais ético-políticos e teórico-metodológicos, bem como, fortalecer as estratégias das lutas emancipatórias, vem contribuindo para desnudar o véu ideológico que encobre o vínculo estrutural entre a questão ambiental e as relações sociais capitalistas.

E, sobre a importância da teoria social crítica, complementa Oliveira (2012, p.13) ao trazer em sua dissertação que

O objetivo do método crítico-dialético é reproduzir, no pensamento, o movimento real do objeto, tornando-o concreto pensado. Parte-se da aparência dos fenômenos sociais com o intuito de desvelar a processualidade histórica deles, por meio de inúmeras e sucessivas aproximações. Essas aproximações se iniciam por questões simples para as mais complexas, do particular para o genérico, da aparência para a essência dos fatos.

É a partir de entendimentos como estes que as/os assistentes sociais buscam desvelar a realidade por detrás do fenômeno ambiental, procurando compreender as relações sociais que determinam a questão socioambiental na atualidade. A categoria tem se utilizado das lentes críticas para enxergar a realidade e apreender as múltiplas implicações que incidem sobre a questão socioambiental. Nem sempre, porém, dizer que se está utilizando o materialismo

histórico-dialético é de fato usá-lo. Como apresenta Silva (2016a, p.88) em sua tese, parafraseando Lima (1997),

Mais recentemente, os analistas da questão ambiental têm reconhecido que pobreza e ecologia são realidades interdependentes, que precisam ser compreendidas e abordadas de forma integrada, na busca de um equacionamento adequado das condições objetivas dos lugares. Isso porque, se a degradação ambiental agrava as condições de vida dos mais pobres, a pobreza destes conduz a uma exploração predatória dos recursos naturais, fechando um ciclo perverso de prejuízos socioambientais.

Respeitando a opinião do autor, é inevitável reconhecer que, ao vincular pobreza com degradação ambiental e exploração predatória dos recursos naturais, se está naturalizando uma visão acrítica que não reconhece a desigualdade no acesso a recursos naturais entre as distintas classes sociais. Além de a maioria do trabalho com reciclagem no país ser realizada por pessoas em condições de pobreza, como os catadores de materiais recicláveis, também se invisibiliza a degradação ambiental promovida por grandes empresas controladas por capitalistas, com o aval do Estado, e até mesmo a discrepante devastação ambiental provocada pelos países ricos, como evidenciou Schons em seu artigo para a revista *Katálysis* no ano de 2012:

Para nos aproximarmos da questão ambiental, é necessário esclarecer que os países ricos, com apenas 15% da população mundial, são responsáveis por quase metade das emissões de CO₂. Com efeito, a “pegada de carbono” per capita dos Estados Unidos é cinco vezes maior que a da China e 15 vezes maior que a da Índia. Ou ainda, enquanto na Etiópia, a média per capita da pegada ecológica é 0,1 tonelada de CO₂, no Canadá é de 20 toneladas (ONU,2007/2008). (SCHONS, 2012, p.74)

Ainda que um pouco desatualizados, visto que a China já ultrapassou os Estados Unidos nos níveis de emissão de carbono³, estes dados corroboram com a informação de que a degradação ambiental não está relacionada com a pobreza, mas sim com a produção de *riqueza*. De acordo com a dissertação de Costa (2017, p.36):

A expansão da economia mundial, associada ao grande aumento do consumismo, tem gerado uma série de problemas socioambientais, destaque-se o alto índice de produção e descarte de resíduos sólidos, uma vez que, o sistema produtivo não apenas consome um alto índice de recursos naturais, mas também devolve ao meio ambiente quantidades crescentes de materiais (recicláveis e não recicláveis). Da mesma forma, a expansão da população urbana e o aumento do consumo de

³ Atualmente a China é o país que lidera as emissões de carbono (CO₂), gás de efeito estufa abundante na atmosfera. Além de uma população muito numerosa, o país ainda depende do carvão como fonte energética. Essa realidade, porém, está para ser modificada, visto que o país está comprometido e já produzindo grandes quantidades de energia renovável. (REGAN; DOTTO, 2021).

produtos descartáveis e menos duráveis fizeram crescer a quantidade final de resíduos gerados, que precisam ser coletados, transportados e destinados adequadamente pelo poder público.

Nota-se então que alguns deslizes podem ocorrer quando não levamos em conta a totalidade de determinações que compreendem o fenômeno estudado. A degradação ambiental em sua expressão mais nociva, a mudança climática e as alterações que provoca, não é causada pela exploração dos recursos naturais pelos pobres, mas sim se sustenta através da sociabilidade capitalista que apela ao consumo exacerbado para a garantia de altos índices de lucratividade, além da usurpação de recursos naturais advindos principalmente de países pobres.

Quanto aos percursos metodológicos, atesta-se que todos os trabalhos tiveram a pesquisa qualitativa como principal abordagem de investigação, sendo a pesquisa bibliográfica e documental uma das metodologias mais utilizadas pela categoria, porém, as pesquisas de campo também foram expressivas. Alguns dos estudos contaram com entrevistas a trabalhadores/as de empresas consideradas poluentes e, também, com moradores/as de locais impactados por atividades industriais destrutivas, mas o que mais se destaca é que a maioria dos estudos que contaram com pesquisa de campo, utilizando-se de estratégias como estudos de caso, histórias orais e observações participantes para a coleta de dados, deram-se principalmente na categoria de *Resistências e Lutas Ambientalistas*, constatando a cultura interventiva da profissão junto aos movimentos sociais.

Quanto aos temas e ao posicionamento da categoria do Serviço Social, acreditamos que as categorias que mais respondem aos objetivos desta pesquisa são *Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico, Gestão e Políticas Públicas, Resistências e Lutas Ambientalistas e Questão Socioambiental e Serviço Social*. Neste sentido, daremos enfoque aos achados destas categorias para subsidiar a discussão sobre o posicionamento da categoria frente à questão socioambiental.

2.2.4 Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico

Sendo esta uma das categorias mais numerosas quanto à publicação de trabalhos, principalmente no que se refere a artigos científicos publicados em revistas, a categoria de assistentes sociais é unânime ao identificar o sistema capitalista de produção como principal agente nocivo ao meio ambiente - nele incluído a saúde humana.

Os/as assistentes sociais, no que tange à temática de *Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico*, trazem reflexões acerca da relação entre homem/natureza sob a égide do sistema capitalista de produção em suas manifestações contraditórias (SALES, 2014; PRADO, 2020). A análise societária sempre foi uma importante face do trabalho da categoria, visto que as dimensões teórico-metodológica e ético-política norteiam o fazer profissional. Seguindo nesta perspectiva, os estudos societários que trazem a questão ambiental como pano de fundo são ramos férteis para a construção de um conhecimento global acerca do tema, ultrapassando entendimentos meramente técnicos que não dão conta da totalidade do assunto por centrarem-se principalmente nas consequências, ou melhor, na aparência imediata do fenômeno (neste caso, a crise ambiental). Neste sentido, as ciências sociais têm muito a contribuir para o debate ambiental.

Quanto aos temas propostos pelos/as assistentes sociais no que concerne à análise socioeconômica do fenômeno ambiental, os trabalhos versaram principalmente sobre a mercadorização e financeirização da Natureza promovidas pelo modo capitalista de apreensão do meio ambiente (AGUIAR; BASTOS, 2012; SILVA; ARAÚJO, 2012; SIMIÃO, 2021; JORGE, 2013). Como trazem Aguiar e Bastos (2012, p.86):

O elo final da cadeia de incorporação capitalista da natureza é a mercadorização. Basicamente, corresponde ao processo final de articulação entre a natureza e o processo de trabalho, em que este introduz o trabalho assalariado como agente transformador da natureza numa matéria qualitativa diferente, portadora de uma utilidade social e, sobretudo, de valor de troca. Ou seja, transforma-se em uma mercadoria.

Neste esteio, algumas das publicações criticam especificamente as estratégias desenvolvidas pela ideologia capitalista para combater a crise ambiental, visto que incentivam mudanças comportamentais sem necessariamente pretender modificar as bases estruturais sob as quais tal sistema é fundado. As críticas se dirigem a conceitos como "Consumo consciente", "Capitalismo Verde", "Economia Verde" e "Ecocapitalismo" (ARAÚJO; SILVA, 2012; SIMIÃO, 2021, 2014; ZACARIAS, 2012).

Essas alternativas são pensadas dentro da lógica do mercado e se conectam perfeitamente, portanto, ao fluxo da história das classes dominantes. Um exemplo que confirma esse compromisso é o Protocolo de Quioto. Ele prevê, dentro dos marcos atuais, que a redução das emissões de carbono na atmosfera seja estabelecida dentro de um limite médio imposto globalmente. As nações ricas ganham o direito de poluir, aumentando a produção industrial e compensando suas emissões de carbono através de um mecanismo de mercado, ou seja, compram as cotas dos países pobres possuidores de baixa atividade industrial para manterem o crescimento econômico. É o velho princípio: eu pago, eu poluo. (ZACARIAS, 2012, p.147)

As problematizações acerca destas concepções se materializam no sentido de que as mesmas não pressupõem a superação do sistema capitalista de produção que, para se desenvolver plenamente, necessita da exploração contínua de recursos naturais (como recursos hídricos, minérios e madeira) para sustentar uma economia baseada na *oferta*, e não *demanda*, além da criação de necessidades artificiais como impulso ao comércio. Araújo e Silva (2012, p.104) dizem que “(...) é cada vez mais evidente que o capitalismo fomenta

apetites artificiais com a função precípua de criar novos mercados e com isso assegurar a realização do valor. Este movimento tem conduzido a sucessivas críticas acerca dos padrões de consumo dos países centrais e a preocupações quanto à sua disseminação aos países periféricos.

As estratégias "verdes" do capital, antes de beneficiarem o meio ambiente, beneficiam o próprio sistema de produção que passa, por exemplo, a reutilizar materiais que seriam descartados, estimulando um novo tipo de trocas que mascara a nocividade do processo de produção e responsabiliza os consumidores pelo consumo e descarte “consciente”, ao mesmo tempo que economizando em material. Ou seja, estas estratégias só tendem a ampliar a capacidade do sistema capitalista de se reproduzir e, assim, seguir na exploração de recursos naturais e energéticos.

Este modo de apreensão da Natureza - como ente secundário à vivência humana, ou melhor, como subalterna às necessidades do capital - faz com que as riquezas naturais sejam apreendidas enquanto recursos e se objetivem enquanto valor de *troca* e não mais enquanto valor de *uso* (JORGE, 2013; NUNES, 2017). Um exemplo desse viés é o caso do Brasil, que vivencia atualmente uma reprimarização de sua economia e subsiste principalmente enquanto fornecedor de matérias-primas a outros países. De acordo com as flutuações do mercado internacional, as *commodities* podem ser mais ou menos valorizadas, fazendo com que países abundantes em recursos naturais passem a exportá-los sem levar em conta a devastação ambiental que esta estratégia econômica promove.

Neste sentido, é importante referir que, no quadro da divisão internacional do trabalho, os países periféricos foram/são fornecedores de recursos naturais para os países desenvolvidos, sendo constantemente saqueados na expansão capitalista. Ou seja, a conquista de novos mercados, o caráter predatório em relação à natureza e o emprego de uma mão-de-obra superexplorada, foram os motores da expansão capitalista. (NUNES, 2017, p.177)

Outro importante aspecto da produção teórica do Serviço Social em relação à questão socioambiental é a discussão sobre a categoria *trabalho* trazida por Marx (GROSSI, 2012; SALES, 2014; MENDES, 2015; PRADO, 2020). Sendo esta uma profissão que privilegia o materialismo histórico-dialético como método de análise social, a categoria trabalho se torna uma importante mediação nesta temática, visto a reflexão marxiana de que é através do trabalho que o homem modifica a natureza para a satisfação de suas necessidades (MARX, 2013).

Os animais atuam sobre a natureza e a modificam independentemente de sua vontade, ou seja, eles agem por meio do instinto natural. Já o homem age conscientemente sobre a natureza, e sua ação é orientada pelos objetivos antecipadamente conhecidos e determinados, imprimindo na natureza a sua marca, ao modificá-la de acordo com tais objetivos. Assim sendo, o homem faz da natureza um objeto a seu serviço e, muitas vezes, realiza uma transformação tão profunda na natureza, através de meios artificiais, que ela se torna irreconhecível. (SALES, 2014, p.29)

A crítica referente a este elemento se coloca devido ao homem, no capitalismo, não mais transformar a natureza somente para a satisfação de suas necessidades, mas sim para superficialidades impostas ideologicamente pela elite capitalista que visa o lucro como fim último. A natureza então deixa de ter valor intrínseco, para ser valorizada conforme os ditames do mercado.

2.2.5 Gestão e Políticas Públicas

Na categoria Gestão e Políticas Públicas, onde estão centrados estudos que tiveram como objetivo problematizar a gestão ambiental pública em suas leis, programas e projetos, foram encontrados trabalhos que iam desde a avaliação da operacionalização de eventos públicos até a análise crítica de legislações intersetoriais, como a política de educação ambiental, política de assistência social e política de promoção de saúde. Muitos dos estudos criticaram o posicionamento da esfera pública (principalmente nos níveis federal e municipal), evidenciando contradições no âmbito teórico e operacional da mesma.

É interessante notar que 5 dos 14 trabalhos desta categoria se referiam a políticas públicas no contexto amazônico (CHAVES, 2018; GUIMARÃES, 2011; GARRIDO, 2011; SILVA, 2011b; SOARES, 2015), sendo essa uma região de grande incidência de estudos ambientais, uma vez que a Amazônia é vista como patrimônio mundial no que se refere à biodiversidade, além de ser a maior floresta tropical do mundo. Dois destes trabalhos trataram

do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), um projeto habitacional que tem a educação ambiental como prerrogativa. Os dois estudos, entretanto, têm concepções distintas acerca do empreendimento, com uma pesquisadora evidenciando a sustentabilidade socioambiental e qualidade de vida proporcionada pelo mesmo aos residentes (GARRIDO, 2011), enquanto o outro estudo indica que o projeto acaba por relegar a educação ambiental a segundo plano, sendo usada para geração de renda e educação patrimonial e sanitária, isto é, tendo sua discussão esvaziada e restrita à problemática do lixo, água e desmatamento (GUIMARÃES, 2011). Esta duplicidade de entendimentos evidencia o quanto o processo de pesquisa também é um processo subjetivo, com as/os pesquisadoras/es interpretando a realidade segundo suas próprias concepções e demonstrando a não neutralidade da ciência e do pensamento científico.

Analisando a totalidade dos estudos enquadrados nesta categoria, vê-se que muitos atentam para a falta de prevenção aos danos socioambientais pela gestão pública, com esta privilegiando ações compensatórias, tanto em casos de desastres ambientais quanto à poluição de ambientes por empresas ou eventos públicos (FREIRE; PRESCHOLDT, 2015; WEIL, 2014; VIGOLO, 2013). Outra crítica, que se acredita ser complementar a esta, é relativa ao caráter empresarial que a gestão pública pode apresentar, impossibilitando uma contribuição efetiva ao enfrentamento da questão socioambiental por ser compelida a favorecer o modo predatório de exploração do meio ambiente (SANTANA, SOUSA, 2012).

A política de educação ambiental foi percebida pelas/os pesquisadores/as aqui referenciados enquanto crítica (CHAVES, 2018), mas também num perspectiva limitada, podendo apresentar, a depender do território em que se materializa, contradições no âmbito teórico e operacional, seja nas definições sobre a distribuição de recursos financeiros, na falta de clareza acerca das penalidades aos descumpridores das leis ambientais e também na congregação de diferentes tendências de educação ambiental num mesmo discurso (NUNES, 2012). Quando da análise à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), esta também foi criticada pela diversidade ídeo-teórica em seu discurso, mas manifestando mais contundentemente, segundo Vieira (2015), o protagonismo do pensamento ambientalista liberal, isto é, a pesquisadora evidenciou a apropriação ideológica do pensamento ambientalista pela ideologia dominante.

Aparece como resultado da análise também o destaque para a necessidade de ações articuladas entre as diversas políticas setoriais para uma maior qualificação na intervenção socioambiental, como por exemplo, levar em conta os determinantes socioambientais para a promoção de saúde e o trabalho intersetorial para a prevenção a desastres e não só ações

compensatórias que acabam por se dar de forma imediatista e a-histórica (BRITO, 2014; VIGOLO, 2013).

2.2.6 Resistências e Lutas Ambientalistas

Antes de começar a discussão da análise dos dados desta temática, cabe salientar que esta é uma categoria que pode se assemelhar bastante à categoria de *Conflitos Socioambientais* por envolver disputa de diferentes projetos societários e/ou expor confrontos acerca de recursos naturais ou apropriação de territórios, porém, destaca-se que os trabalhos aqui localizados foram aqueles que centraram suas análises na ação/reação dos movimentos sociais dentro deste espectro e não na análise dos conflitos em si.

Dito isto, evidencia-se que uma quantidade significativa dos estudos nesta categoria englobados versaram sobre experiências em comunidades ribeirinhas, reservas indígenas, assentamentos do Movimento Sem Terra (MST) e também sobre o processo de trabalho em associações e cooperativas sustentáveis (LEMOS, 2015; RODRIGUES, 2014; OLIVEIRA, 2018; SANTOS, 2011; SAMPAIO, 2012; SILVA, 2012; PONTES, 2015; LUZ, 2013; SILVA, 2011a; SANTOS, 2014). Ou seja, deram-se em âmbitos não-urbanos e primaram pela pesquisa de campo, através da observação participante.

Os resultados evidenciam a necessidade do fortalecimento das práticas associativas e do cooperativismo, assim como da agricultura familiar (CÂNDIDO, 2014; PONTES, 2015; SANTOS, 2014; SAMPAIO, 2012), pois segundo as pesquisas estas práticas têm contribuído para o desenvolvimento de ações sustentáveis no meio rural, diferentemente do desenvolvimento agrícola atualmente dominante que promove degradação ambiental e concentração de terras e riquezas. A agroecologia aparece como força social, como luta contra-hegemônica que viabiliza mudanças nas práticas produtivas e alimentares, contribuindo para a consciência ecológica. Inclusive, segundo os trabalhos de Silva (2021a) e Lemos (2015), com avanços legais por parte do Estado, mesmo a população ainda encontrando dificuldades para lidar com as questões técnicas e burocráticas da máquina estatal.

Neste esteio, salienta-se que a burocracia e falta de expressividade do Estado na defesa da agroecologia e agricultura familiar interferem negativamente na continuidade das práticas camponesas sustentáveis (CUNHA; LOUREIRO, 2012; CÂNDIDO, 2014), sendo o Estado considerado como um importante partícipe neste processo, podendo contribuir de forma a viabilizar iniciativas ambientalmente sustentáveis quanto retardar seu desenvolvimento.

A agroecologia e o Movimento Sem Terra (MST) destacam-se enquanto formas efetivas de resistência popular no que se refere à democratização do acesso à terra e o direito à alimentação saudável (RODRIGUES, 2014; OLIVEIRA, 2018; SILVA, 2021). O MST foi visto pelas pesquisadoras enquanto um sujeito coletivo essencial para a defesa da reforma agrária, exercendo iniciativas produtivas e formativas numa perspectiva contra-hegemônica ao agronegócio e à luta anticapitalista (RODRIGUES, 2014). E, por mais que possam existir algumas dificuldades dentro do movimento no que se refere à apropriação teórica de conceitos como desenvolvimento sustentável, isso não os impede de estar trabalhando nesta direção (OLIVEIRA, 2018).

Há trabalhos que evidenciam modos de vida alternativos, como as Comunidades Sustentáveis (GROSSI, 2012) e o protagonismo dos indígenas no contexto da defesa ambiental (LUZ, 2013), assim como sobre cooperativas que se utilizam dos saberes tradicionais na implementação de suas ações, contribuindo assim para o espraiamento de práticas sustentáveis (SANTOS, 2014). Neste sentido, entende-se que a categoria de assistentes sociais também têm contribuído para a identificação e reconhecimento de práticas socioambientais que têm a transformação social em seu cerne.

2.2.7 Questão Socioambiental e Serviço Social

Esta categoria, que traz estudos que trataram do Serviço Social em sua articulação com a Questão Socioambiental, foi uma das que mais contaram com publicações nos últimos dez anos e demarca o entendimento e posicionamento da categoria no que se refere ao debate socioambiental. Pela expressividade da temática, identifica-se de antemão que este é um assunto que tem ganhado espaço ao longo da última década e sinaliza a intenção da categoria de conhecer o seu papel neste âmbito que cada vez mais vem se materializando enquanto um espaço sócio-ocupacional da profissão.

Seguindo nesta perspectiva, muitos foram os trabalhos que identificaram a questão socioambiental como um novo e desafiante campo de intervenção dos/as assistentes sociais (MARQUES; SCHIMITT, 2021; CYRINO, 2013; SILVA, 2019a; PEREIRA, 2018; DIAS, 2012), abordando a área ambiental como um espaço de discussões que demanda a contribuição das diversas áreas de conhecimento, numa perspectiva multi e interdisciplinar.

Já outros trabalhos, ainda dentro do reconhecimento da área ambiental como demanda profissional, tiveram como objetivo subsidiar a intervenção da/o assistente social junto a esta temática, contribuindo com a categoria na medida em que expõem os compromissos a serem

assumidos e dão visibilidade às possibilidades de atuação profissional junto ao meio ambiente (CAETANO, 2021; SILVA, 2016b; REZENDE, 2016; ANITELLI, 2017).

É interessante notar que uma das justificativas que mais apareceram no que concerne à apropriação da temática socioambiental pelo/as assistentes sociais e sua inserção neste meio foi o compromisso da categoria em se manter atualizada com a realidade social e a consequente necessidade de estar a par de novas manifestações da questão social que podem surgir - neste caso, a emergência ambiental -, asseverando a versatilidade e constante adaptação da profissão ao contexto histórico e social em que se situa (MARQUES; SCHIMITT, 2021; VIEIRA, 2017; SILVA, 2016b; SILVA, 2018a).

Aparece como desafio à categoria a falta de conhecimento da profissão acerca da temática ambiental e falta de subsídios teóricos (SAUER; RIBEIRO, 2012), assim como a necessidade de qualificação da inserção dos/as assistentes sociais neste meio e a articulação entre teoria e prática de forma a possibilitar alternativas viáveis para o enfrentamento à questão socioambiental (NUNES, 2013; NUNES; SILVA, 2013). Silva (2018a) também fala da imprescindibilidade da ampliação do número de assistentes sociais na área.

A dimensão socioeducativa da profissão também se fez presente neste debate, sendo esta uma das competências profissionais mais requisitadas junto ao trabalho socioambiental (CAETANO, 2021; MOREIRA, 2013; ANITELLI, 2017; DIAS, 2012; SILVA, 2018a). A mobilização e organização comunitária, geração de renda (DIAS, 2012) e o trabalho com gestão, a partir de pesquisas territoriais (REZENDE, 2016), também aparecem como possibilidades de atuação profissional.

O que mais se destaca, entretanto, é a quantidade significativa de trabalhos que, assim como este, objetivaram reconhecer (ou expuseram) o posicionamento e entendimento da categoria acerca da questão socioambiental (SILVA, 2016b; NUNES, 2018; LUDWIG, 2021; SILVA, 2019a; SILVA, 2015; SILVEIRA, 2015; PEREIRA, 2018; MENDES, 2011; SILVA, 2018a). Para isto, foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas que iam desde a busca por publicações científicas em revistas da área, até a investigação em anais de eventos como ENPESS e CBAS, além da análise de matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social em universidades brasileiras.

Este fato ilustra o quanto a categoria de assistentes sociais têm tentado se entender enquanto atores passíveis de colaboração no enfrentamento à questão socioambiental. Ao tentar entender o que os/as demais companheiros/as de profissão estão trazendo dentro desta temática, fica claro que há uma preocupação em reconhecer os limites e possibilidades de atuação na área a partir de um conhecimento próprio do Serviço Social. Os/as assistentes

sociais têm se interessado pela temática ambiental e enxergam esta como uma “nova” atribuição profissional.

Neste sentido, atenta-se para o fato de que o Serviço Social tem demarcado sua posição junto à luta pela preservação ambiental ao inserir este debate no escopo de suas ações e produções teóricas. Ao reconhecer a crise ambiental como uma crise estrutural do capital (BRAZ, 2016; SILVA, 2015) e identificar o sistema capitalista de produção como um intensificador da degradação ambiental e também social (NUNES, 2013; CAETANO, 2021; SILVA, 2016b; LUDWIG, 2021; ALCÂNTARA, 2017), a categoria se afirma enquanto resistência e sujeito coletivo ancorado nos princípios democráticos e ambientalmente sustentáveis. Acredita-se que este debate ainda tem muito a ser ampliado, assim como as possibilidades de intervenção dos/as assistentes sociais junto ao meio ambiente que, numa perspectiva multi e interdisciplinar, ainda têm muito a contribuir para a transformação socioambiental.

3 O PAPEL DO ESTADO: ENTRE A PROMOÇÃO E A REDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

O Estado é entendido neste trabalho através da concepção gramsciana, ou seja, como Estado ampliado. O Estado ampliado é o ente social que conjuga a sociedade civil e a sociedade política. Entende-se sociedade civil enquanto o conjunto de aparelhos privados de hegemonia, isto é, instituições que garantem a hegemonia das classes dominantes através do complexo das relações ideológicas e culturais, como escolas, igrejas, mídias, entre outros (PEREIRA, 2011). Neste momento ainda não é preciso o uso da força para a manutenção do *status quo*. É através do direcionamento ideológico e espiritual que a dominação de uma classe sobre a outra se efetiva. A ideologia dominante de uma época é sempre a ideologia da classe dominante desta respectiva época. Complementarmente, os interesses particulares desta classe dominante são sempre reproduzidos enquanto interesses universais, consolidando assim a dominação em todos os sentidos. (MARX; ENGELS, 2002).

Já a sociedade política, ou o *Estado restrito*, é o conjunto de aparelhos coercitivos pelos quais a classe dominante exerce o monopólio legal e legítimo da violência; são exemplos as forças armadas e policiais (COUTINHO, 1996). Atualmente, esse monopólio da violência é a principal garantia de que a sociedade capitalista privilegiará o mercado, ou seja, continuará capitalista. Como exemplo dessa legitimidade da violência temos os momentos históricos de ditaduras militares que aconteceram em contextos de efervescência política em toda a América Latina. Ao menor movimento revolucionário soam as trombetas ditatoriais e, em razão da ordem, mortes e torturas são justificadas, garantindo a paz quieta de uma sociedade que consome.

Mascaro (2013) contribui trazendo a noção de que o Estado não pode ser pensado como ente externo ao sistema capitalista de produção, visto que é inerente a este. A formação do Estado se dá pelo advento do capitalismo, está estruturalmente ligado a ele.

No campo estrutural, ele é um dos momentos necessários da própria reprodução capitalista. A troca de mercadorias entre indivíduos, a exploração da força de trabalho mediante salariado pelo capital e a garantia deste se fazem não suplementarmente pelo Estado, mas estruturalmente. Assim, o Estado só pode ser compreendido no contexto geral da totalidade capitalista. (MASCARO, 2013, p.68)

Porém, o Estado traz em si também a contradição, pois “Justamente porque o Estado não é apenas um núcleo repressivo, sua materialidade em aparelhos também ideológicos enseja contraideologias a partir desse mesmo espaço estatal ampliado”. (MASCARO, 2013,

p.71). E é nesta perspectiva, através dessa brecha contraditória que o Estado e seus dirigentes são obrigados a admitir para que a luta de classes seja apaziguada, que se encontra a possibilidade de serem pensadas estratégias que, na contramão do capital, contribuam para uma maior conscientização acerca do meio ambiente e sua consequente necessidade de preservação e recuperação.

São as políticas públicas as principais mediações entre o Estado e a sociedade, a materialização das decisões do Estado através de ações governamentais que impactam diretamente a realidade social. Segundo Amabile (2012, p.390) em Dicionário de Políticas Públicas, as políticas públicas são “decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade”. Já Lima, Steffen e D'ascenzi (2018, p.38) dizem que as mesmas são “ações intencionais e coordenadas para responder a um problema percebido enquanto público”, sendo o problema público “um fato reconhecido intersubjetivamente como inadequado, passando a ser discutido pelos atores políticos interessados”. Pereira (2011, p.174) também traz que a política pública expressa “a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos”. A autora complementa trazendo que as políticas públicas não são necessariamente políticas estatais, mas políticas qualificadas pela universalidade e totalidade (Ibidem).

As políticas públicas são, assim, um importante meio de materialização formal das demandas coletivas. Perceber uma situação enquanto socialmente inadequada e reivindicar sua solução por meio do Estado, que poderá respondê-la através de políticas públicas e sociais, é uma ação que se faz imprescindível para a garantia da democracia e o fortalecimento do Estado de Direito. As políticas representam as intenções do Estado, materializam o projeto societário que este representa e, a depender dos sujeitos que o compõem e do poder de pressão popular, podem ser ampliadas ou reduzidas. É possível, então, entender a dinâmica do Estado e de seus governos através da análise de suas políticas públicas e ações concretas que incidem na realidade da população. Isto posto, passaremos a analisar a trajetória e algumas das políticas que vêm norteando as ações estatais no que se refere ao cuidado com o meio ambiente e a posição do Estado brasileiro quanto ao enfrentamento das contradições socioambientais trazidas pela atual crise climática.

3.1 POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

O Brasil é um país historicamente caracterizado pela pilhagem de sua natureza. Durante séculos, desde de sua ocupação pelos colonizadores portugueses, suas riquezas naturais foram sistematicamente saqueadas e sequestradas, transportadas para alimentar outras bocas, colorir outras vestes e enriquecer outros deuses. A história das colônias é sempre marcada pela usurpação e violência e não foi diferente com o território que se convencionou chamar Brasil, antes lar para milhares de pessoas nascidas dessas terras e que delas se nutriam, mas que aos olhos dos conquistadores, tornavam-se obstáculo para sua conquista definitiva - terra essa que entregava seus bens a quem os colhesse, sem juízos de valor nem distinções de origem ou intenção. E assim foi se formando o Brasil, à imagem de seu colonizador, seu pai, que tirava da mãe tudo o que podia e que, infelizmente, tinha preferências entre seus filhos.

Desta maneira constitui-se o Brasil e seu modo de lidar com a sua natureza. As primeiras políticas ambientais que aqui surgiram foram próprias do sistema colonial, eram normativas que intencionavam uma gestão ambiental que resguardava os direitos da Coroa Portuguesa sobre as riquezas aqui nascidas, como o pau-brasil, que só podia ter derrubado e transportado para Portugal. Nesse sentido, algumas restrições surgiam quanto à apropriação da natureza, porém, somente em caráter gerencial e em proveito da Coroa (SOUSA, 2020). Esta fase então se caracteriza principalmente pelo descobrimento das propriedades lucrativas que a fauna e a flora brasileira podiam ter, era o princípio da visão utilitarista da natureza deste território, visão esta que persiste até hoje, sobretudo no pensamento das elites.

As próximas medidas ambientais acontecem só no século XX, num país já independente. Com o passar dos anos e com as mudanças na estrutura política e produtiva no país, a preocupação com a manutenção dos recursos naturais necessários ao desenvolvimento industrial começam a surgir. É junto da industrialização no país, liderada por Getúlio Vargas na década de 1930, que são elaboradas as primeiras normativas legais diretamente vinculadas à administração e controle de recursos naturais, com intuito de continuidade e aprimoramento das atividades econômicas. O marco legal da gestão ambiental brasileira tem início então em 1934 com a instituição do Código de Águas e do Código Florestal, vinculadas aos setores de energia e agricultura, respectivamente. (MOURA, 2016).

Até a década de 1970 o Brasil continua sem uma política ambiental definida, sendo esta ainda em caráter residual e se dando a partir políticas setoriais que se aproximavam da questão socioambiental de forma tangencial, visando somente a administração dos recursos

naturais (Ibidem). Segundo Ferreira e Salles (2016), porém, esse início de política ambiental brasileira já apresentava um caráter conservacionista, devido às diversas áreas de preservação ambiental e unidades de conservação que foram criadas a partir de 1937. A contradição, segundo os pesquisadores, é que ao criar áreas definidas de conservação, poderia-se justificar “despreocupações ambientais” nas demais áreas ainda desprotegidas e, assim, apropriar-se de seus recursos à exaustão. Ademais,

A política de “administração dos recursos naturais” ainda refletia uma visão de sistema econômico pouco integrado com as questões ambientais. Ou seja, as potencialidades e restrições naturais não eram adequadamente consideradas nas decisões relacionadas à produção com vistas no longo prazo. A julgar pela opção de desenvolvimento baseada em uma industrialização voltada à exploração intensiva de recursos naturais não renováveis, especialmente minério de ferro e petróleo. Estratégia estas, notadas tanto na primeira industrialização promovida no governo de Getúlio Vargas, como na gestão de Juscelino Kubitschek nos anos 1950 – quando o governo estipulou metas físicas envolvendo o aumento da produção de combustíveis fósseis e produtos primários, por exemplo. (FERREIRA; SALLES, 2016, p.4).

É somente a partir da década de 1970 que uma política ambiental palpável começa a se formar não só no Brasil, mas no mundo. Com a publicação do relatório Os Limites do Crescimento, pelo Clube de Roma - grupo de especialistas de diversas áreas que debatiam assuntos de interesses difusos, fundado em 1968 - desencadeia o debate sobre a questão socioambiental a partir da preocupação com a escassez dos recursos naturais necessários ao desenvolvimento econômico (MOURA, 2016). A temática passou a ser pauta das discussões internacionais e, já em 1972, acontece a primeira Conferência das Nações Unidas pelo Meio Ambiente, em Estocolmo, que tratou da utilização dos recursos naturais e da emissão de poluentes, com a intenção de incentivar estratégias de proteção ao meio ambiente e promover o desenvolvimento social e econômico no sentido da preservação ambiental (SOUSA, 2020).

A participação do Brasil na Conferência de Estocolmo foi de encontro aos objetivos propostos pela mesma, pois

O governo brasileiro estava sob domínio dos militares, e uma das grandes promessas era o desenvolvimento do país, promovendo empregos e incentivando a instalação de multinacionais, inclusive impulsionando a colonização da região amazônica com grandes projetos de infraestrutura (estradas, cidades, etc.). (SOUSA, 2020, p.209).

Além disso, havia o entendimento de que o desenvolvimento dos países emergentes não deveria ser prejudicado em prol do meio ambiente, pois a pobreza era identificada como causa principal da degradação ambiental, portanto era necessário solucioná-la antes de se pensar em estratégias ambientalistas e isto só se dava através do crescimento econômico e

incentivo ao consumo, cabendo aos países desenvolvidos os esforços pela proteção ambiental - posição endossada por 77 dos 113 países presentes na Conferência (MOURA, 2016; SOUSA, 2020; SILVA; SILVA; BORGES, 2019).

Mesmo assim, devido aos acordos firmados pela comunidade internacional, o país foi obrigado a fazer adaptações em sua estrutura política para que fosse possível viabilizar um desenvolvimento econômico e social que também levasse em conta as demandas ambientais. E assim, já em 1973, surge a primeira instância política de nível federal destinada a abordar assuntos diretamente afetos ao meio ambiente, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior (MOURA, 2016). Ainda segundo Moura (2016, p.15):

A agenda da Sema se concentrou no problema do controle da poluição industrial e urbana, em uma ação orientada, principalmente, em função de denúncias. O IBDF continuou com a função de órgão fomentador das ações para as florestas e gestão das áreas protegidas (Unidades de Conservação – UCs), enquanto a Sema acabou estabelecendo um programa próprio de áreas protegidas que ficaram a ela subordinadas.

Mesmo com a nova Secretaria, a política ambiental brasileira ainda continuava residual, pois esta era tratada como um pauta secundária e a própria vinculação da SEMA ao Ministério do Interior apresentava uma contradição:

O antagonismo reside no fato de que uma das principais instituições responsáveis pela implantação da estratégia de expansão da estrutura produtiva era o Ministério do Interior, mesmo órgão ao qual era vinculado à SEMA. Considerando que as questões ambientais historicamente são tratadas como externalidades às políticas setoriais que lidam com a atividade produtiva, as ações voltadas ao planejamento ou ao controle ambiental pareciam conflitantes com a política econômica em curso naquele momento. (FERREIRA, SALLES; 2016, p.5).

É na década de 1980 que a política ambiental brasileira dá um salto qualitativo, com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e a consequente criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a criação do então Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, assim como a inserção do Capítulo VI - Do Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988, que prevê o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito - além de advertir sobre a proteção, preservação e defesa do meio ambiente em várias outras passagens ao longo da Carta Magna.

Outro marco institucional importante no período foi a reestruturação dos órgãos federais encarregados da questão socioambiental, por meio do programa Nossa Natureza, em 1989, com a unificação dos órgãos que tratavam a questão socioambiental setorialmente – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), Superintendência da Borracha (Sudhevea), IBDF (desenvolvimento florestal) e a Sema – em torno de um único órgão federal: o Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Lei no 7.735, de 22 de fevereiro de 1989). (MOURA, 2016, p.17).

A partir daí a política ambiental no Brasil se fortalece e ganha respaldo jurídico-institucional, com secretarias e pastas ambientais em todos os níveis de governo, pois o SISNAMA pressupõe a descentralização político-administrativa da pauta ambiental. Apesar desse novo aspecto da política, é necessário enfatizar que logo na década de 1990 há um forte redirecionamento político para a perspectiva neoliberal, o que compromete os avanços conquistados nas áreas sociais e ambientais e impulsiona o setor produtivo, baseado na intensificação da exploração do trabalho humano, na redução do Estado e abertura a privatizações e capital estrangeiro. Com as diversas crises econômicas gestadas pelo sistema capitalista de produção ao longo do tempo, é difícil estabelecer uma política ambiental sólida, já que esta vai de encontro ao paradigma capitalista de acumulação, estímulo ao consumo e exploração de recursos.

Isto posto, a década de 1990 também contou com aprimoramentos na área ambiental, contando inclusive com um dos eventos mais importantes da contemporaneidade da temática, a Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD) que, como o apelido já diz, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992.

Como produto desse evento, foram elaboradas declarações e convenções muito importantes que serviram como aporte para criação de uma governança ambiental mundial: a do Rio'92, uma carta de princípios pela preservação e conservação da vida na Terra; a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, que estabelece recomendações para conservação das florestas; Convenção sobre a Diversidade Biológica, um tratado internacional multilateral para a proteção e a regulação do uso da diversidade biológica em cada país signatário (MMA,2000), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, com o objetivo de estabilizar concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera para níveis aceitáveis impedindo alterações na dinâmica do sistema climático mundial. (SILVA; SILVA; BORGES, 2019, p.597).

E, sobretudo, houve também a construção da Agenda 21, um compromisso dos países signatários para a virada do século com ações em escala global, nacional e local para minimizar os problemas ambientais e atingir o objetivo de sustentabilidade (SILVA; SILVA; BORGES, 2019., p.597-598). Nesse mesmo ano, 1992, foi criado o primeiro Ministério do

Meio Ambiente (MMA) no Brasil. O MMA começou com poucos/as funcionários/as e recursos, a maioria destes advindos de órgãos multilaterais como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que contavam com diretrizes rígidas para a concessão de fundos, o que contribuía para a morosidade de um processo já custoso de implementação de políticas ambientais efetivas por parte do poder governamental brasileiro. Entretanto, é nesta década que o Brasil surge como um dos únicos países a contar com um direito penal ambiental, pois em 1998 é instituída a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), importante marco na busca de um sistema de justiça contra as ofensas ambientais. (MOURA, 2016).

Chegamos ao século XXI então com um sistema de política ambiental já consolidado e se encaminhando para ser um dos mais robustos do mundo, apesar das contradições que carrega. O ano 2000 introduz o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985/00) e também a Agência Nacional de Águas (ANA); em 2007, é criado o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), nomeado em homenagem ao grande líder sindicalista, seringueiro e ativista ambiental Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, grande personalidade brasileira que viveu e morreu em luta pela defesa ambiental e dos povos da floresta. O Instituto surgiu pela reestruturação das funções do Ibama que

focou sua atuação nas ações de licenciamento e fiscalização, enquanto o ICMBio passou a responder pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Cabe ao ICMBio gerenciar e fiscalizar as UCs federais, o que compreende 887 unidades de proteção integral e de uso sustentável, as quais abrangem 754.854 km² do território nacional. O instituto também fomenta e executa programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. (MOURA, 2016, p.20).

Já em 2012 a política ambiental brasileira e mundial encontra-se em um terreno conflitante. Com o mundo recém-saído de uma das grandes recessões econômicas do capital, a crise financeira de 2008 que se iniciou nos Estados Unidos (EUA), os investimentos em ações ambientais ficam em segundo plano. A Rio+20, Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável prevista para aquele ano e que retomaria o debate e propostas realizados na Rio-92, chegou a contar com abstenções de grandes personalidades políticas e acabou com resultados defasados e sem estratégias efetivas de enfrentamento à degradação ambiental. Além disso, os EUA,

principal país poluidor *per capita*, recusou-se a assumir qualquer compromisso vinculante para reduzir as emissões que causam o aquecimento global. Enquanto isto, os países menos desenvolvidos reivindicaram o seu direito a poluir enquanto os mais desenvolvidos não assumissem a dívida por terem poluído tanto há tanto tempo. (MOURA, 2016, p.21).

Também indo na contramão dos interesses ambientais, o cenário econômico do início deste século contou com a rápida expansão da economia asiática e a conseqüente necessidade de importação de *commodities*, seguido do aumento do preço das mesmas, o que beneficiou os países cuja base produtiva girava em torno da exportação de produtos primários, como o Brasil (FERREIRA; SALES, 2016, p.12). Esse “benefício”, porém, só se dá na área econômica, pois uma política extrativista, e conseqüentemente expansionista, é nociva para o meio ambiente, pois gera grandes desmatamentos e poluição, muitas vezes excedendo em extração a capacidade da natureza de regeneração.

Desse modo, a parte poluidora e destrutiva do processo vai para os países de economia subalterna, menos rigorosa em suas leis de proteção e com abundante força de trabalho - barata e dependente quanto à empregabilidade, sendo política e educacionalmente frágil -, mantendo o domínio tecnológico e direitos inerentes, inclusive sob forma de patentes, muitas vezes ainda auferindo incentivos fiscais e financiamento. Essa divisão também tem priorizado, nos países periféricos, a exploração de recursos naturais não renováveis, como o minério e o petróleo, junto com o uso de bens escassos, ali mais abundantes, como a água, a madeira e a extensão de terra, verificáveis no caso analisado quanto ao minério e a água. (FREIRE; PRECHOLDT, 2015, p.481).

Junto com isto há a polêmica alteração do Código Ambiental de 1964, “O novo Código traz novidades ao cenário ambiental do Brasil, anistiando aqueles que cometeram crimes até 2008, alterando as áreas de Reserva Legal e alterando as delimitações das medições das Áreas de Preservação Permanente”. (SOUSA, 2020, p.217).

Nota-se então que a política ambiental, não só brasileira como mundial, não caminha de forma linear, mas pode avançar e retroceder em suas iniciativas a depender do contexto econômico e histórico em que se situa. Com um sistema de produção volátil como o capitalista, a política ambiental torna-se refém das flutuações econômicas, pois em prol da manutenção das altas taxas de lucro a exploração exaustiva dos solos e a emissão de poluentes tornam-se aceitáveis e a ambição de “deixar um planeta saudável para as próximas gerações” cai por terra.

Com este subcapítulo pretendeu-se expor uma aproximação do estado da política ambiental brasileira até esta década. Não se intenta aqui esgotar as iniciativas governamentais a favor da defesa do meio ambiente, mas demonstrar a evolução desta política, assim como os

avanços e as contradições a que a política ambiental está sujeita. Entretanto, encontra-se no Anexo I deste trabalho um quadro da “Evolução da legislação ambiental brasileira por períodos (1930-2015)”, elaborado por Moura (2016, p.24-25) e que destaca as principais legislações federais relativas à temática ambiental separadas por décadas - um trabalho fundamental para a plena visualização do marco legal ambiental contemporâneo.

3.2 A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA NO ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Considerando o objetivo específico de averiguar se o Estado brasileiro, em sua última década, tem contribuído para o enfrentamento da questão socioambiental, foi realizada pesquisa documental nos principais instrumentos legais norteadores do planejamento financeiro público. Neste sentido, ao considerar também a vinculação do Estado brasileiro ao ideal neoliberal, buscou-se compreender como o orçamento público, através das previsões de receitas e despesas públicas dos dez últimos anos, tem materializado a função protetiva dos recursos ambientais brasileiros através da análise dos gastos e investimentos na área ambiental, a saber, os recursos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias.

Por isto, a pesquisa se deu no âmbito das legislações orçamentárias que norteiam a fixação de receitas e despesas públicas, no caso, os últimos três Planos Plurianuais (PPA) e as últimas dez Leis Orçamentárias Anuais (LOA) para averiguar quanto do orçamento público é destinado ao Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias, visto que, numa sociedade de cunho liberal, o nível de investimentos em determinada política reflete sua importância para o governo em exercício.

Segundo Abreu e Câmara (2015), o orçamento público é um instrumento governamental que determina quais ações governamentais serão passíveis de execução ou não, sendo um instrumento de “vetor ou veto” de políticas públicas. De acordo com os mesmos, o orçamento público reflete as ideias centrais dos mandatos, repercutindo na administração pública como um todo. A normatização orçamentária do Brasil se encontra em sua Constituição Federal, em seu artigo 165, que fala dos orçamentos e estabelece o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais como leis de iniciativa do Poder Executivo (BRASIL, 1988). Isto é, “O orçamento, na expressão mais restrita de seu vocábulo, está centrado em leis periódicas que visam autorizar o uso dos recursos públicos

pelos governos, ou seja, é concentrado apenas em (dois) fluxos, a saber: estimar receitas e fixar despesas”. (AFONSO, 2016, p.11).

O orçamento público é, então, composto por estes instrumentos de planejamento financeiro que, após a etapa de projeção pelo Poder Executivo e autorização do Poder Legislativo, se materializam em leis, são eles: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos têm como função principal assegurar a execução de políticas públicas a partir da definição dos respectivos recursos que as viabilizarão, efetivando assim suas diretrizes, objetivos, metas e prioridades (FLORES, 2016).

O PPA é um dos principais instrumentos de planejamento político dos governos, definindo as ações governamentais que serão implementadas em um período de quatro anos (quatro exercícios financeiros) e orientando a projeção da LDO e LOA, que especificarão os recursos destinados ao projeto governamental defendido pelo/a gestor/a público em consonância com os interesses da população. Ele é projetado no primeiro ano de mandato do representante eleito, executado a partir do segundo ano de tal mandato, terminando no final do primeiro exercício financeiro do mandato seguinte (ANDRADE, 2007), isto é, transcende o período temporal de um mandato em um ano. O PPA define as intenções da administração pública federal, definindo os objetivos e diretrizes que nortearão os/as gestores/as a médio prazo e dando transparência ao modo como serão alocados e utilizados os recursos públicos.

Em consonância com o PPA, a LDO objetiva relacionar e viabilizar o que foi planejado e a execução orçamentária, tendo como principais funções:

prever as despesas de capital para o exercício financeiro vindouro, orientar a elaboração da lei orçamentária, dispor sobre as mudanças na legislação tributária e, ainda, regulará a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (FLORES, 2016, p.197).

A LDO, então, decompõe as metas fixadas pelo PPA ano a ano, orientando a LOA e estabelecendo as prioridades da administração pública.

Quanto à LOA, esta dá materialidade às previsões do PPA e ao que foi definido como prioridade pela LDO. Segundo sítio do Ministério da Economia (BRASIL, 2022), a LOA apresenta a programação dos gastos governamentais, assim como a previsão das receitas que os custearão, e é composta por três partes: o Orçamento Fiscal; o Orçamento da Seguridade Social; e, Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. Segundo Flores (2016, p.197), a

LOA pode ser vista enquanto o próprio orçamento financeiro, dando cumprimento anual ao que foi planejado pelo PPA, em sintonia com a LDO.

3.2.1 Mensagens Presidenciais nos Planos Plurianuais

Para esta pesquisa documental, foram analisadas as Mensagens Presidenciais dos últimos três PPAs (2012-2015; 2016-2019; 2020-2023) no que se referiu à previsão de ações ambientais, uma vez que estas representam os projetos socioambientais defendidos pelos/as últimos/as representantes, refletindo a importância dada por eles/as ao tema. As Mensagens Presidenciais traduzem o texto da lei, deixando o seu entendimento mais acessível, além de trazer as motivações e prognósticos que impulsionaram a tomada de decisão por parte dos/as gestores/as. Elas se encontram como anexos dos PPAs e podem ser encontradas junto aos mesmos no sítio do Ministério da Economia.

Foi elaborado pela pesquisadora um quadro facilitador que identifica as partes das Mensagens Presidenciais que fazem alusão ao cuidado com o meio ambiente. Aqui não são entendidas como ações de função ambiental as ações que, por mais tenham consequências ambientais positivas, tenham por objetivo inicial a promoção de melhoria da qualidade de vida humana ou desenvolvimento urbanístico e social, como, por exemplo, as políticas de saneamento básico. Encontram-se discriminadas aqui somente as ações que se referem ao cuidado com a biodiversidade e qualidade ambiental, isto é, que se refiram à preservação do meio ambiente por parte do Estado brasileiro corporificado pelas últimas gestões federais.

Quadro 4 - Referências ao Meio Ambiente nas Últimas três Mensagens Presidenciais (PPAs)

PPA - Mensagem Presidencial	Presidente/a	Menções ao Meio Ambiente	Link de Acesso à Mensagem Presidencial
2012 - 2015	Dilma (PT)	Cenário Ambiental: p. 37 a 52 Biodiversidade: p. 252 a 253 Mudanças Climáticas: p. 253 a 255 Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios: p. 255 a 257 Licenciamento e Qualidade Ambiental: p. 257 a 259	https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2012-2015/mensagem_presidencial_ppa.pdf
2016 - 2019	Dilma (PT)	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade: p. 165 a 167	https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2016-2019/mensagem_presidencial_ppa.pdf

		Mudança do Clima: p. 172 a 174 Qualidade Ambiental: p. 178 a 181	mento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf
2020 - 2023	Jair Bolsonaro (PL)	Eixo Ambiental: p. 37 a 39	https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/mensagem-presidencial.pdf

Fonte: a autora, 2022.

É possível perceber desde já que, pelo menos quanto ao número de páginas e menções a assuntos correlatos à preservação ambiental, houve uma redução bastante drástica no espaço reservado pelas Mensagens Presidenciais à temática ao longo da última década.

O PPA 2012-2015 traz em sua Visão de Futuro o comprometimento em ser um país reconhecido “Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental”. (BRASIL, 2011, p.17). Quando começa a falar do Cenário Ambiental no Brasil, expõe as riquezas do biomas brasileiros e logo traz que

Cabe evidenciar a importância da integração da questão ambiental no processo de desenvolvimento do país, a ser incorporada por intermédio de instrumentos econômicos e de conscientização que induzam produtores, empresas e consumidores a considerar os benefícios e danos ambientais relacionados às suas decisões de produção e consumo – dentre os quais se destacam os estudos e projetos que mitiguem ou minimizem os impactos ambientais causados por grandes obras, a certificação ambiental, os pactos com as cadeias produtivas e os pagamentos por serviços ambientais. (BRASIL, 2011, p. 40).

Além disso, faz referência à importância da Educação Ambiental, das políticas de prevenção e controle do desmatamento nos biomas do país, do fomento da exploração econômica sustentável e da relevância do estabelecimento de Unidades de Conservação (UC). Depois de trazer o saneamento básico como estratégia para o alcance dos objetivos de sustentabilidade e até mesmo a projeção de mudanças na matriz logística do país, defendendo o uso da malha ferroviária para o escoamento da produção, o PPA faz referência à crise climática e traz que “serão implementadas ações para redução das emissões de gases de efeito estufa por intermédio de planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas e planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas”. (BRASIL, 2011, p.49)

Quanto ao item Biodiversidade, o PPA 2012-2015 traz como metas:

(...) ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando o conhecimento da biodiversidade; criar e assistir 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade; promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em 253 âmbito nacional; remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos ambientais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria); elaborar Planos de Ação para 100% das espécies da fauna ameaçadas de extinção e 500 espécies da flora ameaçadas de extinção; regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas; implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, monitoramento e erradicação de espécies invasoras; e estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público e atualizar o mapa de áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. (BRASIL, 2011, p.252-253).

Já no item de Mudanças Climáticas, o PPA reflete a transversalidade da questão ambiental quando expõe que “os objetivos, metas e iniciativas que tratam diretamente da mitigação das emissões dos GEE (*Gases de Efeito Estufa*) estão presentes em diversos programas temáticos, como os de Agropecuária Sustentável, de Florestas, de Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, e de Energia Elétrica”. (BRASIL, 2011, p.255).

Quanto ao tema Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, o PPA 2012-2015 traz como principais diretrizes:

- a) o desenvolvimento de uma economia florestal sustentável;
- b) a prevenção e controle do desmatamento, dos incêndios florestais e da extração predatória de produtos e subprodutos florestais;
- c) a recuperação de áreas com vegetação natural degradada, especialmente as de preservação permanente e as reservas legais; e
- d) a proteção dos ecossistemas florestais e a promoção da gestão florestal compartilhada. (BRASIL, 2011, p.257).

Já em Licenciamento e Qualidade Ambiental, o PPA expõe o meio ambiente como um dos direitos preconizados na Constituição Federal de 1988 e fala dos diversos instrumentos instituídos pela política ambiental, como a Avaliação de Impacto Ambiental e o Licenciamento Ambiental, para a garantia da prevenção, controle e recuperação da qualidade ambiental, trazendo que “Há também necessidade de realizar ações voltadas à revisão de normativos, à disponibilização qualificada de informações ambientais e ao aperfeiçoamento da capacidade operacional dos órgãos envolvidos no processo de licenciamento”. (BRASIL, 2011, p.257).

É possível ver que o Plano Plurianual para os anos de 2012 a 2015 foi robusto no que concerne à preocupação ambiental. Além dos trechos citados, muitas outras partes do documento, que não tratam especificamente do meio ambiente, também remetem à necessidade da sustentabilidade em suas ações. É visível que, por mais que existam dificuldades de implementação de tais planos, houve um vigoroso planejamento de mitigação dos agravos ambientais.

O PPA 2016-2019 dá sequência ao que foi previsto no PPA 2012-2015, visto que também foi elaborado sob a gestão do Governo Dilma, e também traz como Visão de Futuro o reconhecimento do país como “uma economia sólida, dinâmica e sustentável, capaz de expandir e renovar competitivamente sua estrutura produtiva com geração de empregos de qualidade e com respeito ao meio ambiente”. (BRASIL, 2016, p.15).

Este PPA, talvez por seguir a mesma perspectiva que o último, é um pouco mais conciso, mas tem diretrizes e objetivos bem definidos, como evidencia o item Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, que traz como diretriz estratégica: “Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2015, p.165) e, como objetivos da mesma:

- Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável.
- Promover desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas do conhecimento oriundo da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado por meio da implementação de sistema de acesso e repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal.
- Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.
- Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras. Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais. (BRASIL, 2015, p.166-167)

No item Mudança Climática, o PPA 2016-2019 também atesta o compromisso voluntário do Brasil em reduzir as emissões de GEE, e traz como diretriz estratégica a: “Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas” (BRASIL, 2015, p.173), seguido dos objetivos de:

- Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

- Mitigar a mudança do clima e promover a adaptação aos seus efeitos, por meio da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas. (BRASIL, 2015, p.174)

Já o item de Qualidade Ambiental teve como diretriz estratégica: “Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais”. BRASIL, 2015, p.179), com os objetivos:

- Reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a pressão sobre os recursos naturais e a pressão sobre os recursos naturais a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.
- Controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar.
- Promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana.
- Realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos. (BRASIL, 2015, p.180-181).

Como se pode observar, o PPA 2016-2019, além de apresentar bem menos informações acerca do meio ambiente, também tem diretrizes e objetivos mais genéricos, sem maiores especificações sobre a relevância do tema. Entretanto, mesmo que não de forma central, a sustentabilidade ambiental ainda aparece como um objetivo a ser perseguido pelo governo em questão, que não deixou de relacionar o desenvolvimento do país com a necessidade de preservação ambiental.

Já o PPA 2020-2023, desta vez sob a gestão do Governo Bolsonaro, diferentemente dos dois últimos PPAs, quase não traz informações ou objetivos relativos à preservação do meio ambiente. O Eixo Ambiental traz como diretriz a “Promoção do uso sustentável e eficiente dos recursos naturais, considerando custos e benefícios ambientais” (BRASIL, 2019, p.37), porém, tal eixo encontra-se totalmente vinculado à agropecuária, tendo como tema “Agropecuária e Meio Ambiente”. Cabe salientar, porém, que a maior parte deste item é destinada à primeira. A justificativa é que

As áreas de agropecuária e de meio ambiente necessitam de uma interação equilibrada, a fim de promover a sustentabilidade da produção e do meio ambiente. Essa interação é fundamental para o uso racional dos recursos naturais, garantindo segurança alimentar e abastecimento interno para o desenvolvimento nacional sustentável e a ampliação do comércio exterior. (BRASIL, 2019, p.37)

Em nenhum momento o documento traz objetivos palpáveis quando aborda os programas sobre Mudança do Clima, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e Qualidade Ambiental. Por exemplo,

O Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais visa tratar de um País de dimensões continentais, com posição privilegiada de acesso a recursos e saberes, que pretende se devolver sustentavelmente. O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo, possuindo entre 10% e 15% de todas as espécies conhecidas atualmente. Também é detentor de aproximadamente 12% da água doce disponível no mundo e de um conjunto cultural que congrega 286 etnias nativas com contribuições biológicas e socioculturais de matrizes negras, brancas e amarelas oriundas de outros continentes.

Pode-se notar no parágrafo supracitado que não há nenhuma previsão sobre iniciativas de conservação ou uso sustentável da biodiversidade, mas somente informações genéricas acerca do patrimônio ambiental e genético brasileiro. Constata-se, porém, que esta tendência se repete ao longo do PPA, escasso de informações pormenorizadas, independentemente do eixo em questão.

Em outros parágrafos, ainda no Eixo Ambiental, o documento cita algumas ideias para a redução dos agravos ambientais, principalmente no meio urbano, como o “planejamento para viabilizar a concepção de cidades inteligentes” (BRASIL, 2019, p.38), que se encontra dentro do programa sobre Mudança do Clima, mas que não evidencia nenhum plano de ação efetivo, além de não haver diagnósticos congruentes sobre a realidade ambiental do país.

É visível, assim, como o debate ambiental nos planejamentos governamentais federais perdeu força ao longo da última década, principalmente nos últimos anos. Além disso, a efetividade das ações previstas nas Mensagens Presidenciais dos Planos Plurianuais também depende dos níveis de arrecadação do governo federal e sua distribuição para as demais regiões e órgãos responsáveis, como será visto no item a seguir.

3.2.2 O Meio Ambiente no Orçamento Federal

As LOAs (2012-2021) também serviram como fonte documental para esta pesquisa para que fosse possível aferir as transferências de recursos da União ao Ministério do Meio Ambiente como um todo e, também, por unidade orçamentária (autarquias vinculadas ao Ministério). As transferências diretas ao MMA puderam ser verificadas nos anexos II das respectivas leis, em tabela denominada “Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade

Social, por órgão orçamentário”. Essa tabela discrimina os órgãos governamentais existentes e os recursos que serão alocados aos mesmos, segundo fontes do Tesouro e também Outras Fontes.

Foi elaborada uma tabela com as dotações previstas somente para o MMA ao longo dos últimos dez anos, tendo como referência o documento supracitado. Para isto, a pesquisadora buscou as últimas dez leis orçamentárias e isolou a variável referente ao Ministério do Meio Ambiente, compondo uma tabela que deu origem a um gráfico onde é possível visualizar a flutuação do orçamento de tal ministério ao longo da última década.

Tabela 3 - Receita Estimada para o Ministério do Meio Ambiente, segundo as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de 2012 a 2021, em bilhões (R\$)

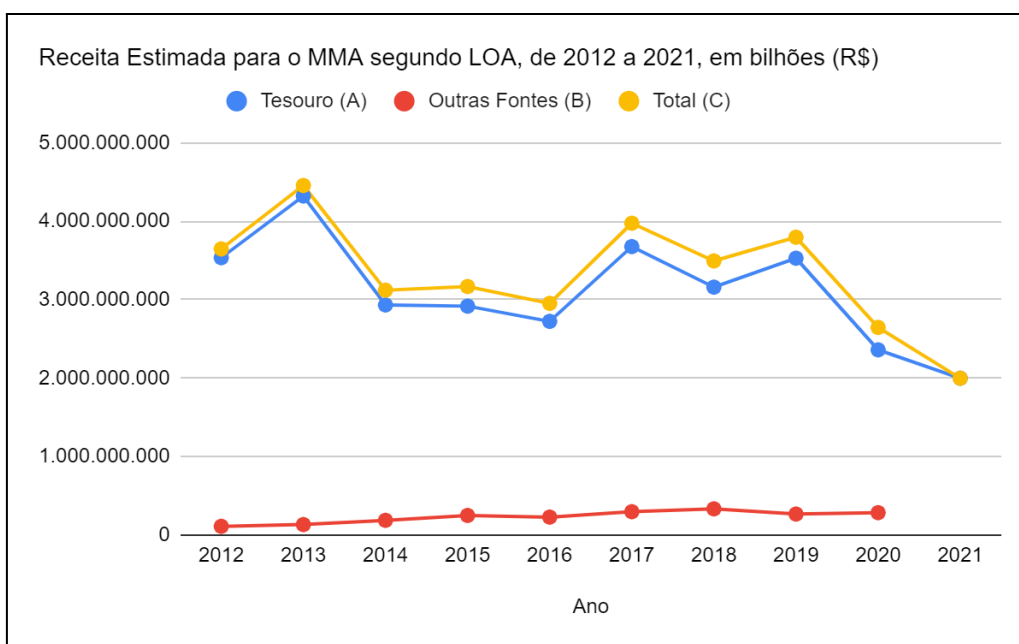
Ano	Tesouro (A)	Outras Fontes (B)	Total (C) C = A+B	Link de Acesso
2012	3.536.023.129	111.795.518	3.647.818.647	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/lei/ANL12595.pdf
2013	4.322.423.647	134.038.252	4.456.461.899	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2013/lei/ANL12798.pdf
2014	2.933.564.753	188.269.954	3.121.834.707	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2014/lei/ANL12952.pdf
2015	2.918.196.424	250.350.578	3.168.547.002	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2015/lei/ANL13115.pdf
2016	2.724.759.671	229.149.564	2.953.909.235	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2016/lei/ANL13255.pdf
2017	3.677.394.203	298.116.309	3.975.510.512	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2017/lei/ANL13414.pdf
2018	3.160.455.886	334.530.430	3.494.986.316	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2018/lei/ANL13587.pdf
2019	3.529.295.019	268.067.959	3.797.362.978	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2019/Lei/ANL13808.pdf
2020	2.361.315.379	285.713.010	2.647.028.389	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2020/Lei/ANL13978.pdf

2021	1.999.409.602		1.999.409.602	https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2021/lei/ANL14144.pdf
------	---------------	--	---------------	---

Fonte: a autora, 2022, a partir dos dados das últimas dez LOAs.

De acordo com as informações do quadro acima, foi possível obter o seguinte gráfico:

Gráfico 3 - Receita Estimada para o MMA segundo LOA, de 2012 a 2021, em bilhões (R\$)



Fonte: a autora, 2022.

Fica evidente a oscilação de recursos destinados ao MMA ao longo da última década, mas há uma forte tendência de redução a partir do ano de 2019. Cabe salientar, porém, que estas são receitas autorizadas para o órgão, o que não quer dizer que sejam de fato *executadas*. Isso acontece porque o orçamento brasileiro é *autorizativo* e não *impositivo*, isto é, a execução das despesas não é obrigatória. A característica autorizativa do orçamento é somente condição para execução das despesas, não obrigação (GAMA JÚNIOR, 2009). Este é um debate já antigo na arena política e econômica brasileira, visto a possibilidade da desvinculação de recursos aprovados e consubstanciados em instrumentos legais de planejamento orçamentário público, como os aqui referenciados (PPA, LDO e LOA). A possibilidade de interferências no orçamento proposto por meio de emendas parlamentares obscurece o caráter democrático e transparente que a gestão pública deveria ter, dificultando a identificação da alocação de verbas públicas e também podendo invalidar decisões estrategicamente pensadas. Segundo Christopoulos (2009) apud Marçal (2015, p.267):

A falta de execução das despesas programadas pelos administradores, seja por incompetência, seja por opção política de não realizar o gasto, gera uma deslegitimação da participação do Legislativo nesse processo de escolhas do que gastar, além de frustrar a expectativa da população de ver seus anseios satisfeitos pelo Poder Público.

Para identificar os montantes de fato executados pelo MMA e suas unidades orçamentárias, voltou-se às Leis Orçamentárias Anuais, mas em seus projetos. Neste caso, foram acessados os Pareceres/Relatórios Setoriais, que são documentos anexos ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) e especificam as verbas por órgão e também por unidade orçamentária (UO), isto é, autarquias vinculadas. Estes pareceres demonstram os recursos autorizados para o próximo ano e, ainda, resgatam os valores executados do exercício imediatamente anterior. Desta forma, a pesquisadora pôde fazer um comparativo entre o que foi autorizado e o que foi realmente executado pelo MMA e suas autarquias nos últimos dez anos. A seguir, um exemplo de proposta orçamentária prevista no relatório setorial da Área Temática XI - Meio Ambiente, do PLOA 2017.

Figura 1 - Exemplo de Tabela de Despesa por Unidade Orçamentária (MMA)

Tabela 1									
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA									
Despesa por Unidade Orçamentária - UO									
R\$ milhões									
Unidade Orçamentária	2015	2016 (*)			2017	VAR (%)			
	Desp Executada ¹ (A)	Proposta (B)	Dot Inicial (C)	Autorizado (D)	Proposta (E)	(E)/(A)	(E)/(B)	(E)/(C)	(E)/(D)
MMA - Administração Direta	286,2	359,7	350,1	357,44	392,7	37,2%	9,2%	12,2%	9,9%
Serviço Florestal Brasileiro	36,4	116,0	103,7	101,10	92,7	154,9%	-20,0%	-10,49%	-8,2%
IBAMA	1.310,1	1.403,9	1.365,7	1.447,93	1.485,5	13,4%	5,8%	8,77%	2,6%
Agência Nacional de Águas - ANA	294,5	403,2	413,3	419,74	459,0	55,9%	13,8%	11,05%	9,3%
JBRJ	61,5	65,4	62,7	65,67	67,7	10,2%	3,7%	8,07%	3,2%
ICMBIO	542,5	576,9	545,6	576,26	1.246,4	129,8%	116,1%	128,47%	116,3%
Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	1,0	91,6	95,1	79,96	24,4	2347,0%	-73,3%	-74,28%	-69,4%
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	4,1	17,6	17,6	17,61	17,6	329,5%	0,00%	0,00%	0,00%
Soma:	2.536,3	3.034,2	2.953,9	3.065,7	3.786,3	49,3%	24,8%	28,2%	23,5%

1. Despesa Liquidada
(*) Dados atualizados 07/11/2016.
Fonte: SIAFI / Prodasen / Elaboração CD
Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

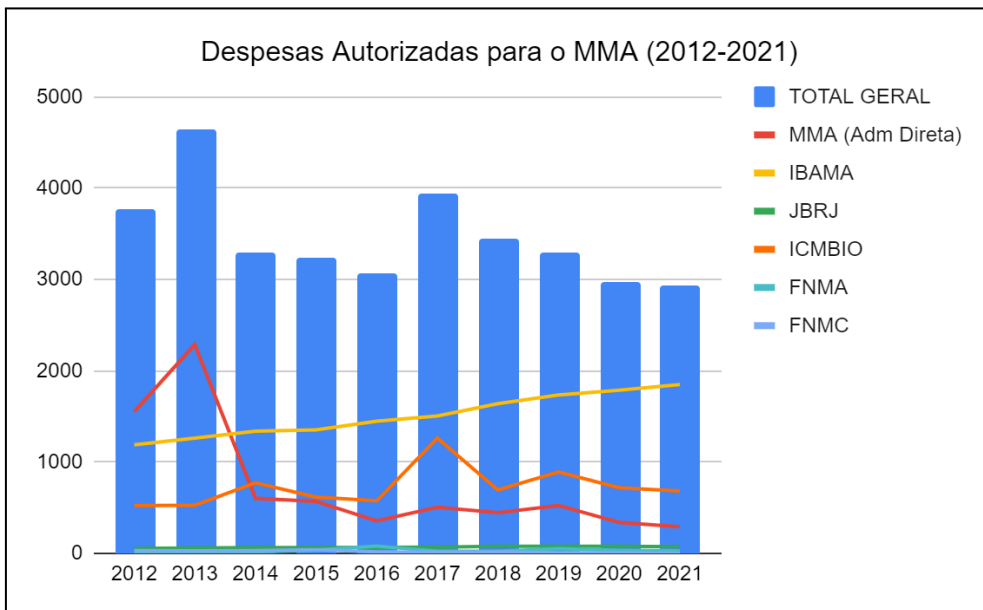
Fonte: BRASIL, 2016.

Este exemplo refere-se ao PLOA para 2017 planejado durante o exercício financeiro de 2016. Como é possível observar, no relatório ainda constam as propostas para 2016, junto com a dotação inicial e a autorizada, mas ainda não aparecem as despesas executadas, visto

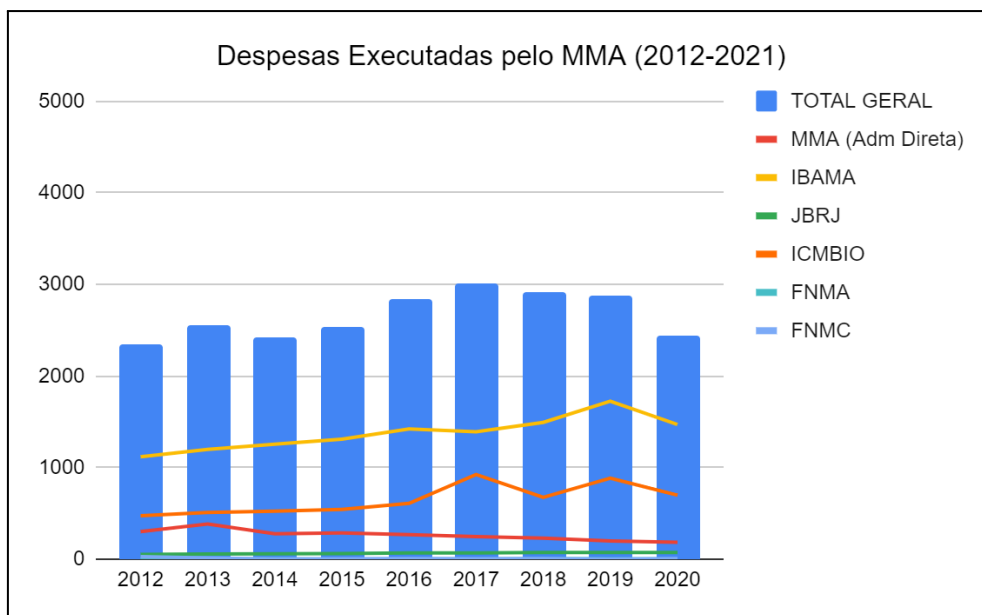
que o exercício financeiro daquele ano ainda não havia terminado. Entretanto, nota-se que, além de uma proposta prévia para o ano de 2017, há a despesa realmente executada no exercício financeiro de 2015. A partir destas informações, a pesquisadora buscou nos PLOAs de anos posteriores as despesas executadas nos anos anteriores.

Foi então elaborada uma outra tabela onde estão discriminadas as unidades orçamentárias com suas despesas autorizadas e executadas, organizadas por ano (2012-2021), conforme os dados retirados dos Relatórios Setoriais dos últimos dez PLOAs, que podem ser encontrados no sítio da Câmara dos Deputados. Esta tabela (Tabela 04) se encontra como Apêndice II ao final deste trabalho, porém, a partir de suas informações foi possível gerar dois gráficos:

Gráfico 4 - Despesas Autorizadas para o MMA e Autarquias (2012-2021)



Fonte: a autora, com base nas informações dos últimos dez PLOAs, em 2022.

Gráfico 5 - Despesas Executadas pelo MMA e Autarquias (2012-2021)

Fonte: a autora, com base nas informações dos últimos dez PLOAs, em 2022.

A legenda dos gráficos é composta pelas unidades orçamentárias que compõem o orçamento do Ministério do Meio Ambiente, com as siglas se referindo a: MMA (Adm Direta) - Administração Direta; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ; Fundo Nacional sobre Mudança do Clima; e Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.

Não entram nestes gráficos as informações referentes às unidades orçamentárias da Agência Nacional de Águas - ANA e do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, pois as mesmas já não compõem a pasta do MMA desde 2019, quando foram transferidas para outros Ministérios. A ANA atualmente integra o Ministério do Desenvolvimento Regional, enquanto o SFB passou a integrar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Entende-se a transferências destas autarquias para estes respectivos Ministérios como um grande retrocesso para a política ambiental brasileira, uma vez que, como já foi evidenciado neste trabalho, a pecuária, importante ramo do agronegócio do país, é responsável por grande parte dos desmatamentos florestais, visto a necessidade da abertura de pastagens para a criação de gado, por exemplo.

Observa-se a tendência de queda nos volumes deliberados ao MMA, tanto nas despesas autorizadas quanto nas executadas. Somente o IBAMA aparece com acréscimo nos

recursos autorizados, porém, quando é comparado com o que realmente foi executado, vê-se que a realidade é outra, com uma forte queda na execução das verbas do ano de 2019 para o de 2020. Os recursos destinados ao JBRJ e aos FNMC e FNMA não são tão expressivos quando comparados às demais autarquias, mas isto se explica pela amplitude das atividades do IBAMA e ICMBio, principais responsáveis pela fiscalização e preservação ambiental no país. Os Fundos, entretanto, são extremamente importantes para a ampliação de projetos socioambientais e investimentos nas áreas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, constituindo-se em importantes ferramentas para a inovação no cuidado ambiental.

O que se vê, porém, é que estes Fundos, como é possível observar nos valores resgatados pelos PLOAs da última década elencados na tabela 04, são os que contêm as maiores discrepâncias entre as dotações iniciais (despesas autorizadas) e as executadas. Por mais que existam volumes maiores entre essas variáveis para outras autarquias, como o ICMBio que chegou a ter uma diferença de mais de R\$338 milhões em seu orçamento em 2017, os valores não gastos pelos Fundos são proporcionalmente maiores, visto que de uma estipulação de quase R\$30 milhões para o FNMC, em 2012, nem um milhão foi realmente alocado no mesmo (R\$0,73 milhão), equivalendo a somente 2,43% do que havia sido previsto. Em 2019 e 2020, as diferenças entre o que foi previsto e o que foi executado no FNMA, foi de R\$47,49 milhões (91,7%) e R\$30,3 milhões de reais (90,18%), respectivamente, valores estes que poderiam garantir o apoio a diversas iniciativas e projetos ambientais no país.

A tabela 04 também evidencia o corte de verbas para o FNMC desde 2019, chegando a uma previsão de somente R\$0,5 milhão autorizados para 2021. Além do boicote ao financiamento de órgãos fiscalizadores como o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que tem como uma das principais atividades o monitoramento do desmatamento na Amazônia e que recebe verbas do fundo para o cumprimento de suas funções, houve a suspensão de doações internacionais por parte da Noruega e Alemanha em 2019 ao Fundo Amazônia após o Decreto Presidencial nº 9.759, de 11 de abril de 2019 (FUNDO AMAZÔNIA, 2022a), que extinguiu os diversos colegiados da administração pública federal responsáveis pelo mesmo, além da volta dos altos índices de desmatamento na Amazônia Legal sob a gestão do governo Bolsonaro e do ministro à época, Ricardo Salles. As negociações, porém, voltaram a ocorrer sob a supervisão de Hamilton Mourão, vice-presidente da república (DEUTSCHE WELLE - DW, 2020). O Fundo Amazônia não se encontra entre os gastos previstos pela União, pois é um Fundo que arrecada doações para ações finalísticas de cuidado e monitoramento da Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de

Desenvolvimento Social (BNDES), e que recebe doações da Noruega, Alemanha e Petrobrás (FUNDO AMAZÔNIA, 2022b).

Além dos recursos do Ministério já serem extremamente baixos quando comparados ao que é destinado a outras pastas, a materialização dos investimentos em ações ambientais não condiz com o que é previsto. Além disso, quando analisadas as tabelas dos PLOAs no que se refere aos Gastos por Natureza de Despesa (GND), fica evidente o quanto são baixos os recursos destinados a investimentos na área ambiental e, também, a grande desvinculação dos recursos do mesmo, principalmente no que se refere à Reserva de Contingência - reserva esta destinada à abertura de créditos adicionais para situações imprevistas do órgão.

A seguir estão elencadas as tabelas por Grupo de Natureza de Despesa do MMA referentes aos últimos dez anos⁴. Estas tabelas, retiradas integralmente dos respectivos PLOAs, têm por objetivo demonstrar onde são alocados os recursos destinados ao MMA e unidades orçamentárias. Dentro dos valores já visitados na tabela 04, as tabelas a seguir expõem como, dentro da UO's, são distribuídos os montantes recebidos pelo governo federal.

Figura 2 - PLOA 2013, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 6 – Ministério do Meio Ambiente - MMA Despesa por GND										
GND	2011		2012 (*)				2013		VAR (%)	
	Liquidado (A)	%	Proposta (B)	%	Autorizado (C)	%	Proposta (D)	%	(D) / (B)	(D) / (C)
	R\$ milhões									
Pessoal	1.261,71	55,74	1.254,72	35,57	1.290,72	34,20	1.259,96	28,72	0,42	-2,38
Juros	0,28	0,01	0,66	0,02	1,03	0,03	1,16	0,03	75,76	12,62
D. Correntes	866,39	38,27	1.049,94	29,76	1.194,88	31,66	1.198,35	27,31	14,14	0,29
Investimentos	72,50	3,20	139,01	3,94	210,33	5,57	179,20	4,08	28,91	-14,80
Inversões	62,22	2,75	16,90	0,48	22,94	0,61	15,69	0,36	-7,16	-31,60
Amortização	0,55	0,02	0,00	0,00	0,90	0,02	1,12	0,03	-	24,44
Reserva de Contingência	-	-	1.066,33	30,23	1.053,16	27,91	1.732,27	39,48	62,45	64,48
TOTAL	2.263,66	100,00	3.527,57	100,00	3.773,96	100,00	4.387,75	100,00	24,38	16,26

(*) Dados atualizados até outubro /2012 -
Fonte: Senado Federal / Prodasen / SIGA Brasil
Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

Fonte: BRASIL, 2012.

⁴ Somente não consta aqui o PLOA 2012, pois a página da web referente aos detalhes do projeto não se encontra mais disponível no site.

Segundo o próprio relatório, chama a atenção a alocação de R\$ 665,94 milhões a mais para a Reserva de Contingência, fazendo com que o orçamento pareça maior do que realmente foi, pois

do total de R\$ 4,38 bilhões constantes da Proposta Orçamentária, tão somente R\$ 2,65 bilhões estão disponíveis para ações a serem desenvolvidas pelo Ministério. Dessa forma, excluídos os valores dessa reserva, o acréscimo na Proposta para 2013 em relação à Proposta para 2012 é tão somente de 7,89%. (BRASIL, 2012, p.6).

Figura 3 - PLOA 2014, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 7											
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA											
Despesa por Natureza de Despesa - GND											
R\$ milhões											
Natureza de Despesa (GND)	2012		2013 (*)				2014		VAR (%)		
	Desp Executada (A)		Proposta (B)		Autorizado (C)		Proposta (D)		(D)/(A)	(D)/(B)	(D)/(C)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	(%)	(%)	(%)
Pessoal	1.249,31	53,44	1.259,96	28,72	1.362,82	29,36	1.380,77	48,01	10,52	9,59	1,32
Juros	0,38	0,02	1,16	0,03	0,83	0,02	0,79	0,03	106,23	-31,86	-5,28
D. Correntes	968,72	41,44	1.198,35	27,31	1.323,92	28,52	1.230,12	42,77	26,98	2,65	-7,09
Investimentos	105,60	4,52	179,20	4,08	196,06	4,22	162,71	5,66	54,08	-9,20	-17,01
Inversões	12,92	0,55	15,69	0,36	21,17	0,46	22,67	0,79	75,47	44,50	7,08
Amortização	0,86	0,04	1,12	0,03	0,47	0,01	1,10	0,04	27,12	-1,93	133,89
Reserva de Contingência	0,00	0,00	1.732,27	39,48	1.736,47	37,41	77,87	2,71	0,00	-95,50	-95,52
Soma:	2.337,80	100,00	4.387,75	100,00	4.641,74	100,00	2.876,02	100,00	23,02	-34,45	-38,04

(*) Dados atualizados até outubro /2013.
 Fonte: Senado Federal / Prodasen / SIGA Brasil
 Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

Fonte: PLOA 2014.

Figura 4 - PLOA 2015, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 7 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA Despesa por Natureza de Despesa - GND											
R\$ milhões											
Natureza de Despesa (GND)	2013		2014 (*)				2015		VAR (%)		
	Desp Executada (A)		Proposta (B)		Autorizado (C)		Proposta (D)		(D)/(A)	(D)/(B)	(D)/(C)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	(%)	(%)	(%)
Pessoal	1.344,68	52,46	1.380,77	48,01	1.500,17	45,49	1.493,82	48,25	11,09	8,19	-0,42
Juros	0,24	0,01	0,79	0,03	0,79	0,02	0,56	0,02	129,21	-29,15	-29,15
D. Correntes	1.062,69	41,46	1.230,12	42,77	1.298,11	39,37	1.306,63	42,20	22,95	6,22	0,66
Investimentos	144,90	5,65	162,71	5,66	187,43	5,68	143,33	4,63	-1,08	-11,91	-23,53
Inversões	10,06	0,39	22,67	0,79	231,50	7,02	17,30	0,56	71,96	-23,70	-92,53
Amortização	0,45	0,02	1,10	0,04	1,10	0,03	2,86	0,09	533,02	161,11	161,11
Reserva de Contingência	0,00	0,00	77,87	2,71	78,38	2,38	131,70	4,25	0,00	69,13	68,03
Soma:	2.563,02	100,00	2.876,02	100,00	3.297,47	100,00	3.096,20	100,00	20,80	7,66	-6,10

(*) Dados atualizados até novembro /2014.
Fonte: Senado Federal / Prodasen / SIGA Brasil
Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

Fonte: PLOA 2015.

Figura 5 - PLOA 2016, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 2 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA Despesa por Natureza de Despesa - GND											
R\$ milhões											
Natureza de Despesa (GND)	2014		2015 (*)				2016		VAR (%)		
	Desp Executada (A)		Proposta (B)		Autorizado (C)		Proposta (D)		(D)/(A)	(D)/(B)	(D)/(C)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	(%)	(%)	(%)
Amortização	0,08	0,00	2,86	0,09	2,74	0,08	0		100,00	100,00	100,00
D. Correntes	891,05	36,87	1.306,63	42,20	1.335,95	41,37	1.212,96	39,98	36,13	-7,17	-9,21
Inversões	15,97	0,66	17,30	0,56	31,30	0,97	32,40	1,07	102,91	87,32	3,52
Investimentos	24,10	1,00	143,33	4,63	178,65	5,53	93,98	3,10	289,94	-34,44	-47,40
Juros	0,11	0,00	0,56	0,02	0,68	0,02	0,17	0,01	58,58	-69,66	-75,02
Pessoal	1.485,75	61,47	1.493,82	48,25	1.548,51	47,95	1.609,80	53,05	8,35	7,76	3,96
Reserva de Contingência	0,00	0,00	131,70	4,25	131,70	4,08	84,93	2,80	0,00	-35,51	-35,51
Soma:	2.417,06	100,00	3.096,20	100,00	3.229,53	100,00	3.034,23	100,00	25,53	-2,00	-6,05

(*) Dados atualizados até outubro /2015.
Fonte: Senado Federal / Prodasen / SIGA Brasil
Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

Fonte: PLOA 2016.

O relatório de 2016 especifica a Reserva de Contingência, trazendo que

Tais recursos são vinculações legais ao setor de meio ambiente, conforme legislação específica, mas são neutralizadas e redirecionadas para composição do resultado primário. Essa reserva é formada pelas seguintes fontes: a) 134 – compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos, no Ministério do Meio Ambiente; b) 174 – taxas e multas pelo exercício do Poder de Polícia e multas provenientes de processos judiciais, no Fundo Nacional do Meio Ambiente; e c) 141 – compensações financeiras pela exploração de recursos minerais, no IBAMA. (BRASIL, 2015, p.4).

Figura 6 - PLOA 2017, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 2											
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA											
Despesa por Natureza de Despesa - GND											
R\$ milhões											
Natureza de Despesa (GND)	2015		2016 (*)				2017		VAR (%)		
	Desp Executada ¹ (A)		Proposta (B)		Autorizado (C)		Proposta (D)		(D)/(A)	(D)/(B)	(D)/(C)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	(%)	(%)	(%)
Amortiz.	0,2	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desp. Correntes	894,0	39,3%	1.213,0	40,0%	1.156,9	37,7%	1.185,6	31,3%	32,6%	-2,3%	2,5%
Inversões	19,3	0,7%	32,4	1,1%	34,9	1,1%	377,8	10,0%	1.857,8%	1066,2%	983,9%
Investim.	15,8	2,0%	94,0	3,1%	106,3	3,5%	90,1	2,4%	470,2%	-4,1%	-15,3%
Juros	0,1	0,00%	0,2	0,01%	0,2	0,01%	-	-	-	-	-
Pessoal	1.607,0	57,9%	1.609,8	53,0%	1.679,2	54,8%	1.795,2	47,4%	11,7%	11,5%	6,9%
Reserva de Conting.	0	-	84,9	2,8%	88,2	2,9%	337,6	8,9%	-	297,5%	282,6%
Soma:	2.536,4	100,0%	3.034,2	100,0%	3.065,7	100,0%	3.786,4	100,0%	49,3%	24,8%	23,5%

1. Despesa Liquidada
 (*) Dados atualizados 07/11/2016.
 Fonte: SIAFI / Prodasen / Elaboração CD
 Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

Fonte: PLOA, 2017.

Figura 7 - PLOA 2018, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 2											
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA											
Despesa por Natureza de Despesa - GND											
R\$ milhões											
Natureza de Despesa (GND)	2016		2017 (*)				2018		VAR (%)		
	Desp Executada ¹ (A)		Proposta (B)		Autorizado (C)		Proposta (D)		(D)/(A)	(D)/(B)	(D)/(C)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	(%)	(%)	(%)
Amortiz.	0,2	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desp. Correntes	1.085,8	38,2	1.185,6	31,3	1.209,9	30,7	1.162,3	33,3	7,0	-2,0	-3,9
Inversões	34,3	1,2	377,9	10,0	377,9	9,6	28,6	0,8	-16,7	-92,4	-92,4
Investim.	48,1	1,7	90,1	2,4	200,0	5,1	49,2	1,4	2,2	-45,4	-75,4
Juros	0,0	0,0			0		0		0,0	-100,0	-100,0
Pessoal	1.671,2	58,9	1.795,2	47,4	1.818,8	46,1	1.826,2	52,3	9,3	1,7	0,4
Reserva de Conting.	0,0	0,0	337,6	8,9	337,6	8,6	422,5	12,1	0,0	25,2	25,2
Soma:	2.839,4	100,0	3.786,4	100,0	3.944,1	100,0	3.488,8	100,0	22,9	-7,9	-11,5

1. Despesa Liquidada
 (*) Dados atualizados 20/11/2017.
 Fonte: SIAFI / Prodasen / Elaboração CD
 Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

Fonte: PLOA 2018.

Figura 8 - PLOA 2019, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 2											
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA											
Despesa por Natureza de Despesa - GND											
R\$ milhões											
Natureza de Despesa (GND)	2017		2018 (*)				2019		VAR (%)		
	Executado ¹ (A)		Proposta (B)		Autorizado (C)		Proposta (D)		(D)/(A)	(D)/(B)	(D)/(C)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	(%)	(%)	(%)
Pessoal e Encargos Sociais	1.783,4	59,2%	1.826,2	52,3%	1.847,2	53,6%	1.839,4	48,8%	3,1%	0,7%	-0,4%
Outras Despesas Correntes	862,3	28,6%	1.162,3	33,3%	1.099,0	31,9%	1.136,3	30,1%	31,8%	-2,2%	3,4%
Investimentos	28,0	0,9%	49,2	1,4%	77,9	2,3%	77,3	2,0%	176,4%	57,0%	-0,8%
Inversões Financeiras	340,1	11,3%	28,6	0,8%	28,1	0,8%	204,1	5,4%	-40,0%	614,5%	625,2%
Reserva de Contingência	0,0	0,0%	422,5	12,1%	392,5	11,4%	514,7	13,6%		21,8%	31,2%
Soma	3.013,7	100,0%	3.488,8	100,0%	3.444,7	100,0%	3.771,8	100,0%	25,2%	8,1%	9,5%

1. Despesa Liquidada
 (*) Dados atualizados 13/11/2018.
 Fonte: Siga Painéis.
 Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

Fonte: PLOA 2019.

Figura 9 - PLOA 2020, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 2 - MMA - Despesa por GND (R\$ milhões)											
Natureza de Despesa (GND)	2018		2019 (*)				2020		VAR		
	Desp Executada (A)		Proposta (B)		Autorizado (D)		Proposta (E)		(E)/(A)	(E)/(B)	(E)/(D)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	(%)	(%)	(%)
	Pessoal	1.798,32	61,7	1.704,44	51,8	1.734,24	52,7	1.687,95	58,6	-6,1	-1,0
D. Correntes	993,51	34,1	798,20	24,3	774,88	23,6	571,33	19,8	-42,5	-28,4	-26,3
Investimentos	97,82	3,4	66,61	2,0	65,68	2,0	44,69	1,6	-54,3	-32,9	-32,0
Inversões	23,09	0,8	204,08	6,2	200,37	6,1	103,14	3,6	346,8	-49,5	-48,5
Reserva de Contingência	0,00	0,0	514,74	15,7	514,74	15,6	472,26	16,4	0,0	-8,3	-8,3
Soma:	2.912,74	100,0	3.288,07	100,0	3.289,90	100,0	2.879,36	100,0	-1,1	-12,4	-12,5

(*) Dados atualizados até outubro/2019.
Fonte: Senado Federal / Prodasen / SIGA Brasil
Nota: eventuais diferenças decorrem de arredondamentos

Fonte: PLOA 2020.

Este relatório traz uma informação bastante importante e que também foi evidenciada nos relatórios setoriais anteriores, mas não de maneira tão específica. Refere-se aos montantes destinados às despesas com pessoal e despesas correntes, àquelas destinadas à manutenção dos órgãos. Grande parte dos recursos das unidades orçamentárias do MMA são reservados às despesas de manutenção das próprias unidades, com um volume bem menor para as despesas em investimentos na área.

No tocante à natureza das despesas, conforme a tabela 2, verifica-se que, das dotações propostas, 58,6% referem-se a pessoal e quase 20% dizem respeito a outras despesas correntes. O item relacionado a investimentos responde apenas por 3,6% dos valores propostos. Relativamente à proposta de 2019 (E/B), há diminuição das dotações em todos os grupos de natureza de despesa (GND). (BRASIL, 2019).

Figura 10: PLOA 2021, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 2 MMA - Despesa por GND														
R\$ milhões														
Natureza de Despesa (GND)	2019		2020						2021		VARIACÃO (%)			
	Desp Executada (*) (A)		Proposta (B)		Autorizado (C)		Desp Executada (*) (D)		Proposta (F)		(F)/(A)	(F)/(B)	(F)/(C)	(F)/(D)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%				
Pessoal	1.699,20	58,9	1.688,00	58,6	1.709,50	57,7	1.678,60	68,8	1.704,00	65,0	0,3	0,9	-0,3	1,5
D. Correntes	863,3	29,9	571,3	19,8	620,9	21	600,5	24,6	554,7	21,2	-35,7	-2,9	-10,7	-7,6
Investimentos	111,6	3,9	44,7	1,6	72	2,4	71,1	2,9	36,1	1,4	-67,7	-19,2	-49,9	-49,3
Inversões	211,7	7,3	103,1	3,6	88,5	3	88,4	3,6	24,4	0,9	-88,5	-76,3	-72,4	-72,4
Reserva de Contingência	-	-	472,3	16,4	472,3	15,9	-	-	301,9	11,5		-36,1	-36,1	
Total Geral	2.885,80	100	2.879,40	100	2.963,20	100	2.438,70	100	2.621,10	100	-9,2	-9	-11,5	7,5

(*) Despesa Empenhada
Consulta realizada em 12/02/2021.
Os dados abrangem tanto a parcela autorizada no PLOA 2021, quanto a parcela condicionada.
Fonte: Siop

Fonte: PLOA 2021.

No relatório setorial de 2021 fica evidente a diminuição dos volumes de recursos para todas as unidades orçamentárias, além disso, os recursos para investimentos foram de tão somente 1,4% do total destinado ao órgão. (BRASIL, 2021).

Figura 11 - PLOA 2022, Grupo de Natureza de Despesa

Tabela 2 MMA - Despesa por GND											
R\$ milhões											
Natureza de Despesa (GND)	2020		2021				2022		VARIACÃO (%)		
	Desp Executada (*) (A)		Proposta (B)		Autorizado (C)		Proposta (D)		(D)/(A)	(D)/(B)	(D)/(C)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%			
Pessoal	1.678,6	68,8	1.704,0	65,0	1.707,2	58,1	1.785,3	57,1	6,4	4,8	5,0
Outras Despesas Correntes	600,5	24,6	554,7	21,2	796,9	27,2	846,1	27,0	40,9	52,5	6,2
Investimentos	71,1	2,9	36,1	1,4	93,9	3,2	21,5	0,7	-69,7	-40,3	-77,0
Inversões	88,4	3,6	24,4	0,9	24,7	0,8	144,4	4,6	63,3	491,3	483,8
Reserva de Contingência	0,0	0,0	301,9	11,5	309,4	10,6	330,8	10,6		9,6	6,9
Total Geral	2.438,7	100,0	2.621,1	100,0	2.925,1	100,0	3.128,2	100,0	28,3	19,3	6,9

(*) Despesa Empenhada
Consulta realizada em 22/11/2021.
Fonte: Siop

Fonte: PLOA 2022.

Este foi o último relatório setorial até o momento e também evidencia os decréscimos dos volumes destinados ao MMA, além de salientar os baixos recursos na área de investimentos:

No tocante à natureza das despesas, conforme a tabela 2, verifica-se que, das dotações propostas, 57,1% referem-se a pessoal e 27,0% dizem respeito a outras despesas correntes. O item relacionado a investimentos responde apenas por 0,7% dos valores propostos. Relativamente à proposta de 2021, destacam-se a elevação em Inversões Financeiras (491,3%), relativas a sentenças judiciais (precatórios); o aumento de 52,5% em outras despesas correntes; e a diminuição de 40,3% nas dotações destinadas a Investimentos. (BRASIL, 2021b, p.4).

Estas tabelas foram expostas para evidenciar o quanto o Ministério do Meio Ambiente, principal responsável pelas ações governamentais de proteção ao meio ambiente e à biodiversidade brasileira, conta com recursos defasados para a promoção da qualidade ambiental. Além da discrepância entre os valores previstos e os realmente executados, os recursos vinculados à área podem ser considerados baixos quando comparados a outros setores. Segundo relatório da WWF (2018, p.9) em parceria com o Contas Abertas:

No ranking da Lei Orçamentária de 2018, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente é menor do que o da Câmara dos Deputados, do Senado e de vários outros ministérios. Os gastos autorizados correspondem a pouco mais de 20% do Orçamento do Ministério da Agricultura ou 10% da autorização concedida ao Ministério de Minas e Energia.

Complementarmente, ressaltam-se os valores destinados à Reserva de Contingência do MMA. Em todos os relatórios setoriais, grande parte dos recursos que compunham o “Total Geral” da previsão de receita para o órgão destinava-se a esta reserva, porém, ao reler as tabelas nota-se que nenhuma delas mostra os valores executados pela mesma. Segundo o IPEA, em análise dos gastos ambientais do governo federal de 2001 a 2018.

A Reserva de Contingência tem por finalidade ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. O não registro de gastos nesta ação orçamentária no período estudado indica que a abertura de créditos adicionais não ocorreu no caso do MMA ao longo do período. Valores elevados alocados como Reserva de Contingência geraram a expectativa de gastos com políticas ambientais em montantes que não se materializaram. (IPEA, 2020, p.91).

É visto então que, além dos baixos recursos, montantes significativos que poderiam ser utilizados em investimentos e ações ambientais não estão sendo realizados para este fim. O

MMA vem aparecendo como um grande alocador de recursos para outras políticas, além de uma importante peça para a composição de superávit primário⁵.

Além do mais, a grande maioria dos recursos é destinado ao pagamento de pessoal e despesas correntes, pouco sobrando para investimentos na área. É claro que as despesas com pessoal são importantes, visto que são os/as trabalhadores/as que materializam as ações, porém, grande parte delas é para o funcionamento do próprio MMA em sua administração direta, além dos volumes para a Reserva de Contingência e Inversões. Isto implica que os recursos deliberados para o órgão são quase que totalmente para manter a sobrevivência do mesmo e não para as atividades finalísticas de proteção ao meio ambiente, que acontecem com escassos recursos do governo federal. Identifica-se então que, por parte do governo federal, ainda há muito a se fazer - e investir - para que a proteção ao meio ambiente possa ser considerada efetiva.

Ainda segundo o IPEA (2020), o Brasil, mesmo com poucos recursos destinados à área ambiental, pôde intervir significativamente na questão ambiental quando conseguiu reduzir taxas de desmatamento e níveis de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, porém, já identificava este como um cenário em mudança:

Comparado com os governos centrais de outros países latino-americanos selecionados, os gastos em proteção do meio ambiente do governo central do Brasil são – proporcionalmente – pequenos, o que indica que os governos que se sucederam ao longo dos últimos dezoito anos no comando do país deram baixa prioridade orçamentária e financeira às políticas ambientais. Apesar disso, o Brasil desenvolveu uma série de ações que resultaram em progressos nas políticas ambientais. Alguns foram mais tímidos, como a melhoria na cobertura de esgotamento sanitário. Por sua vez, o país teve muito sucesso na redução das taxas de desmatamento e na emissão de gases causadores do efeito estufa, bem como na criação de áreas especialmente protegidas. Além disso, o Brasil desempenhou um papel de liderança entre as nações em desenvolvimento nas questões relacionadas às políticas globais de meio ambiente. Esse período de protagonismo parece ter ficado para trás e os sinais que temos na atualidade indicam mudança de rumo. Os já minguados gastos em meio ambiente estão sendo ainda mais reduzidos, bem como a capacidade do país de operar um papel central entre as nações na formulação e no desenvolvimento das políticas globais de meio ambiente. (IPEA, 2020, p.93).

Após as informações apresentadas, considera-se então que as ações protetivas e os investimentos brasileiros na área ambiental têm sido escassos e que, apesar de períodos de relativa preocupação e recuperação ambiental (IPEA, 2020), muito ainda pode ser feito para

⁵ “Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o "resultado primário". O resultado primário é importante porque indica, segundo o Banco Central, a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos. A formação de superávit primário serve para garantir recursos para pagar os juros da dívida pública e reduzir o endividamento do governo no médio e longo prazos”. (SENADO FEDERAL, 2022).

que a questão socioambiental possa ser de fato enfrentada pelo Estado brasileiro. Os últimos anos, sob a gestão do governo Bolsonaro, têm sido particularmente difíceis para o cenário ambiental que surge como um ente secundário frente à importância relegada ao setor produtivo do país.

Como foi evidenciado na comparação entre os últimos três PPAs e também pela tendência de queda no já pequeno orçamento para os órgãos ambientalistas, o atual governo federal não tem a defesa do meio ambiente como um de seus princípios. A repercussão da crise mundial do Coronavírus mostrou essa faceta quando, aproveitando os holofotes voltados à crise sanitária, a cúpula do poder executivo brasileiro, capitaneada pelo presidente por Jair Bolsonaro e seu então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acordaram em “passar a boiada”, isto é autorizar e dar andamento a projetos ambientalmente condenáveis. O sucesso da estratégia culminou no desmonte de importantes políticas públicas ambientais; em cortes de financiamento no IBAMA e do INPE, com demissões arbitrárias e substituições de pessoal claramente disfuncionais para a cumprimento da função protetiva das instituições (BBC NEWS BRASIL, 2020); afrouxamento na fiscalização do comércio ilegal de madeira; concessões de licenças ambientais para empresas não-idôneas, até mesmo mineradoras (BRASIL DE FATO, 2020); e, ainda, a perseguição a ONGs ambientalistas que colaboram para o combate ao desmatamento, entre outros, na região Amazônica (UOL NOTÍCIAS, 2020).

Mesmo com a atenção da mídia voltada para a pandemia mundial, ainda assim as trapanças federais vieram a público. A crise ambiental, propagada principalmente pelas grandes queimadas que tiveram curso nos últimos anos nas regiões da Amazônia, Pantanal e Cerrado, foram largamente noticiadas pelos veículos de informação brasileiros e tomando tal proporção que até mesmo internacionalmente o país ficou reconhecido pelo descaso com suas riquezas naturais. O desmatamento ilegal, a grilagem e o desrespeito aos territórios indígenas ganharam espaço no governo Bolsonaro, quase que deixando de ser consideradas atividades criminosas para passarem a ser estimuladas pelos próprios órgãos que deveriam condená-las. A demissão de funcionários do INPE pela divulgação do aumento das taxas de desmatamento na Amazônia e a grande queda na arrecadação de multas ambientais pelo IBAMA, que em 2020 foi a menor desde 2004 (G1, 2020) - fora a morosidade na execução das mesmas - exemplificam o rastro deixado pela boiada de Bolsonaro e Sales.

Constata-se então que a problemática ambiental não tem sido uma prioridade para o Estado brasileiro, visto também a sua cultura de país agroexportador formada por um passado colonial. Ressalta-se então a necessidade de políticas públicas que sejam pensadas em sua

articulação com a preservação dos ecossistemas, assim como a urgência de maior fiscalização ambiental, além da certeza de punição àqueles que infringem suas leis. Privilegiar o repasse de recursos aos órgãos ambientais que compõem o Ministério do Meio Ambiente, recuperando as funções protetivas de entidades como o IBAMA e ICMBio, é imprescindível para que o estado consiga se colocar como um defensor da sua Natureza e riquezas naturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desta pesquisa, que teve por finalidade melhor compreender como a política ambiental brasileira vem contribuindo para o enfrentamento da questão socioambiental na última década, assim como o posicionamento da categoria de assistentes sociais frente ao tema, foi uma trajetória rica em descobertas e aperfeiçoamento dos conhecimentos outrora adquiridos sobre tal questão. Esta foi uma pesquisa muito desafiadora, mas que apresenta grande potencial para colaborar com a gênese de novas pesquisas ainda mais amplas e que, conjuntamente com as predecessoras, possam formar um arcabouço teórico robusto, contribuindo efetivamente para um entendimento crítico acerca da questão socioambiental em nosso país e também para o Serviço Social.

Estudar a questão socioambiental no Brasil não é uma tarefa fácil. Além de este ser um país de dimensões continentais, com muita biodiversidade e diferenças regionais, os veículos de informações oficiais nem sempre trazem a transparência desejada para um estudo detalhado acerca da realidade ambiental do país. Entretanto, houve um esforço hercúleo para agrupar as informações encontradas e sintetizá-las de modo que fizessem sentido e pudessem ser compreendidas em sua totalidade, sempre de forma crítica.

Neste sentido, conseguimos identificar que a política ambiental brasileira teve um percurso longo e tortuoso até aqui, com momentos de maior expansão e outros, infelizmente, de regressão. Mesmo assim, este ainda é um dos países com uma das políticas ambientais mais completas do mundo em termos de legislação, porém, ainda há muito a ser materializado para que a proteção ambiental que está no papel alcance nossa realidade de fato.

Como foi visto na pesquisa documental, os PPAs, principais norteadores de investimentos públicos e distribuição de recursos entre órgãos governamentais, têm reduzido a importância delegada à temática ambiental na última década, principalmente no que se refere ao PPA 2020-2023. Isto evidencia o crescente descaso com o compromisso ambiental por parte do governo brasileiro nos últimos anos. Além disso, quando analisado o direcionamento das verbas públicas para o Ministério do Meio Ambiente e autarquias vinculadas, fica visível que esta é uma pasta que se sustenta com baixas dotações, além de ter na autorização das suas despesas um horizonte utópico, pois a realidade mostra que as despesas executadas pelos órgãos ambientais muitas vezes não chegam nem perto daquelas. Os cortes de gastos provocam o cancelamento de programas e projetos ambientais, enxugamento dos recursos disponibilizados a organizações não-governamentais ambientalistas, além de limitar os já escassos recursos destinados a investimentos na área

ambiental, o que significa menos inovação na área. Consideramos então que, por mais que o Estado brasileiro seja rico em legislações ambientais e esta seja uma discussão que se faz presente em nossa sociedade, nos últimos ele não tem contribuído efetivamente para o enfrentamento da questão socioambiental, pelo contrário. Ainda há muito espaço para a política ambiental brasileira crescer e é necessário que os investimentos na área aumentem exponencialmente para que a mesma possa ser materializada com êxito.

Quanto ao objetivo de averiguar o posicionamento da categoria de assistentes sociais com relação à questão socioambiental, acreditamos que conseguimos mapear com sucesso o estado da arte desta discussão na produção de conhecimento teórico da categoria na última década. O período de tempo analisado e os descritores utilizados na busca dos estudos, principalmente no que se refere às teses e dissertações, pôde dar um extenso panorama sobre como o assunto vem sendo tratado na área do Serviço Social, além de evidenciar que esta é uma temática que vem adquirindo importância para a categoria, consolidando um novo espaço sócio-ocupacional que tende a crescer cada vez mais.

Foi possível identificar que a categoria de assistentes sociais entende a questão socioambiental como um reflexo da contradição entre o sistema de produção capitalista e a exploração do trabalho, localizando sua gênese na espoliação da natureza mediada pelas relações burguesas de propriedade (CAETANO, 2021; NUNES, 2018; VIEIRA, 2017). Rodrigues (2014, p.42) ainda traz que

as raízes da questão ambiental se localizam no período histórico da acumulação primitiva do capital que, através da expropriação das terras de uso comum e da consequente expulsão dos produtores camponeses, operou primeiramente, a separação entre o homem e a natureza. Isso demonstra que a pilhagem dos recursos naturais é uma tendência intrínseca ao capital, que vem sendo reafirmada no seu curso e agravada no atual processo de acumulação capitalista, hegemonizado pela financeirização, em função da ampliação da escala e do ritmo cada vez mais acelerado de produção, demandando novos espaços sociais e físicos.

Estes são exemplos de definições de questão socioambiental (ou só “questão ambiental”, como algumas/ns pesquisadoras/es trouxeram) retirados de teses de doutoramento, mas destacamos que estas são concepções comuns à categoria, pois a utilização da teoria social crítica para a explicação das relações entre sociedade e meio ambiente foi unânime entre os estudos.

A problemática ambiental aparece então como um desdobramento da questão social, com a crise ambiental sendo associada a uma crise estrutural do capital, visto seu vínculo com o mesmo, e se manifesta em conflitos socioambientais e na destrutividade da Natureza,

refletindo o acesso desigual às riquezas ambientais assim como a desigualdade na distribuição das consequências da destruição ambiental (ALCÂNTARA, 2017; SIMIÃO, 2021; NUNES, 2018).

Reconhecemos então que a categoria de assistentes sociais tem se posicionado de forma crítica frente à questão socioambiental, trazendo análises sobre o assunto que chegam às origens do processo de espoliação da Natureza, identificando o sistema capitalista de produção como o principal catalisador da crise ambiental em curso e vendo como saída a transformação social através da superação das relações capitalistas de produção e reprodução da vida - tal como a presente pesquisadora.

Estas concepções trazidas pelas/os assistentes sociais que estudam a temática ambiental condiz com o que é preconizado pelo Projeto Ético-Político profissional, que prevê a luta por uma nova sociedade sem exploração ou opressão de nenhum tipo, com acesso universal e igualitário aos bens sociais e em defesa da equidade e justiça social (CFESS, 2012). Por mais que o Código de Ética da/o Assistente Social ainda não cite a luta por um meio ambiente saudável e acessível a todos/as em seus princípios fundamentais, reconhecemos este como um preceito análogo à perseguição da justiça social, visto que são as relações sociais sob as quais vivemos que orientam nosso modo de apropriação do meio natural comum.

Neste sentido, entendemos que o trabalho aqui materializado em dissertação foi extremamente significativo para a compreensão da relevância deste tema para a atualidade. Por mais que já soubéssemos do peso desta temática, ao adentrarmos nos meandros da questão socioambiental, vemos que este é um assunto que se desdobra e se articula com diversas áreas do conhecimento. Através do estudo sobre a política ambiental no Brasil, pôde-se reconhecer, por exemplo, a nocividade da ideologia colonial que até hoje perdura em nosso país e faz com que sejam reproduzidas tendências autodestrutivas que beneficiam somente àqueles que há gerações vêm se beneficiando das relações comerciais desiguais entre os países - no caso, as antigas metrópoles que hoje em dia são chamadas de “países centrais”.

É necessário que a defesa do nosso meio ambiente seja prioridade em nosso país, pois além disso dizer respeito à nossa própria saúde e sobrevivência - não só nossa, como do mundo como um todo - também reflete o valor que damos ao nosso território, às nossas raízes, e é somente com união e autonomia que conseguiremos nos desvencilhar de um passado colonial, sem nunca esquecê-lo para nunca repeti-lo.

Neste esteio, consideramos que a trajetória de elaboração desta dissertação foi muito rica e acreditamos que possa contribuir efetivamente para o debate socioambiental assim

como para a ampliação do escopo de trabalho e pesquisa do Serviço Social. Desta forma, acreditamos que ainda mais importante é a possibilidade de este trabalho proporcionar conhecimentos relevantes para que outras pesquisas o superem e o ampliem, reforçando a questão socioambiental como um importante cenário a ser continuamente pormenorizado e inserido em nossos debates e sociedade em suas mais diversas interlocuções.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cilair Rodrigues de; CÂMARA, Leonor Moreira. O Orçamento Público como Instrumento de Ação Governamental: Uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro v. 49, n. 1, p.73-90, jan./fev. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/BdkHGxkx8TmBjrgpwVKXdTK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 maio 2022.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante. São Paulo, 2016.

AFONSO, José Roberto. Orçamento Público no Brasil: História e premência de reforma. **Espaço Jurídico**, vol. 17, Nº. 1. Joaçaba, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7277402>>. Acesso em: 15 maio 2022.

AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p.85-94, 2012.

ALCÂNTARA, Gisele Oliveira de. **O Serviço Social e as questões socioambientais**: o meio ambiente como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais. 2017. 269f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaio de Sociologia do Trabalho. Canal 6. Bauru, 2013.

AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha. Políticas Públicas. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**: Métodos com base na LC nº 101/00 e nas Classificações Contábeis Advindas da SOF e STN. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANITELLI, Andrea Aparecida da Silva. **Serviço Social e educação ambiental**: um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Boitempo Editorial. São Paulo, 2009.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; MENDONÇA, Érica da Silva; COSTA, Jane Mara de Araújo; SILVA, Jociane Pinheiro da. Conflitos socioambientais no Nordeste brasileiro: tema de interesse para o Serviço Social. **Katálysis, Florianópolis**, v. 22, n. 2, p. 363-373, maio/ago. 2019.

_____; SILVA, Maria das Graças e. Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. **Temporalis**, v. 12, n. 24, p.127-143, 4 nov. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2012v12n24p127-143>>. Acesso em: 30 out. 2021.

ARTAXO, Paulo. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 53-66, 2020.

BARACHO, Gessyca Andrea de Lima. Questão ambiental e pandemia: a destrutividade do sistema do capital na ordem do dia. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 501-510, dez. 2021. Semestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79642>. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1796/179669814007/html/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p.225, 1977.

BBC NEWS BRASIL. **Mesmo com mais desmatamento, Ibama pode perder verbas no Orçamento de 2021**. 13/07/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53384399>>. Acesso em: 11 set. 2022.

BERTOLLO, Kathiúça. A mineração extrativista em Minas Gerais: “Ai, antes fosse mais leve a carga”. **Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2021.

BLOG DA RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental. **O Crime da Vale**: a desigual repartição entre lucros e perdas na mineração brasileira. 01/02/19. Disponível em: <<https://redejusticaambiental.wordpress.com/2019/02/01/o-crime-da-vale-a-desigual-reparticao-o-entre-lucros-e-perdas-na-mineracao-brasileira/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BOVO, Lúcia Regina Tanaka. **Juventude e Meio Ambiente**: pesquisa-ação em educação ambiental realizada no programa projovem adolescente em franca (sp). 2015. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2418499>. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL, Cristina Índio do. **Tragédia em Petrópolis tem 217 mortos**. Agencia Brasil, 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/tragedia-em-petropolis-tem-217-mortos>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Lei nº 12.595, de 19/01/2012. **Lei Orçamentária Anual para 2012**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 12.798, de 04/04/2013. **Lei Orçamentária Anual para 2013**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 12.952, de 20/01/2014. **Lei Orçamentária Anual para 2014**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 13.115, de 20/04/2015. **Lei Orçamentária Anual para 2015**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 13.255, de 14/01/2016. **Lei Orçamentária Anual para 2016**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 13.414, de 10/01/2017. **Lei Orçamentária Anual para 2017**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 13.587, de 2/01/2018. **Lei Orçamentária Anual para 2018**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 13.808, de 15/01/2019. **Lei Orçamentária Anual para 2019**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 13.978, de 17/01/2020. **Lei Orçamentária Anual para 2020**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 14.144, de 22/04/2021. **Lei Orçamentária Anual para 2021**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Lei nº 14.303, de 21/01/2022. **Lei Orçamentária Anual para 2022**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Ministério da Economia. **Orçamento Público**. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>>. Acesso em maio de 2022.

_____. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. **Mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e seus respectivos anexos** Brasília: SECAP/Ministério da Economia, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/mensagem-presidencial.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015**: projeto de lei. Brasília: MP, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2012-2015/mensagem_presidencial_ppa.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **PPA 2016-2019**: Mensagem Presidencial. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Projeto de lei n. 19/2021. **Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022**. Brasília, 8 de dezembro de 2021b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2022/rel_setor/sotor12/rel_apresentado.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Projeto de lei n. 22/2019-CN). **Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020**. Brasília, dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2020/rel_setor/sotor12/rel_apresentado.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Projeto de Lei n. 24/2012-CN. **Projeto De Lei Orçamentária Para 2013**. Brasília – DF, 10/12/2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2013/rel_setor/sotor03/000_Rel_Setorial_03.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Projeto de lei n. 28/2020. **Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021**. Brasília, 10 de março de 2021a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2021/rel_setor/sotor12/rel_apresentado.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Projeto de Lei n. 7/2015-CN). **Projeto de lei orçamentária para 2016**. Brasília – DF, dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/Or2016/rel_setor/sotor11/Setor_XI_Consolidado.PDF>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Projeto de Lei nº 18/2016-CN. **Projeto de lei orçamentária para 2017**. Brasília, 01 de dezembro de 2016. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2017/rel_setor/setor11/rel_apresentado.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL DE FATO. **“Pacote” de licenças ambientais para mineradoras é aprovado em plena pandemia.** 11/11/2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/pacote-de-licencas-ambientais-para-mineradora-s-e-aprovado-em-plena-pandemia>>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRAZ, Girlei da Rosa. **A relação homem e natureza, capitalismo e Serviço Social:** considerações sobre os fundamentos da questão ambiental. 2016. 105f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

BRITO, Lady Mara Lima de. **Gestão Social e Sustentabilidade Socioambiental.** 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1039504>. Acesso em: 07 abr. 2022.

CAETANO, Marina. **Dialética verde:** subsídios para o trabalho profissional de assistentes sociais na área socioambiental. 2021. 181f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Orçamento da União. LOA - Lei Orçamentária Anual. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 15 maio 2022.

CANDIDO, Maria das Neves Oliveira. **Associativismo e agricultura familiar:** construção de indicadores de sustentabilidade para a associação “Flores da Eva” no município de Rio Preto da Eva-AM. 2014. 127f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, v. 20, n. 1, p.85-94, 2010.

CHAVES, Barbara Gabriella Oliveira. **Sustentabilidade social e cultural da política de educação ambiental:** um estudo de caso no programa social e ambiental dos igarapés de Manaus-AM. 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei nº 8.662/93. Brasília, CFESS: 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

CORRÊA, Laís Duarte; REIDEL, Tatiana. Perfil e condições de trabalho de assistentes sociais gaúchos/AS. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 136-154, 2021.

COSTA, Amanda; ZUMPARO, Andressa. **Guerra química contra as comunidades**. Diplomatieque, 2021. Disponível em: <<https://diplomatieque.org.br/guerra-quimica-contra-as-comunidades/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

COSTA, Damares Ismael da. **Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis**: condições de acesso à Previdência Social. 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas Reservas Extrativistas. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p.52-61, jan./jun. 2012.

CYRINO, Ana Beatriz de Souza. **O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social**: sustentabilidade, resiliência, instrumentalidade na cidade de Manaus/AM. 2013. 85f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

DEUTSCHE WELLE - DW. Sem ok de Alemanha e Noruega, Mourão recria Fundo Amazônia. 29 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/mour%C3%A3o-recria-fundo-amaz%C3%B4nia-mas-alemanha-e-noruega-n%C3%A3o-garantem-recursos/a-53621619>>. Acesso em: 15 maio 2022.

DIAS, Mara Regina. **A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012.

FELIX, Tatiana Lyra Lima; SANTOS NETO, Artur Bispo dos. Privatização da CASAL no contexto da mercantilização da água na América Latina. **Katálysis, Florianópolis**, v. 24, n. 3, p. 480-490, set./dez. 2021.

FERREIRA, Marcos Bruno Malaquias; SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. Política Ambiental Brasileira: Análise Histórico-institucionalista Das Principais Abordagens Estratégicas. **Revista de Economia**, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/54001/33016>>. Acesso em: 30 out. 2021.

FLORES, Ana Paula Pereira. Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELMANN, Aline. **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. p. 196-199.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise Raízes. **Revista de Ciências Sociais ambiental. e Econômicas**, n. 19, p. 31-36, 1999.

_____. O Metabolismo com a Natureza. In: **Crítica Marxista**. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo75Artigo%205.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

_____; TOMMASINO, Humberto. La solución técnica a los problemas ambientales. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 79-83, jun. 2012. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100009/22054>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros; PRESCHOLDT, Soraya Gama de Ataíde. Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p.476-500, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dyq9fnHWsbDpRPFpZmKmgcF/?lang=pt>>. Acesso em: 15 maio 2022.

FUNDO AMAZÔNIA. **Doações**. 2022b. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/doacoes>>. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. **Governança**. 2022a. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

GAMA JUNIOR, Fernando Lima. **Fundamentos de Orçamento Público e Direito Financeiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GARRIDO, Ana Lúcia. **O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus**. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Ajustes espaciais em escala amazônica ou contagem regressiva dos direitos territoriais. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 582-589, set./dez. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa. A legitimação da injustiça social e ambiental: análise da legislação no campo da construção de hidrelétricas no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 423-436, ago./dez. 2018.

GROSSI, Monica. Metabolismo Social do Capital, Novas Tecnologias e os Desafios Políticos aos Trabalhadores: notas ao debate. **Temporalis**, [S.L.], v. 12, n. 24, p.39-48, 4 nov. 2012.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas**: uma reflexão para o serviço social. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

G1. **Apenas 3 de quase mil autuações aplicadas pelo Ibama por desmate na Amazônia em 2020 foram quitadas.** 31/10/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2020/10/31/apenas-3-de-quase-mil-autuacoes-aplicadas-pelo-ibama-por-desmate-na-amazonia-foram-quitadas-em-2020.ghtml>>. Acesso em: 11 set. 2022.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>>. Acesso em abril de 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, p.15-50, 2009.

IBGE EDUCA. **Biomás Brasileiros**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomass-brasileiros.html>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dimensionamento e Comportamento dos Gastos Ambientais do Governo Federal: 2001 a 2018**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10305/1/td_2609.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

JORGE, Luiz Marcos de Lima. **O horror do “paraíso”**: onde a natureza se transforma em “paisagem” e a “paisagem” se transforma em mercadoria. 2013. 162f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LAYRARGUES, P.P; LIMA, G. F. **Mapeando as Macro-Tendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Contemporânea no Brasil**. In: Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 6., Anais. USP. Ribeirão Preto, 2011.

LEMOS, Enilda Maria. **O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009)**: um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS. 2015. 237f. Tese (Doutorado em Serviço

Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2015.

LIMA, Luciana Leite; STEFFEN, Mariana Willmersdorf; D'ASCENZI, Luciano. Políticas públicas. Lima, Luciana Leite. In: D'Ascenzi, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 35-82, 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e Educação**: Um olhar da ecologia política. Editora Cortez. São Paulo, 2012.

LOWY, Michael. **Lutas Eossociais dos Indígenas na América Latina**. In: Crítica Marxista. n° 38, Ed. 199. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo310artigo4.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

LUDWIG, Cleide Josiane dos Santos Silva. **Questão socioambiental e a mineração**: um estudo a partir da produção do Serviço Social. 2021. 109f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LUKÁCS, György. **Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

LUZ, Helder Correa. **Desenvolvimento sustentável na Amazônia**: uma análise nas aldeias Frasqueira e Itaputyre da Reserva Indígena Tembé do Alto Rio Guamá RIARG. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MARÇAL, Thaís Boia. **Por uma Releitura do Conceito de Orçamento Autorizativo no Brasil**. Boletim de Direito Administrativo. São Paulo, v. 31, n. 3, p.263-272, mar. 2015. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/16349>>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi. **O Serviço Social ambiental**: compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. **Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 3, p.607-616, set./dez. 2021.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. In: FERNANDES, Florestan (Org.). K. Marx, F. Engels: História. São Paulo: Ática, 1984. p. 409-17.

_____. **O Capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Editora Boitempo. São Paulo, 2013.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro - O Processo de Produção do Capital. Tomo 2.** São Paulo: Abril Cultural, 1984f. (Os Economistas).

_____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Editora Martins Fontes. São Paulo, 2002.

MASCARO, Alysson L. **Estado e Forma Política.** São Paulo: Boitempo Editora, 2013.

MELITO, Leandro. **Programa de cisternas enfrenta "seca" de recursos e fome bate à porta do semiárido.** Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/programa-de-cisternas-enfrenta-seca-de-recurso-s-e-fome-bate-a-porta-do-semiarido>>. Acesso em abril de 2022.

MENDES, Marina Moscovici. **Serviço Social e sustentabilidade: uma nova demanda para a profissão.** 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MENDES, Rafael Santiago. **Agricultura em tempos caducos: sobre a teimosia do colapso natural.** 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. **Para a crítica da ecologização do capital.** 2020. 364 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9380268. Acesso em: 08 abr. 2022.

MOREIRA, Inês da Silva. **Serviço Social e meio ambiente: a contribuição do Assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.** 2013. 167f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2013.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. **Trajatória da Política Ambiental Federal no Brasil.** 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8470/1/Trajeta%C3%B3ria%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20federal%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

NASCIMENTO, Luciana Lima do; BARBOSA, Nathie Ribeiro. Reflexão da questão socioambiental sob a ótica do Serviço Social. In: **O Social em Questão.** Nº 48 - Set a Dez/2020. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_48_Art_4.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Questão Agrária, Urbana e Ambiental na Amazônia Brasileira: expressões da “questão social” na região. [S.L.], v. 12, n. 24, p. 171-189, 4 nov. 2012. **Revista Temporalis.** <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2012v12n24p171-189>.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3145>. Acesso em: 10 abr. 2022.

NUNES, Carla Alessandra da Silva. **“Questão Ambiental” e “Questão Social”**: uma crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza. 2019. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Rj, 2019.

NUNES, Leticia Soares. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis**: novas demandas ao serviço social. 2012. 228f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____. A questão socioambiental na particularidade brasileira: caráter destrutivo da acumulação capitalista. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, p.173-194, jul. 2017.

_____. **Questão socioambiental e formação profissional**: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate? 2018. 400f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

_____; SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. A concepção de questão socioambiental e o serviço social. **Temporalis**, Brasília, ano 13, n. 26, p.97-116, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Dayse Maria da Silva Caciano de. **O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural**: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé-RJ. 2018. 194f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

OLIVEIRA, Tatiane Ropck Felix Mendes de. **Serviço Social e questão ambiental**: desafios para a formação profissional na contemporaneidade'. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

ONU BRASIL. **O que são as mudanças climáticas?**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/150491-o-que-sao-mudancas-climaticas>>. Acesso em abril de 2022.

PASSARINHO, Nathalia. **COP26: Por que Brasil é crucial para evitar catástrofe climática**. UOL, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/11/01/cop26-por-que-brasil-e-crucial-para-evitar-efeito-catastrofico-das-mudancas-climaticas.htm>>. Acesso em novembro de 2021.

PAULO NETTO, José. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

PEREIRA, Jessica Aparecida. **A produção de conhecimento sobre a questão ambiental no Serviço Social**: análise dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016. 2018. 189f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

PONTES, Itaciara Prestes da Silva. **Sustentabilidade da agricultura familiar tradicional**: um estudo nas comunidades ribeirinhas no município de Caapiranga/AM. 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: Um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

PRADO, Alderberti Batista. **Crítica ontológica da relação homem/natureza na sociedade capitalista moderna**: a ecologia em questão. 2020. 115f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social no Brasil. Trabalho, formação profissional e projeto ético-político. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela (orgs.). **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019. p 62-85.

RAMOS, Maria Helena Rauta; ATAIDE, Soraya Gama de. Luta pela preservação ambiental: dilemas e contradições. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 186-195, dez. 2013. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000200004/25681>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

RAQUEL, Martha. **Rios, terras e alimentos contaminados**: como vivem os afetados pelo garimpo ilegal. Brasil de fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/30/rios-terras-e-alimentos-contaminados-como-vivem-os-afetados-pelo-garimpo-ilegal>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

REGAN, Helen; DOTTO, Carlote. **EUA x China: que país emite mais gases causadores do efeito estufa?** CNN BRASIL, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-x-china-que-pais-emite-mais-gases-causador-es-do-efeito-estufa/#:~:text=Em%202006%2C%20a%20China%20ultrapassou,estufa%20mais%20abundante%20na%20atmosfera>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Revista Katálysis. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, v. 15 n. 1, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/1628>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

REZENDE, Guilherme. **Ideologia e crise ambiental:** limites e tragédias do ambientalismo. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

REZENDE, Priscilla Nunes. **Serviço Social e saúde ambiental:** desafios e possibilidades de atuação no centro da cidade de São Paulo. 2016 110f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Patrício Azevedo. **Política pública de assistência social e sustentabilidade na amazônia:** um estudo nos municípios de maués e parintins no baixo amazonas. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1945350>. Acesso em: 06 abr. 2022.

RIERA, Josep Burgaya. El final del paradigma desarrollista. La evidencia de los límites medioambientales. **Revista Ser Social**, [S.L.], v. 22, n. 47, p. 261-284, 14 jul. 2020. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/sersocial.v22i47.29601>. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/29601/26526. Acesso em: 07 abr. 2022.

RODRIGUES, Monica Aparecida Grossi. **Política da Questão Ambiental no MST:** a Agroecologia como estratégia produtiva e política. 2014. 279f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SALES, Ana Cláudia do Nascimento Santos. **A relação homem/natureza:** a destruição da natureza na sociabilidade capitalista. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SAMPAIO, Ana Cristina de Sousa. **Os caminhos da transição agroecológica:** uma análise das experiências da agricultura familiar camponesa no Território dos Vales do Curu e Aracatiacu. 2012. 174f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicação. 2021.

SANT'ANNA, Fernanda Mello; MOREIRA, Helena Margarido. Ecologia Política e Relações Internacionais: Os desafios da ecopolítica crítica internacional. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 20, p. 205-248, Aug. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000200205&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2020.

SANTANA, Amanda Oliveira de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Produção de energia eólica em Pernambuco e a injustiça ambiental sobre comunidades rurais. **Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 245-254, jan./abr. 2021.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p.112-121, 2012.

SANTOS, Laura Rubia da Silva dos. **Trabalho e sustentabilidade**: manejo de andiroba pela coopfitos e comunidade canaã no município de Manaquiri/AM. 2014. 106f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SANTOS, Sara Jane Escouto dos. **Comunidades sustentáveis**: autoridade e autonomia em questão. 2011. 89f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edalea Maria. **Meio ambiente e Serviço Social**: desafios ao exercício profissional. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p.390-398, ago./dez. 2012.

SCHONS, Selma Maria. A questão ambiental e a condição da pobreza. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p.70-78, jun. 2012.

SENADO FEDERAL. **Senado Notícias**. Superávit Primário. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>>. Acesso em: 15 maio 2022.

SILVA, Ana Carolina Bernardes Borges. **Meio Ambiente e Serviço Social**: formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a questão socioambiental. 2019. 97f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2019a.

SILVA, Antônio Inácio da. **O trabalho do assistente social e a questão socioambiental**: dimensão educativa em perspectiva. 2018. 140f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2018a.

SILVA, Clecia Pereira da. **A transição agroecológica e a atuação dos sujeitos políticos no fortalecimento da produção camponesa**: um estudo sobre a experiência no Sítio Palmeira Velha, Glória do Goitá – PE. 2021. 231f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021a.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. **Da casa ao Mangue**: abordagem sócio-ecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba-PB. 2011. 160f. Dissertação

(Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011a.

_____. **Territorialidades e proteção social:** conflitos socioambientais indígenas vivenciados na pesca artesanal no litoral norte da Paraíba. 2016. 221f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016a.

_____. **Territorialidades e proteção social:** conflitos socioambientais indígenas vivenciados na pesca artesanal no litoral norte da Paraíba. 2016. 221f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Leandro Muniz Barbosa da. et al. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 14, p.593-608, 2019b. Disponível em: <<http://revista.ecogestaobrasil.net/v6n14/v06n14a01.html>>. Acesso em: 30 out. 2021.

_____; SILVA, Julio Pergentino da; BORGES, Maria Alice de Lira. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 14, p. 593-608, 2019.

SILVA, Luiz Felfe Barros. **A inseparável relação da autorreprodução destrutiva do capital e a devastação ambiental**. 2018. 86 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6697282. Acesso em: 07 abr. 2022.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável:** Um desafio ético-político ao Serviço Social. Editora Cortez. São Paulo, 2010.

SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. “Consumo consciente”: o ecocapitalismo como ideologia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2012. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100011/22059>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVA, Mônica Regina Gomes da. **Sindicalismo rural e desenvolvimento sustentável:** uma aproximação crítica. 2012 200f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Silvana Crisostomo da. **Produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental:** uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Silvinia Queiroz E. **Gestão social e sustentabilidade**: um estudo de caso sobre a política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011b.

SILVA, Tatiane Pereira da. **Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social**. 2016. 124f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016b.

SILVEIRA, Joao Paulo Borges da. **Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social**. 2015. 320f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista; SILVA, Maria das Graças e. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. **Katálysis, Florianópolis**, v. 22, n. 2, p. 342-352, maio/ago. 2019.

SIMIÃO, Luciana do Nascimento. **Crise Climática, Mecanismos de Mercado e a Financeirização da Natureza**: uma análise da degradação socioambiental regulamentada pela farsa ideológica do mercado de carbono. 2021. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10983541>. Acesso em: 09 abr. 2022.

_____. **Crise climática, mecanismos de mercado e a financeirização da natureza**: uma análise da degradação socioambiental regulamentada pela farsa ideológica do mercado de carbono. 2021. 278f. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

_____. **O “Novo” Discurso Hegemônico da (In) Sustentabilidade do Capitalismo Verde**: uma análise crítica. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2110971>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOARES, Geisiane Tavares. **Sustentabilidade socioambiental**: um estudo de caso na cooperativa de fibras e vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SOUSA, Laís Victória Ferreira de. Legislação ambiental brasileira: avanços, retrocessos e fragilidades. In: **Reflexões sobre a Biologia da Conservação**. Pará, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria-Fabiola-Barros/publication/350531320_Reflexoes_em_Biologia_da_Conservacao_-_Volume_2/links/60650f2e299bf1252e1cf5d0/Reflexoes-em-Biologia-da-Conservacao-Volume-2.pdf#page=210>. Acesso em: 30 out. 2021.

SOUZA, Leandro Ricarte Castro de; MILANEZ, Bruno. **Conflitos Socioambientais, Ecologia Política e Justiça Ambiental**: Contribuições para uma Análise Crítica. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/15568>>. Acesso em: 15 maio 2020.

SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoeextrativismo na América Latina**: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019. 192 p.

THE WORLD BANK. **Impactos da COVID-19 no Brasil: Evidências sobre pessoas com deficiência durante a pandemia**. Informativo 14 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/impactos-da-covid19-no-brasil-evidencia-s-sobre-pessoas-com-deficiencia-durante-a-pandemia#:~:text=Os%20efeitos%20da%20COVID%2D19,dom%20C3%A9stico%20%20experimentando%20as%20maiores%20perdas>>. Acesso em: 15 maio 2022.

UOL NOTÍCIAS. **ONGs afirmam que é "repugnante" plano do governo Bolsonaro para o setor**. 09/11/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/11/09/ongs-amazonia-governo-brasileiro.amp.htm?_twitter_impression=true&s=03>. Acesso em: 11 set. 2022.

VALADÃO, Vanda de Aguiar; BARCELLOS, Gilsa Helena. Privatização da terra: intersecções das questões agrária e ambiental. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 145-169, jul./dez. 2012.

VIEIRA, Sergio Luiz de Souza. **Do Serviço Social no Brasil e da questão socioambiental do século XXI**: uma abordagem à ecologia de Marx. 2017. 319f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIEIRA, Ticiane Pereira dos Santos. **Elementos para a análise dos fundamentos ídeo-teóricos da política nacional do meio ambiente**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

VIGOLO, Tamires Cristina. **Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais**. 2013. 229f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

WEIL, Andreza Gomes. **A Realidade Fora da Arena**: a dinâmica (in)sustentável do trabalho informal no festival folclórico de Parintins - Amazonas. 2014. 178 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=192320>. Acesso em: 09 abr. 2022.

WWF. **Financiamento Público em Meio Ambiente**: Um balanço da década e perspectivas. WWF, 2018. Disponível em:

<https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/financiamentomma_final2_web.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

YAZBEK, M C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA. Y. A. et al (Orgs). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

ZACARIAS, Rachel Santos. Do “Desenvolvimento sustentável” à economia verde: as falsas propostas do capital em época de crise. **Temporalis**, [S.L.], v. 12, n. 23, p.125-151, 27 ago. 2012.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Org.). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p.11-31.

ANEXOS

ANEXO A - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA POR PERÍODOS (1930-2015), POR MOURA (2016, P.24-25)

Legislação	Ementa
Período - décadas de 1930 a 1960	
Decreto nº 24.643/1934	Decreta o Código de Águas.
Decreto-Lei nº 25/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Inclui como patrimônio nacional os monumentos naturais, sítios e paisagens de valor notável.
Lei nº 4.771/1965 ¹	Institui o novo Código Florestal.
Lei nº 5.197/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
Período - década de 1970	
Lei nº 6.225/1975	Dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão e dá outras providências.
Decreto-Lei nº 1.413/1975	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.
Decreto Legislativo nº 56/1975	Aprova o Tratado da Antártida.
Lei nº 6.453/1977	Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.
Período - década de 1980	
Lei nº 6.803/1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.
Lei nº 6.938/1981 ²	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei nº 6.902/1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Lei nº 7.661/1988	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
Lei nº 7.347/1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.
Lei nº 7.805/1989	Regulamenta as atividades garimpeiras, tornando obrigatória a licença ambiental prévia e passíveis de suspensão as atividades de pesquisa ou lavra que causarem danos ao meio ambiente.
Lei nº 7.797/1989	Cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).
Lei nº 7.802/1989	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
Período - década de 1990	

Lei nº 8.171/1991	Dispõe sobre a política agrícola. (inclui a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos)
Lei nº 8.723/1993	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.
Lei nº 8.974/1995 ³	Estabelece normas para a engenharia genética e organismos geneticamente modificados (OGM) no país.

Legislação	Ementa
Período - década de 1990	
Lei nº 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Lei nº 9.605/1998 ⁴	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Período - 2000 a 2012	
Lei nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
Lei nº 9.966/2000	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
Medida Provisória nº 2.186-16/2001	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.
Lei nº 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e às informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.
Lei nº 11.105/2005	Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGMs e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB).
Lei nº 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do MMA, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).
Lei nº 11.428/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Lei nº 11.460/2007	Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação (UCs).
Lei nº 11.445/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Lei nº 11.794/2008	Estabelece procedimentos para o uso científico de animais.
Lei nº 11.828/2008	Trata de medidas tributárias aplicáveis a doações destinadas a prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.
Lei nº 12.114/2009	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
Lei nº 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).
Lei nº 11.959/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.
Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Lei Complementar nº 140/2011	Fixa normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção do meio ambiente.

Lei nº 12.512/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Lei nº 12.651/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (revogou o antigo Código Florestal, Lei nº 4.771/1965).
Lei nº 13.153/2015	Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

Notas: ¹ A Lei nº 4.771/1965 foi revogada expressamente e substituída pela Lei nº 12.651/2012.

² Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990.

³ Revogada pela Lei nº 11.105, de 2005.

⁴ Regulamentada pelo Decreto nº 6.514/2008

APÊNDICES

APÊNDICE A - RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA ORGANIZADOS POR CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

QUESTÃO SÓCIO AMBIENTAL E CONTEXTO SOCIO ECONOMICO				
	Referência	Tipo/Ano	Objeto/Objetivo Geral	Link
Sistema capitalista de produção	AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. Katálysis , Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 85-94, 2012.	Artigo Katálysis/2012	"O objectivo deste artigo passa por dar conta da articulação que se estabelece entre a esfera natural e a esfera social global da contemporaneidade, em termos genéricos, o modo de produção capitalista. Partindo de uma análise dos mecanismos de apropriação do meio natural pela engrenagem social da acumulação de capital, procura identificar algumas das formas de mercadorização contemporâneas da natureza." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100010/22056
	SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. "Consumo consciente": o ecocapitalismo como ideologia. Katálysis , Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2012.	Artigo Katálysis/2012	Este texto tem como objetivo oferecer um conjunto de problematizações acerca do "consumo consciente". Trata-se de um ensaio de natureza bibliográfica cuja tese central consiste em afirmar que, sob a prevalência do mundo mercantil, não se institui, de fato, o consumo consciente como afirmação do princípio da sustentabilidade socioambiental. Procura-se revelar o caráter ideológico desta formulação, que associa o consumismo e a possibilidade de sua superação apenas à necessidade de mudanças comportamentais sem que se explicitem suas dimensões socioeconômicas e sua funcionalidade como mecanismo de reprodução da lógica destrutiva do capital. (Resumo na íntegra)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100011/22059
	BARACHO, Gessyca Andrea de Lima. Questão ambiental e pandemia: a destrutividade do sistema do capital na ordem do dia. Revista Katálysis , [S.L.], v. 24, n. 3, p. 501-510, dez. 2021. http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79642	Artigo Katálysis/2021	"O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre a questão ambiental, crise estrutural do capital e a pandemia do novo Coronavírus." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/79642/4738
	ZACARIAS, Rachel Santos. Do "Desenvolvimento sustentável" à economia verde: as falsas propostas do capital em época de crise. Temporalis , [S.L.], v. 12, n. 23, p. 125-151, 27 ago. 2012. <i>Revista Temporalis</i> .	Artigo Temporalis/2012	"(...) este artigo tem como objetivo apresentar os limites das propostas que vêm sendo construídas no âmbito dos órgãos oficiais com relação ao enfrentamento da destruição ambiental produzida pelo modelo de produção capitalista." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2913
	GROSSI, Monica. Metabolismo Social do Capital, Novas Tecnologias e os Desafios Políticos aos Trabalhadores: notas ao debate. [S.L.], v. 12, n. 24, p. 39-48, 4 nov. 2012. Temporalis . http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2012v12n24p39-48	Artigo Temporalis/2012	"Este texto tem como objetivo discutir a relação entre sociedade e natureza sob o capitalismo, a criação de novas tecnologias, como as nanotecnologias (NT), e a produção de sementes varietais, tendo em conta as implicações sociais e ambientais que se direcionam para a exploração do que Marx (1983) chama de as duas forças que produzem todas as riquezas: a natureza e o trabalho." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4075

QUESTÃO SÓCIO AMBIENTAL E CONTEXTO SOCIO ECONOMICO				
	Referência	Tipo/Ano	Objeto/Objetivo Geral	Link
Sistema capitalista de produção	ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria das Graças e. Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. Temporalis , v. 12, n. 24, p. 127-143, 4 nov. 2012. http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2012v12n24p127-143	Artigo Temporalis/2012	"O presente artigo traz problematizações acerca do conceito de "economia verde", conforme vem sendo divulgado e incentivado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Propõe-se a analisar os fundamentos deste conceito e desta estratégia de reorientação do desenvolvimento capitalista em pleno período de exponenciação de sua longa crise estrutural." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3128
	SIMIÃO, Luciana do Nascimento. Crise climática, mecanismos de mercado e a financeirização da natureza : uma análise da degradação socioambiental regulamentada pela farsa ideológica do mercado de carbono. 2021. 278f. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.	Tese/ 2021	"É difundido ideologicamente a ideia de que é possível reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera, sem diminuir o ritmo de produção destrutiva do capital. Assim, a principal inquietação que conduziu o presente estudo e se configurou como pressuposto principal, é de que a natureza passa por um intenso processo de financeirização, que vem se concretizando na medida em que se lucra com as saídas à crise socioambiental. E, o mercado de carbono, enquanto a estratégia que serve à atual dinâmica do capitalismo, tem se apresentado lucrativo. Nesse sentido, analisamos o vínculo estrutural da crise climática e os limites históricos para o alcance da "sustentabilidade" na alternativa capitalista, especificamente, como mercado de carbono. Nossa pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de financeirização da natureza pela mediação do mercado de emissões de carbono, na particularidade do Brasil." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10983541
	JORGE, Luiz Marcos de Lima. O horror do "paraíso" : onde a natureza se transforma em "paisagem" e a "paisagem" se transforma em mercadoria. 2013. 162f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.	Tese/2013	"Tendo como tema central o estudo da natureza, este trabalho apresenta uma análise das formas sociais de produção e reprodução das condições da existência humana. Se, num primeiro momento, a produção e o consumo se configuram no mesmo espaço da reprodução humana, onde a relação do homem com a natureza não se estabelece para a produção de um excedente, na medida em que há um aprofundamento da divisão sócio técnica do trabalho e uma produção de excedente, esta natureza é modificada para gerar não apenas um valor de uso, mas um valor de troca." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=139969
Sistema capitalista de produção	MONERAT, Julio Cesar Pereira. Para a crítica da ecologização do capital. 2020. 364f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.	Tese/2020	"A tese analisa a crise ecológica e as formas de sua superação pelo capital, tendo por referencial analítico a crítica ontológica fundamentada na obra de Marx, que permite identificar a crise ecológica como decorrente da lógica imanente expansiva do capital e, por esse motivo, também caracterizar sua superação como superação dos obstáculos ambientais à valorização do capital." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9380268

QUESTÃO SÓCIO AMBIENTAL E CONTEXTO SOCIO ECONOMICO				
	Referência	Tipo/Ano	Objeto/Objetivo Geral	Link
Sistema capitalista de produção	SIMIÃO, Luciana do Nascimento. O “novo” discurso hegemônico da (in)sustentabilidade do capitalismo verde: uma análise crítica. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.	Dissertação/ 2014	"De posse de todo conhecimento crítico acumulado sobre o capital, nossa pesquisa se propõe a problematizar as perspectivas ideopolíticas e econômicas obscurecidas no novo discurso hegemônico do “Capitalismo Verde” a partir das contradições históricas e concretas desse sistema. O Objetivo Geral do nosso trabalho é o de: “Analisar o “capitalismo verde” em suas dimensões sociopolítica, econômica e ideológica de maneira articulada situadas na realidade do Brasil.” (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=2110971
	SALES, Ana Claudia do Nascimento Santos. A relação homem/natureza: a destruição da natureza na sociabilidade capitalista. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.	Dissertação/ 2014	"O presente trabalho realiza uma reflexão teórica acerca da destruição da natureza, sobretudo na sociabilidade capitalista. Tem como objetivo investigar os nexos causais que indicam a essência de tal problemática. Para tanto, realizamos, inicialmente, uma análise dos fundamentos ontológicos da relação homem/natureza." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=500526
	PRADO, Alderberti Batista. Crítica ontológica da relação homem/natureza na sociedade capitalista moderna: a ecologia em questão. 2020. 115f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.	Dissertação/ 2020	"O trabalho dissertativo que se apresenta, encontra na ecologia a sua temática e tem por objeto a relação do homem com a natureza. O desenvolvimento do capitalismo nos conduz à cisão da tríade contida na noção de ser, e a conseqüente negação de seus níveis resguarda uma responsabilidade considerável pela barbárie da exploração e degradação da natureza na relação com o humano, é diante desse contexto, que o trabalho se propõe a responder a seguinte problemática: É possível afirmar, passados 200 anos da segunda revolução industrial, que essa ruptura metabólica é uma das maiores contradições sociais? Além disso, a crise ecológica decorrente, pode ser entendida enquanto consequência ou está gestada desde os fundamentos do projeto capitalista e seus modos de produção? Para tal, determinamos como objetivo geral: compreender, a partir das obras de crítica da economia política, como Marx e a tradição marxista explicitam a relação do homem com a natureza." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=10707811
	SILVA, Luiz Felipe Barros. A inseparável relação da autorreprodução destrutiva do capital e a devastação ambiental. 2018. 86f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.	Dissertação/ 2018	"A presente dissertação discute a problemática ambiental sob o ponto de vista da teoria social de Karl Marx, através da interpretação de István Mészáros acerca dos desenvolvimentos mais recentes do sistema do capital." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=6697282

QUESTÃO SÓCIO AMBIENTAL E CONTEXTO SOCIO ECONOMICO				
	Referência	Tipo/Ano	Objeto/Objetivo Geral	Link
	RAMOS, Maria Helena Rauta; ATAIDE, Soraya Gama de. Luta pela preservação ambiental: dilemas e contradições. Katálysis , Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 186-195, dez. 2013.	Artigo Katálysis/2013	"Este artigo procura identificar a relação entre produção capitalista e destruição ambiental. Esta última acentuada na atualconjuntura política, pela orientação econômica de corte neoliberal, dominante hoje no mundo." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000200004/25681
	SCHONS, Selma Maria. A questão ambiental e a condição da pobreza. Katálysis , Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 70-78, jun. 2012.	Artigo Katálysis/2012	"O presente artigo traz reflexões sobre a questão ambiental no que se refere ao o aquecimento global, tomando-o como sua mais atual e impactante manifestação. Situa tanto a questão social quanto a ambiental na raiz de um sistema que, em seu modo de produzir, ao mercantilizar o homem e a terra produz desigualdade pobreza e depredação. Procura desvendar, a partir de leituras críticas ao sistema, as contradições nele insitas, à medida que se apropria, de forma privada, tanto dos bens produzidos pelo homem quanto pela natureza. Estimula a compreensão e a tomada de consciência desta questão para formar resistências e, assim, inscrever na agenda política uma situação mais favorável à vida no planeta." (Resumo na íntegra)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100008/22036
	RIEIRA, Josep Burgava. El final del paradigma desarrollista. La evidencia de los límites medioambientales. SER Social , Brasília, v. 22, n. 47, p. 261-284, jul./dez. 2020.	Artigo Serviço Social e Sociedade/2020	"Existe uma relação direta entre a cultura do consumista na qual estamos imersos há décadas, com o aquecimento global e o esgotamento de recursos perecíveis. Para avançar em direção a uma "economia de estado estacionário", será necessário mudar a predominância da cultura do consumo compulsivo infinito." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/29601/26526
	FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. La solución técnica a los problemas ambientales. Katálysis , Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 79-83, jun. 2012.	Artigo Katálysis/2012	"Neste ensaio, argumenta-se que a discussão ambiental tem sido reduzida a uma questão técnica. E que esta dita redução implica em considerar a tecnologia como neutra e não em considerar as tendências derivadas das relações sociais. Conclui-se com os limites que as relações capitalistas supõem para solucionar os grandes problemas ambientais." (Resumo na íntegra)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100009/22054
	NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Questão Agrária, Urbana e Ambiental na Amazônia Brasileira: expressões da "questão social" na região. Temporalis , v. 12, n. 24, p. 171-189, 4 nov. 2012. http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2012v12n24p171-189	Artigo Temporalis/2012	"Este artigo reflete sobre a questão agrária, urbana e ambiental no contexto da Amazônia brasileira, a partir das determinações estruturais e históricas da sociedade do capital. Objetiva destacar que as questões que afetam a região amazônica estão relacionadas ao papel que ela desempenha na totalidade do desenvolvimento capitalista." Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3145
NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental na particularidade brasileira: caráter destrutivo da acumulação capitalista. Temporalis , Brasília, v. 17, n. 34, p. 173-194, jul. 2017.	Artigo Temporalis/2017	"O objetivo do artigo é problematizar as estratégias do capital para minimizar as sequelas da destrutividade socioambiental. Parte-se do pressuposto que tais estratégias vêm sendo utilizadas como forma de disseminar a ideologia hegemônica de que seria possível compatibilizar sustentabilidade social, ambiental e econômica no capitalismo que, por essência, é destrutivo e desigual." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17170	

QUESTÃO SÓCIO AMBIENTAL E CONTEXTO SOCIO ECONOMICO				
	Referência	Tipo/Ano	Objeto/Objetivo Geral	Link
	NUNES, Carla Alessandra da Silva. “Questão ambiental” e “questão social” : uma crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza. 2019. 229f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.	Tese/ 2019	"A pesquisa se insere no debate da relação sociedade-natureza, mais especificamente sobre as conexões entre “questão ambiental” e “questão social”. O objetivo foi analisar como a relação entre “questão ambiental” e pobreza aparece nas formulações ideopolíticas dos organismos internacionais. Para tanto fez-se inicialmente um percurso teórico que, baseado na teoria social marxiana e na tradição marxista, buscou compreender os determinantes sócio-históricos que incidem sobre os processos contemporâneos de destrutividade da natureza, captando as mediações particulares da formação social brasileira." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7645706
Crise Ambiental	MENDES, Rafael Santiago. Agricultura em tempos caducos : sobre a teimosia do colapso natural. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.	Dissertação/ 2015	"A pesquisa pretende discutir a crise do capital situando-a como crise da sua substância, do seu ponto firme - o trabalho. Tal discussão enquadra-se, neste sentido, no âmbito da relação entre humanidade e natureza, tendo em vista o trabalho ser uma forma histórica específica de metabolismo social." (p. 17)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3581840
	REZENDE, Guilherme. Ideologia e crise ambiental : limites e tragédias do ambientalismo. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.			Não disponível.

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Gestão de Cidades	FREIRE, Lúcia Maria de Barros; PRESCHOLDT, Soraya Gama de Ataíde. Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora. Serviço Social & Sociedade , n. 123, p. 476-500, set. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.033	Artigo Serviço Social e Sociedade/2015	"Este artigo estuda a relação entre a insustentabilidade do padrão de desenvolvimento permitido pelo Brasil a uma empresa de mineração multinacional, associado à ideologia neoliberal, que resulta na agressão aos direitos sociais e ambientais, verificados com 70,54% de seus trabalhadores locais, com impactos na própria saúde, na da população à qual pertencem e do meio ambiente. Essa realidade é ocultada pela submissão de uma gestão ambiental pública alienada." (Resumo na íntegra)	https://doi.org/10.1590/0101-6628.033

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
	WEIL, Andreza Gomes. A realidade fora da arena: a dinâmica (in)sustentável do trabalho informal no festival folclórico de Parintins – Amazonas. 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.	Dissertação/ 2014	"(...) este estudo tem por objetivo avaliar os impactos socioambientais da organização do trabalho informal desenvolvido durante o Festival Folclórico no município de Parintins, tendo como foco de análise as dimensões da sustentabilidade socioambiental." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1923206
	SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares. Katálysis , Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 112-121, 2012.	Artigo Katálysis/2012	"Este artigo propõe-se a uma reflexão sobre a gestão pública da questão ambiental nas cidades brasileiras. A temática é esboçada através da abordagem de dois temas-chave: os fundamentos da constituição do urbano e seus nexos com a ação destrutiva do meio-ambiente e os contornos, (im)possibilidades e desafios da gestão pública da questão ambiental no território da cidade." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/articloe/view/S1414-49802012000100012/22065
Política de Educação Ambiental	CHAVES, Barbara Gabriella Oliveira. Sustentabilidade social e cultural da política de educação ambiental: um estudo de caso no programa social e ambiental dos igarapés de Manaus-AM. 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.	Dissertação/ 2018	"Ao considerar o contexto global, torna-se cada vez mais crescente as discussões que dizem respeito à questão socioambiental e a necessidade de pensar novos paradigmas de sociedades que contemplem a concepção de sustentabilidade, e com o intuito de alcançar tais objetivos, políticas públicas têm sido construídas visando mitigar os impactos da questão socioambiental e contribuir para a efetivação da sustentabilidade. Inserido neste espaço de discussão, o Brasil tem participado como signatário de eventos que discutem a temática socioambiental sendo assim levado a propor e executar políticas públicas que respondam às demandas da “crise socioambiental”, entre as quais, destaca-se neste estudo a política de educação ambiental como um dos importantes instrumentos para esse processo. A fim de contribuir com este debate, a pesquisa que origina esta dissertação teve como objetivo geral de analisar a sustentabilidade social e cultural da Política de Educação Ambiental disposta na Lei 9.795/1999 tendo como recorte o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6826999
	NUNES, Letícia Soares. A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis: novas demandas ao serviço social. 2012. 228f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.	Dissertação/ 2012	"A presente dissertação tem como objetivo analisar a implementação da Política de Educação Ambiental do município de Florianópolis (PMEA) e as suas contradições. Busca contribuir no conjunto das produções teóricas interdisciplinares, para o avanço do conhecimento no campo da pesquisa em Educação Ambiental (EA) à luz da teoria marxista, bem como debater acerca da relação estabelecida entre essa temática e o Serviço Social." (Trecho do Resumo)	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96219

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Política de Educação Ambiental	GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas : uma reflexão para o serviço social. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.	Dissertação/ 2011	"Este estudo tem por objetivo analisar a compreensão da dimensão ambiental no espaço urbano da Amazônia pelos assistentes sociais, inseridos nas principais intervenções urbanísticas do município de Belém, nas quais dentre elas há o Projeto Portal da Amazônia, Macrodrenagem da Estrada Nova e o Projeto de Urbanização da Vila da Barca. Para tanto, focamos nossas análises sobre o trabalho social dos projetos habitacionais e de urbanização, citados, que tem a educação ambiental como uma de suas ações de caráter socioeducativo, indicando qual seria a centralidade da discussão ambiental em tais iniciativas fomentadas pelo poder público, assim como a importância e compreensão do assistente social sobre esta demanda na região amazônica." (Trecho do Resumo)	http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4333
	FERREIRA, Ana Rafaela Goncalves. Educação ambiental na política de assistência social : a prática das ONG's no âmbito da proteção social básica em Manaus. 2016. 100f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.	Dissertação/ 2016	Não disponível.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4337428
Política de Saúde	BRITO, Lady Mara Lima de. Gestão social e sustentabilidade socioambiental . 2014. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.	Dissertação/ 2014	"A promoção da saúde é compreendida como uma articulação de diferentes setores de políticas públicas no âmbito da gestão social, com o objetivo de pensar a questão complexa da saúde, que demanda uma gestão em rede intersetorial. O delineamento metodológico buscou responder a seguinte questão norteadora: Quais são as estratégias operacionais da Gestão Social em rede no sistema descentralizado da Política de Promoção da Saúde no município de Boa Vista? O objetivo geral deste estudo foi avaliar as estratégias operacionais da gestão social em rede no sistema descentralizado da política de promoção da saúde no município de Boa Vista RR sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1039504
Programas Sociais	BOVO, Lúcia Regina Tanaka. Juventude e meio ambiente : pesquisa-ação em educação ambiental realizada no programa Projovem Adolescente em Franca (SP). 2015. 78f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2015.	Dissertação/ 2015	"O objetivo deste trabalho é expor a percepção dos jovens em relação a meio ambiente através de projeto de Educação Ambiental implantado no Programa Projovem Adolescente (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) da cidade de Franca (SP), pesquisando a viabilidade da inserção da temática ambiental em um programa socioeducativo com vista a despertar o interesse dos usuários em reconhecer os problemas socioambientais contemporâneos." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2418499

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
	GARRIDO, Ana Lúcia. O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.	Dissertação/ 2011	"Visando resolver as questões relacionadas a essas problemáticas [<i>migração para os entornos dos igarapés</i>], o Governo do Estado do Amazonas desenvolveu, a partir de 2003, o PROSAMIM (Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus). Esta iniciativa converteu-se em motivação para a realização desta pesquisa, pois pretendeu-se identificar quais foram os impactos socioambientais do PROSAMIM, estabelecer a relação entre sustentabilidade socioambiental e qualidade de vida e caracterizar o conceito de qualidade de vida a partir da percepção dos moradores da comunidade pesquisada." (Trecho do Resumo)	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO-1_ba85315516819d4cf015e95839651c35
Política de Assistência Social	RIBEIRO, Patricio Azevedo. Política Pública de Assistência Social e Sustentabilidade na Amazônia: um estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.	Dissertação/ 2014	"A primeira década do século XXI pode ser considerada o ápice de mudanças na conjuntura teórica e operacional da política pública de Assistência Social, tendo em vista a consolidação da PNAS, SUAS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, reformulação da LOAS e criação da NOB/SUAS de 2012. Assim, vem se percebendo nessa movimentação da Assistência Social uma preocupação em operacionalizar seus programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais na perspectiva da sustentabilidade, visando o enfrentamento da vulnerabilidade social e, por consequência, a contribuição para o desenvolvimento humano e social dos usuários da política. Com base neste entendimento, o estudo analisou a política pública de Assistência Social no âmbito da operacionalização da Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins, no Baixo Amazonas, tendo como referência a sustentabilidade social, sobretudo ao que tange o acesso, equidade na oferta dos serviços e enfrentamento da vulnerabilidade social" (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1945350
Política de Assistência Social	VIGOLO, Tamires Cristina. Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais. 2013. 229f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.	Dissertação/ 2013	"O objetivo desta dissertação consiste em analisar como se configura atualmente a Política de Assistência Social mediante processos de desastres socioambientais, identificando avanços, limites e desafios no campo teórico, normativo e operacional." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=109189
Políticas	VIEIRA, Ticiane Pereira dos Santos. Elementos para a análise dos fundamentos ídeo-teóricos da política nacional do meio ambiente. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.	Dissertação/ 2015	"Com isso o percurso feito teve como objetivo geral apontar elementos que contribuam para a compreensão dos fundamentos ídeo-teórico da Política Nacional do Meio Ambiente enquanto mecanismo de regulação estatal do meio ambiente no Brasil." (p. 15)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3561139

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
SILVA, Silvinia Queiroz E. Gestão social e sustentabilidade : um estudo de caso sobre a política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.	Dissertação/ 2011	"O objetivo deste estudo foi avaliar os processos de implementação da política de desenvolvimento sustentável implementada pela SDS [<i>Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas</i>] no Amazonas por meio do estudo de caso do Programa Gasoduto Coari-Manaus." (Trecho do Resumo)	https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2695/1/SILV%20c3%82NIA%20QUEIROZ%20E%20SILVA.pdf
SOARES, Geisiane Tavares. Sustentabilidade socioambiental : um estudo de caso na cooperativa de fibras e vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.	Dissertação/ 2015	"Nesse contexto, o presente estudo abordou como temática a sustentabilidade socioambiental. O objetivo do estudo, foi compreender a relação entre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade das cooperativas de malva e juta de Manacapuru/AM, através do estudo de caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEM no período de 2010 a 2013. Foram verificadas as contribuições, no período de 2010 a 2013, da política de subvenção econômica aos agricultores de juta e malva, e a política para aquisição das sementes da malva e juta no Amazonas." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2751443

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
SILVEIRA, Sandra Maria Batista; SILVA, Maria das Graças e. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro : expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. <i>Katálysis</i> , Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 342-352, maio/ago. 2019.	Artigo Katálysis/2019	"Este artigo tem como objetivorefletir sobre os conflitos por água na região do Nordeste brasileiro, problematizando-os à luz de suas determinações estruturais: aexpansão do agronegócio e seus impactos sobre as populações do campo." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n2p342/40703
ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; MENDONÇA, Érica da Silva; COSTA, Jane Mara de Araújo; SILVA, Jociane Pinheiro da. Conflitos socioambientais no Nordeste brasileiro : tema de interesse para o Serviço Social. <i>Katálysis</i> , Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 363-373, maio/ago. 2019.	Artigo Katálysis/2019	"O objetivo do texto é apresentar parte dos dados encontrados na pesquisa que versou sobre a caracterização do quadro atual dos conflitos socioambientais no Nordeste brasileiro como parte das expressões da questão ambiental e seu enfrentamento na contemporaneidade" (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n2p363/40705

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Conflitos Distributivos	COSTA, Jane Mara de Araújo. Os conflitos socioambientais no Estado de Sergipe: natureza, elementos deflagradores e sujeitos políticos envolvidos. 2019. 159f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.	Dissertação/ 2019	"Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa que analisou os conflitos socioambientais no estado de Sergipe. O objetivo principal foi analisar os aspectos que envolvem a natureza, os elementos deflagradores e a constituição dos sujeitos políticos envolvidos nesses conflitos." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8825691
	LIRA, Talita de Melo. Transformações no <i>modus vivendi</i> de Vila Darcy com a implementação da Floresta de Maués/AM. 2011. 225f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.	Dissertação/ 2011	"A pesquisa tem por objetivo analisar as transformações sócio-culturais e políticas no modo de vida em comunidades tradicionais ribeirinhas com a criação da Floresta Estadual de Maués no município de Maués/AM. Na contemporaneidade vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais." (Trecho do Resumo)	https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4164
	LUCENA, Fabrícia Gomes de. Recursos hídricos no território: os conflitos socioambientais por acesso à água no Município de São José do Egito, Sertão do Pajéu-PE. 2015. 105f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.	Dissertação/ 2015	"Este trabalho tem como objetivo analisar a existência dos conflitos socioambientais por acesso à água relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar e à produção da avicultura no município de São José do Egito, no sertão do Pajéu pernambucano." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2830146
	VALDIVIA, Antonia Marcia Araujo Guerra Urquizo. Os desafios para a democratização do acesso à água no Semiárido da Caatinga do Sertão Central Cearense. 2012, 164f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.	Dissertação/ 2012	"Esta dissertação traz importantes elementos constitutivos de análise crítica sobre os desafios para a democratização do acesso à água potável no semiárido da caatinga do sertão central cearense, ao defender veementemente que a seca nordestina (falta d'água) não é um fenômeno meramente ambiental, e sim uma das expressões cabais da Questão Social." (Trecho do Resumo)	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17573
Conflitos Distributivos	FELIX, Tatiana Lyra Lima; NETO, Artur Bispo dos Santos. Privatização da CASAL no contexto da mercantilização da água na América Latina. Katálysis , Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 480-490, set./dez. 2021.	Artigo Katálysis/2021	" No decorrer deste texto buscar-se-á apreender a categoria da mercadoria no interior da teoria marxiana, como ponto de inflexão para a compreensão do processo de transformação da água e do serviço de saneamento básico em mercadoria. A partir da crítica marxiana ao sistema do capital, intenta-se desvelar a peculiaridade da privatização da Companhia de Saneamento Básico de Alagoas (Casal) e como esta se plasma enquanto elemento de aprofundamento da dependência econômica da América Latina aos imperativos do sistema financeiro e às diretrizes dos organismos de fomento internacional que têm como premissa essencial expandir os mecanismos de acumulação mediante a espoliação das riquezas hídricas." (Resumo na íntegra)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/articloe/view/79374

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
	VALADÃO, Vanda de Aguiar; BARCELLOS, Gilsa Helena. Privatização da terra: intersecções das questões agrária e ambiental. Temporalis , Brasília, ano 12, n. 24, p. 145-169, jul./dez. 2012.	Artigo Temporalis/2012	"O presente artigo tem como objeto de análise o processo de privatização da terra no espaço agrário brasileiro. Para tanto, buscou-se analisar: o virulento processo de expansão e domínio do capital sobre o território e sobre os ecossistemas locais; a violência estrutural como um traço inato do modo de produção capitalista, que produz e reproduz um estado permanente de indigência, pauperismo, lumpenização e de marginalização social." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/3080
	GOMES, Gustavo França. Conflitos socioambientais e o direito à água : aspectos jurídicos e sociais da Política Nacional de Recursos Hídricos. 2011 402f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.	Tese/2011		Não disponível.
injustiça Ambiental	GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa. A legitimação da injustiça social e ambiental: análise da legislação no campo da construção de hidrelétricas no Brasil. Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 423-436, ago./dez. 2018.	Artigo Temporalis/2018	"Este artigo pretende apresentar, a partir da análise da legislação vigente no campo da construção de hidrelétricas no Brasil, os diferentes ângulos da banalização do sofrimento das populações atingidas por estas obras." (Trecho do Resumo)	https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fas/article/view/29018/18014
	PEIXOTO, Ana Carolina Beltrão. Pescador de ilusões : o trabalho da pesca artesanal e a sustentabilidade do desenvolvimento em comunidades pesqueiras nos municípios de Pão de Açúcar e Olho D'Água do Casado no Baixo São Francisco alagoano. 2011. 194f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.	Tese/2011	"(...) apresenta-se como proposta de pesquisa: verificar o impacto da introdução de uma atividade inovadora ao trabalho do pescador artesanal, a aquicultura em tanques-rede, no cotidiano do pescador artesanal do Baixo São Francisco alagoano, e as consequências dessa inovação na manutenção e sobrevivência do pescador e de sua família." (p. 16)	https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9155/1/arquivo2538_1.pdf
	SANTANA, Amanda Oliveira de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Produção de energia eólica em Pernambuco e a injustiça ambiental sobre comunidades rurais. Katálysis , Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 245-254, jan./abr. 2021.	Artigo Katálysis/2021	"Encoberta por uma aura verde, formas de injustiça ambiental têm se materializado em experiências de produção de energia eólica. Neste texto, apresentamos como a energia, considerada limpa, produz externalidades negativas que atingem populações rurais, especialmente agricultores familiares." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/73663

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Direitos Sociais	FILHA, Maria Ferreira de Oliveira. Pescadores artesanais de Novo Airão : dos conflitos socioambientais aos direitos da seguridade social. 2017. 127f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.	Dissertação/ 2017	"Procurou-se verificar a cobertura previdenciária a esses pescadores; identificar quais as principais dificuldades de acesso aos direitos previdenciários; e, descrever sobre as principais mudanças na Previdência Social para o pescador artesanal." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5055133
Conflitos Territoriais	GARZON, Luis Fernando Novoa. Ajustes espaciais em escala amazônica ou contagem regressiva dos direitos territoriais. Katálysis , Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 582-589, set./dez. 2020.	Artigo Katálysis/2020	"O propósito deste texto é reunir e sistematizar processos de contestação social e técnica de estudos ambientais contratados por consórcios empresariais - e respectivos processos de licenciamento ambiental "em curso ou já formalmente concluídos." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/articloe/view/1982-02592020v23n3p582/44333
	SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. Territorialidades e proteção social : conflitos socioambientais indígenas vivenciados na pesca artesanal no litoral norte da Paraíba. 2016. 221f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.	Tese/ 2016	"Essa tese trata das expressões territoriais da questão social dos povos indígenas potiguaras pertencentes à área de Proteção Ambiental do Mamanguape no Litoral Norte da Paraíba. Visa, a partir das territorialidades, analisar a dinâmica das relações que configuram a proteção social e socioambiental advindas da pesca artesanal vivenciadas na aldeia Tramataia. Parte-se do seguinte pressuposto: a existência de sobreposições das escalas territoriais impostas aos povos indígenas potiguaras expressas na dinâmica produtiva da pesca artesanal, seja pelos agentes econômicos, seja pelos agentes públicos que interagem e conflitam na disputa pelo e no território de vivência." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3942753
	CATETE, Vania Lucia Lemos. Mercado de terras, apropriação e exploração dos recursos naturais na Amazônia : o caso da Gleba Nova Olinda no Estado do Pará. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.	Dissertação/ 2016	"A presente dissertação tem por objetivo compreender o processo de apropriação, exploração e uso dos recursos naturais e suas determinações na organização do mercado de terras na Gleba Nova Olinda I, localizada no município de Santarém no estado do Pará, assim como, suas implicações na demarcação da Terra Indígena Maró." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4209524

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Conflitos Territoriais	MOREIRA, Edna Maria Carvalho. Questão social e meio ambiente: apropriação do território e os impactos ambientais em Juiz de Fora/MG. 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.	Dissertação/ 2011	"Este trabalho tem como objeto central a discussão da questão social e meio ambiente a partir da apropriação do território e os impactos ambientais em Juiz de Fora/MG, no período de 1980 a 2010. A análise é feita em sua relação com a fábrica da Votorantim Metais e Zinco S.A., em Igrejinha. Demonstra-se essa relação através de sua estratégia de implantação por sua proximidade com o ente público, em busca da garantia de seus interesses particulares e os de sua fração de classe. Parte-se da hipótese que tal relação estabelecida em um contexto no qual o desenvolvimento articulou-se a novos canais de representação, assim como, ao Estado, a força capaz de resguardar os interesses do capital privado." (Trecho do Resumo)	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4627
	AGUIAR, Rafaela Silveira de. Conflitos socioambientais e ocupação urbana: questão social no bairro Serrinha. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.	Dissertação/ 2014	"Com o presente estudo, visamos compreender o processo de produção social do espaço urbano no contexto de conflitos socioambientais no bairro Serrinha, em Fortaleza/CE. O lócus desta pesquisa é a área, na qual a Ocupação Terra Prometida e o Empreendimento Comercial Atacadão estão localizados. Esta área, deflagrada como Zona de Proteção Ambiental pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2009), é marcada por disputas pelo seu usufruto. Tais conflitos socioambientais ensejados passampela intervenção do Estado, que atua com discursos de desordem urbana e ambiental e práticas contraditórias." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.isf?popup=true&id_trabalho=2246319
	DOMINGUES, Gabriel; SAUER, Sérgio. A grande fronteira: Amazônia e a formação do sistema agroextrativista global. Katálysis , Florianópolis, v.24, n. 3, p. 447-458, set./dez. 2021.	Artigo Katálysis/2021	"Este artigo situa a Amazônia no processo histórico de formação da fronteira extrativa agrária, a partir da dinâmica de apropriação da terra e do território, extração de recursos e exploração do trabalho, que se inicia no período colonial, moldando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/articloe/view/79713/47366
Conflitos Espaciais	BERTOLLO, Kathiúça. A mineração extrativista em Minas Gerais: "Ai, antes fosse mais leve a carga". Katálysis , Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2021.	Artigo Katálysis/2021	"(...) este artigo busca explicitar e refletir sobre o contexto da mineração extrativista de minério de ferro em Minas Gerais, mais especificamente na região do quadrilátero ferrífero, dando ênfase aos recentes rompimentos criminosos das barragens de rejeitos, à superexploração da força de trabalho, à destruição ambiental e às resistências travadas pelas comunidades e populações direta e indiretamente atingidas e por demais sujeitos coletivos que assumem como pauta de luta o enfrentamento a esse modelo de mineração e às violências e violações que gera." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/articloe/view/79502/47366

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Conflitos Espaciais	GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa; SANTOS, Fabiane Konowaluk. Desenvolvimento, saúde e meio ambiente: contradições na construção de hidrelétricas. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 123, p. 501-522, jul./set. 2015.	Artigo Serviço Social e Sociedade/2015	"O contexto atual de construção de hidrelétricas no Brasil apresenta diversas controvérsias, pautadas especialmente na contradição existente entre o discurso oficial focado nos benefícios gerados por esses empreendimentos e os importantes impactos socioambientais, sérios e irreversíveis, provocados pela construção das usinas e evidenciados pelas experiências daqueles que vivenciam essas transformações. Neste sentido, este artigo se propõe a analisar e discutir as interfaces entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e saúde no contexto da construção de hidrelétricas no Brasil." (Resumo na íntegra)	https://doi.org/10.1590/0101-6628.034
	GOMES, Cícera Maria dos Santos. Na trilha da ecologia política : a construção da barragem de Pirapama e a Associação Vanguarda Ecológica no município do Cabo de Santo Agostinho. 2012. 252f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.	Tese/ 2012	"(...) nesta tese analisa-se os impactos socioambientais sofridos pela população outrora residente na área da barragem de Pirapama, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, em particular, um grupo de moradores, pequenos produtores rurais, que ocupam hoje outra área no município. Busca-se identificar as formas de organização utilizadas para ter acesso aos bens e serviços públicos, as mudanças no seu cotidiano decorrentes do deslocamento e a (re)construção de sua sociabilidade hídrica e espacial numa perspectiva de gênero." (Trecho do Resumo)	https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10644
	MONTEIRO, Claudia Regina Tenorio. O município de Sapucaia e o caso do Aproveitamento Hidrelétrico de Simplício : estudo sobre as implicações sociais, ambientais e econômicas a partir da instalação do empreendimento hidroelétrico. 2020. 133f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, 2020.	Tese/ 2020	"A tese em questão versa sobre a análise dos impactos da instalação do Aproveitamento Hidrelétrico de Simplício e suas implicações sociais, ambientais e econômicas vivenciadas pela população residente no município de Sapucaia, estado do Rio de Janeiro, por ser a cidade sede do empreendimento, assim como as áreas do seu entorno. Partiu-se para investigação, tomando como pressuposto que a implantação de uma Usina Hidrelétrica, impulsiona uma importante guinada no processo de desenvolvimento local, e tal aspecto, interfere diretamente na dinâmica da vida da população residente. Sendo assim, busca-se saber quais os mecanismos de escuta foram efetivados para garantir a participação popular na época de implantação do empreendimento, e qual a relação estabelecida até os dias atuais com os municípios, na garantia de uma prática democrática e de participação social, considerando que os impactos promovidos na vida dos sujeitos afetados, são inúmeros, em função das mudanças econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas entre outras na realidade local." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10514215
Conflitos Espaciais	SILVA, Dyllean de Cassia Oliveira. A degradação da vida no distrito industrial do Pequiá de Baixo, município de Acaíndia/MA, a partir da implantação do polo siderúrgico da empresa Vale . 2016. 127f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.	Dissertação/ 2016	"Esta dissertação aborda a degradação das condições de vida dos moradores do distrito industrial do Pequiá de Baixo, no município de Açailândia-Ma, a partir da implantação do Pólo Siderúrgico da Companhia Vale do Rio Doce na região. Os objetivos da pesquisa buscaram caracterizar as condições de saúde e meio ambiente, a geração de emprego e renda e, ainda, a organização comunitária da população a partir dos impactos gerados pelos projetos de desenvolvimento na área." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7157024

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
	SILVA, Heraclito Santa Brígida da. O grito velado e os algozes da natureza: os impactos provocados pela construção de barragens de tratamento de rejeitos de mineração em Barcarena-PA. 2021. 153f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.	Dissertação/ 2021	"Tem como objetivo, analisar o cenário de impactos sociais, ambientais e econômicos que são provocados pelas ações dos megaprojetos minerários, em especial os desastres provocados pelo rompimento de barragens das empresas Hydro/Alunorte e Imerys-RCC." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11213978
	STIMER, Micheli Aparecida de Oliveira. Implicações socioambientais no espaço da Sanga Pinheirinho em Toledo – PR. 2016. 130f. Mestrado em Serviço Social – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.	Dissertação/ 2016	"O objeto de estudo dessa pesquisa versa sobre as implicações socioambientais na Sanga Pinheirinho em Toledo – PR. A problemática da pesquisa centra-se na questão: em que medida o uso da Sanga Pinheirinho pelos moradores de seu entorno interfere diretamente na preservação do meio ambiente. Sendo seu objetivo geral compreender como a preservação da Sanga Pinheirinho e a qualidade de vida da população podem ser comprometidas em decorrência do seu uso pelos moradores de seu entorno." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4550139
	SOUSA, Elimar Maria Neves de. A atividade econômica do Caulim: o passivo socioambiental no junto do Seridó-PB. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.	Dissertação/ 2011		Não disponível.

RESISTÊNCIAS E LUTAS AMBIENTALISTAS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Cooperativismo/Associativismo	CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas Reservas Extrativistas. Katálysis , Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 52-61, jan./jun. 2012.	Artigo Katálysis/2012	"Este artigo analisa o papel desempenhado por um projeto de cooperação internacional (Projeto Resex) na implementação das Reservas Extrativistas na década de 1990. Através da análise dos documentos e relatórios referentes à negociação e execução da primeira fase do Projeto, no período de 1995-1999, demonstra-se a contraposição dos princípios contidos nos sujeitos coletivos que originaram as Reservas Extrativistas e aqueles produzidos, transmitidos e difundidos através do Projeto Resex." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100006/22004
	CANDIDO, Maria das Neves Oliveira. Associativismo e agricultura familiar : construção de indicadores de sustentabilidade para a associação "Flores da Eva" no município de Rio Preto da Eva-AM. 2014. 127f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.	Dissertação/ 2014	"Este estudo teve como objetivo geral analisar a sustentabilidade social das famílias integrantes da associação Flores da Eva por meio da utilização de indicadores de sustentabilidade com desdobramento nos objetivos específicos, a saber: a) Compreender o processo de legitimação do conceito de desenvolvimento sustentável na dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento, b) Indetificar os atributos condicionantes da sustentabilidade das famílias produtoras, c) Diagnosticar o potencial de sustentabilidade social dos empreendimentos." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1944839
Movimentos Socioambientais de Resistência	ALMEIDA, Ricardo; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. Capacidade de organização social em enfrentamentos socioambientais. Katálysis , Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 276-288, maio/ago. 2020.	Artigo Katálysis/2020	"Este artigo descreve as etapas de uma pesquisa social que investigou a capacidade de organização de uma comunidade, localizada em Minas Gerais - Brasil, no enfrentamento de seus problemas socioambientais." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n2p276/43644
	MELO, Kátia Maria dos Santos. Usina Hidrelétrica de Belo Monte : lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense.	Artigo Katálysis/2021	"Este texto analisa as formas organizativas das lutas sociais e resistência na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, diante do projeto energético do governo brasileiro que concebe a Amazônia como produtora de megawatt." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75250/4592
	HOUTART, François. La cumbre de los pueblos, Rio +20 y el bien comun de la humanidad. Temporalis , Brasília, ano 12, n. 24, p. 435-443, jul./dez. 2012.	Artigo Temporalis/2012	"Cuando 193 países son representados, 120 jefes de Estado están presentes y 17.000 delegados se han reunido, no se trata de cualquier evento. Cuando en paralelo se organiza una Cumbre de los Pueblos con 755 seminarios y se cuenta con la presencia de 300.000 personas, no se trata de un banal encuentro. La reunión de alcaldes de 58 de las mayores ciudades del mundo en el mismo lugar, decidiendo reducir 1,3 billones de toneladas de emisión de CO2 para 2030, no son señales insignificantes. Símbolo fehaciente: durante 10 días, el Cristo del Corcovado fue iluminado de verde. De verdad el desafío era la supervivencia del planeta y en consecuencia de la humanidad." (Resumo na íntegra)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4076

RESISTÊNCIAS E LUTAS AMBIENTALISTAS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Movimentos Socioambientais de Resistência	LEMOS, Enilda Maria. O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009) : um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS. 2015. 237f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca.	Tese/2015	"Este estudo discute o movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (Pantanal/MS) no período de 1979-2009. Teve como objetivo investigar as origens e o desenvolvimento do movimento ambientalista em MS e sua relação com sucessivas tentativas de implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2420167
	RODRIGUES, Monica Aparecida Grossi. Politização da Questão Ambiental no MST: a Agroecologia como estratégia produtiva e política . 2014. 279f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.	Tese/2014	"Neste estudo, defendemos a tese de que a questão ambiental tem uma forte dimensão política, sobretudo no que se refere ao enfrentamento ao modelo contemporâneo de desenvolvimento do capital, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se constitui como um sujeito coletivo qualificado para contribuir para o seu necessário processo de politização na sociedade. Nosso objetivo principal foi analisar o processo de politização da questão ambiental no MST ao longo de seus 30 anos, no que se refere à luta pela terra de uma forma mais ampla, particularizando a construção da agroecologia como estratégia produtiva e política." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1155112
	ALFARO, Laura Rivera. A expansão do extrativismo na América Latina e o papel dos movimentos sociais de resistência : Costa Rica e Brasil em foco. 2019. 182f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.	Dissertação/ 2019	"A pesquisa aborda duas expressões das formas de resistência experimentadas na região latino-americana, baseadas em experiências de enfrentamento com a expansão do extrativismo na Costa Rica e no Brasil. Sendo o objetivo central da pesquisa analisar as reivindicações dos movimentos sociais de resistência envolvidos em conflitos socioambientais produto do extrativismo de matérias-primas, particularmente procurando caracterizar esses movimentos sociais de resistência diante dos conflitos, o trabalho propõe analisar, a partir da referência de dois casos concretos, as perspectivas colocadas pelos sujeitos inseridos no contexto desses territórios, suas reivindicações e alternativas de luta frente a ameaça que o extrativismo representa para a América Latina." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8687637
Movimentos Socioambientais de Resistência	OLIVEIRA, Dayse Maria da Silva Caciano de. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural : o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé-RJ. 2018. 194f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	Dissertação/ 2018	"(...) tem por objetivo analisar o processo organizativo do assentamento rural Osvaldo de Oliveira, que faz parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no município de Macaé-RJ." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7196107

RESISTÊNCIAS E LUTAS AMBIENTALISTAS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Modo de Vida Alternativo	SANTOS, Sara Jane Escouto dos. Comunidades sustentáveis: autoridade e autonomia em questão. 2011. 89f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.	Dissertação/ 2011	"O estudo sobre a forma de organização de novos agrupamentos sociais emerge com força, sobretudo, no final da década de 80-90 do século XX. As Comunidades Sustentáveis, tema recorrente, configuram-se como uma via de anúncio de novas possibilidades de convivência, seja por questões econômicas, relacionais, ou de ideal pessoal e coletivo; sinalizam e representam algo que está no cenário contemporâneo também como denúncia de que a vida em sociedade carece de oferecer elementos de caráter mais ecológico, holístico e harmonioso. Esta dissertação busca, em sua base central de investigação, compreender como se operam a autoridade e a autonomia no interior das Comunidades Sustentáveis" (Trecho do Resumo)	https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/507
Agroecologia	SAMPAIO, Ana Cristina de Sousa. Os caminhos da transição agroecológica: uma análise das experiências da agricultura familiar camponesa no Território dos Vales do Curu e Aracatiacu. 2012. 174f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.	Dissertação/ 2012	"Esse estudo tem como universo temático a agricultura familiar camponesa na perspectiva agroecológica. Pretende analisar as mudanças decorrentes do processo de transição da agricultura convencional para agricultura agroecológica no cotidiano dos agricultores e agricultoras articulados à Rede de Agricultores Agroecológicos e Solidários do Território dos Vales do Curu e Aracatiacu, locus da pesquisa empírica." (Trecho do Resumo)	https://1library.org/document/oy8x8xwg-transicao-a-groecologica-experiencias-agricultura-familiar-camponesa-territorio-aracatiacu.html
	SILVA, Clecia Pereira da. A transição agroecológica e a atuação dos sujeitos políticos no fortalecimento da produção camponesa: um estudo sobre a experiência no Sítio Palmeira Velha, Glória do Goitá – PE. 2021. 231f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.	Dissertação/ 2021	"Nas primeiras décadas do século XXI houve o crescimento dos cultivos agroecológicos em Pernambuco e em todo o Brasil. Paralelamente, o Governo Federal investia intensamente no agronegócio, reafirmando o processo de reprimarização da economia nacional ao intensificar a produção de commodities agrícolas – como soja, milho, café e açúcar –, levando à expansão dos níveis de exploração sobre os recursos naturais e os grupos camponeses, além do aumento do uso de insumos químicos, tornando o país um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Diante desse contexto, este estudo analisou a atuação dos sujeitos políticos (Organizações Não Governamentais (ONGs), associações e o próprio Estado através das políticas públicas agrícolas) no desenvolvimento da produção agroecológica no Sítio Palmeira Velha, em Glória do Goitá - PE, no período de 2001 a 2013." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11338738
	PONTES, Itaciara Prestes da Silva. Sustentabilidade da agricultura familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no município de Caapiranga/AM. 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.	Dissertação/ 2015	"(...) A agricultura familiar visa, por meio da mão de obra familiar, a subsistência dos diversos segmentos sociais do âmbito rural brasileiro com pequena e média escala de produção. Dessa forma, historicamente na Amazônia a agricultura é desenvolvida de forma diferenciada com base nos conhecimentos, saberes e práticas tradicionais herdadas da cultura indígena, bem como dos diversos seguimentos sociais que imigrados nos diferentes ciclos econômicos para a região fomentaram um processo de formação sociocultural da Amazônia com diferentes grupos sociais, dentre os quais encontram-se o agricultor familiar tradicional ribeirinho. O estudo objetivou uma análise da sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar tradicional nas comunidades ribeirinhas de Santo Afonso e Santa Maria no município de Caapiranga/AM, no período de Janeiro à Dezembro de 2014." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3036111

RESISTÊNCIAS E LUTAS AMBIENTALISTAS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Questão Indígena	LUZ, Helder Correa. Desenvolvimento sustentável na Amazônia: uma análise nas aldeias Frasqueira e Itaputyre da Reserva Indígena Tembê do Alto Rio Guamá RIARG. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.	Dissertação/ 2013	"(...) trata-se de um trabalho que se propõe a uma reflexão sobre o papel desempenhado pelos indígenas enquanto protagonistas no contexto da questão ambiental, focalizando, sobretudo, suas práticas e experiências cotidianas no enfrentamento da crise ecológica, priorizando como categorias de análise a Sustentabilidade, o Desenvolvimento Sustentável e os Saberes Locais." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=102705
Uso de Recursos Naturais/Manejo Sustentável	SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. Da casa ao Mangue: abordagem sócio-ecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba-PB. 2011. 160f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.	Dissertação/ 2011	"Esta dissertação trata das imbricações contemporâneas no que infere o processamento e manuseio ecológico da coleta de mariscos pelas marisqueiras dos municípios de Bayeux, João Pessoa e Cabedelo no Estado da Paraíba que dependem do ambiente onde os moluscos bivalves se desenvolvem. Teve-se como objetivo analisar as relações sócio ecológicas do processo e organização do trabalho que ocorrem no processo de cata e comercialização dos moluscos pelas marisqueiras das comunidades ribeirinhas do estuário do Rio Paraíba." (Trecho do Resumo)	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7202?locale=pt_BR
	SANTOS, Laura Rubia da Silva dos. Trabalho e sustentabilidade: manejo de andiroba pela coopfitos e comunidade canaã no município de Manaquiri/AM. 2014. 106f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.	Dissertação/ 2014	"Uma das principais temáticas que ganham destaque relativo às questões amazônicas diz respeito à utilização dos recursos naturais pelas populações tradicionais, o desenvolvimento do trabalho, as formas de manejo, as práticas produtivas e o modo de vida, orientados por parâmetros socioculturais que delineiam o dia a dia dessas sociedades. Neste sentido, a pesquisa que ora apresenta-se tem por objetivo analisar as formas de trabalho e práticas de sustentabilidade da Coopfitos no beneficiamento do óleo de Andiroba, bem como os entraves relacionados ao fornecimento de Andiroba na comunidade Canaã, no Município de Manaquiri-AM." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1944324
	LOUZADA, Leny Xavier. Os impactos socioambientais da implementação da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé na comunidade Nossa Senhora do Livramento. 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.	Dissertação/ 2011		Não disponível.

RESISTÊNCIAS E LUTAS AMBIENTALISTAS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
	SILVA, Mônica Regina Gomes da. Sindicalismo rural e desenvolvimento sustentável : uma aproximação crítica. 2012 200f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.	Dissertação/ 2012		Não disponível.
	ZACARIAS, Rachel dos Santos. A lógica destrutiva do capital, crise ambiental, mudanças climáticas : os movimentos sociais e a educação ambiental. 2012. 178f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio e Janeiro, 2012.	Tese/2012		Não disponível.

Desastres Ambientais				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Trabalho do/a Assistente Social	CAMPOS, Cristiane Coelho de. Faces do desastre sócio-ambiental do Vale do Itajaí: análise dos desafios lançados ao Serviço Social. 2011. 243f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.	Dissertação/ 2011	"A pesquisa teve como objetivo central analisar o desastre socioambiental de 2008, ocorrido no Vale do Itajaí, especificamente o que condiz aos desafios lançados ao Serviço Social diante das discussões e situações de desastre socioambiental e da relação com a formação e o exercício profissional do assistente social." (p. 34)	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95747
Análise dos Processos de Desastres	SANTOS, Rúbia dos. Gestão de desastres e política de assistência social. Katálysis , Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2012.	Artigo Katálysis/2012	"(...) refletir sobre o sistema de gestão de risco em um município catarinense e as ações da Política de Assistência Social nesse contexto." (p. 33)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100004/22133
	BERNARDO, Alessandra Nascimento. Abordagens e intervenções face aos desastres socioambientais e a contribuição do pensamento decolonial. 2020 105f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.	Dissertação/ 2020	"Este trabalho tinha como objetivo identificar quais as contribuições que o pensamento decolonial poderia oferecer para compreender a temática dos desastres e propor alternativas de intervenção em face deles." (p. 93)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8271293
	PONTES, Nicole Alves Espada. O rompimento de Fundão: questão ambiental e crimes industriais sob a lógica capitalista. 2017. 159f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.	Dissertação/ 2017	"Empreende desvendar os 'crimes ambientais', então, enquanto parte das expressões da 'questão ambiental' na contemporaneidade, situando o debate no interior da lógica de reprodução social do capitalismo." (p. 17)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5582090
	AZEREDO, Luana Fernandes dos Santos. O desenvolvimento capitalista e sua relação com os processos de desastres ambientais: um estudo sobre o Norte Fluminense/RJ. 2018. 194f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	Dissertação/ 2018	"(...) tem-se por objetivo geral deste trabalho, a partir de análise sobre o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro dentro de uma dinâmica mais ampla – que é o processo de acumulação capitalista mundial –, compreender de que modo essa dinâmica contribui para processos de desastres ambientais, partindo da análise de estudo de caso da região do Norte Fluminense/RJ." (p. 14)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7194776

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Racismo Ambiental	BARRETO, Ana Claudia de Jesus. A construção do negro e a reprodução da lógica eurocêntrica no Brasil: a segregação socioambiental de base racial em Juiz de Fora. SER Social , v. 20, n. 43, 2018.	Artigo Serviço Social e Sociedade/2018	"Este artigo discute a condição vulnerável socioambiental que a população negra, em sua maioria, vivencia no espaço urbano." (p. 411)	https://periodicos.unb.br/index.php/ser_social/artic/e/view/18868/17585
	SOUSA, Teresa Cristina Vital de. Interface entre racismo e meio ambiente na configuração sócio-espacial da Ilha de Deus em Recife . 2011 203f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.	Tese/2011		Não disponível.

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Mulheres e Lutas Ambientais	BARCELLOS, Gilsa Helena. Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local. Katálysis , Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 214-222, jul./dez. 2013.	Artigo Katálysis/2013	"busca discorrer sobre como a questão ambiental, conduzida por interesses hegemônicos globais capitalistas, acentua desigualdades sociais e de gênero, e afeta a vida de populações locais, de diferentes partes do planeta. Ao mesmo tempo, aborda como a degradação ambiental compromete de forma particular a vida das mulheres e de como estas traçam os seus processos de resistência por meio da construção de movimentos e de lutas socioambientais." (p. 214)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/artic/e/view/S1414-49802013/000200007/25729
	CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira; MORALES, Paola Alejandra; SILVEIRA, Sandra Maria Batista; CLEMENTE, Flávia da Silva. Mulheres rurais e as lutas pela água na América Latina. Temporalis , Brasília, ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.	Artigo Temporalis/2015	"Este artigo trata das lutas das mulheres rurais na América Latina por água e tem como objetivo analisar os lugares das mulheres quanto ao acesso, gestão e participação nos espaços decisórios das políticas hídricas dos seus países." (p. 495)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9505
Desigualdad e de Gênero	OLIVEIRA, Gilvana Pessoa de. A mediação nas trilhas do desenvolvimento rural : a produção da desigualdade socioambiental e de gênero no assentamento Cajueiro-Parnaíba/PI. 2016. 111f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.	Tese/ 2016	"A análise sobre a desigualdade socioambiental e de gênero aborda questões relativas aos diferentes processos sócio- históricos de uso, produção e luta pela apropriação do território por homens e mulheres." (Trecho do Resumo)	https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19609

DEBATE À LUZ DE AUTORES

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
--	------------	------	-----------------------	------

	FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. Katálysis , Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.	Artigo Katálysis/2012	"O presente artigo tem como objetivo apresentar as implicações teóricas e os desdobramentos da concepção de Desenvolvimento sustentável, com ênfase na elucidação das diferenças na sua compreensão e utilização. A partir da revisão bibliográfica, inicialmente, recupera-se a apreensão de Marx sobre a relação homem, natureza e capitalismo." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100005/22000
	COSTA, César Augusto Soares da; LOUREIRO, Carlos Frederico. Questão ambiental, neoextrativismo e capitalismo periférico: uma leitura política em Enrique Dussel. SER Social , Brasília, v. 20, n. 42, p. 164-181, jan.-jun./2018.	Artigo SER Social/2018	"Objetivamos neste artigo abordar o aporte do filósofo argentino Enrique Dussel, visando aproximarmos a questão ambiental, o neoextrativismo e o capitalismo periférico latino-americano." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14289/12964
	COSTA, César Augusto. Natureza e direitos humanos: Uma leitura à luz de Enrique Dussel. Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2021.	Artigo Textos e Contextos/2018	"O objetivo é refletir sobre os vínculos entre natureza e direitos humanos na leitura do filósofo Enrique Dussel." (Trecho do Resumo)	https://revistasefetricas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39125/27057

MEIO AMBIENTE E SAÚDE

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
	SILVA, Maria das Graças e. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2021.	Artigo Serviço Social e Sociedade/ 2015	"O objetivo deste artigo é problematizar as principais contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro, o "neodesenvolvimentismo", enfocando a relação ambiente/saúde e suas principais manifestações no contexto atual." (Trecho do Resumo)	https://doi.org/10.1590/0101-6628.031
Trabalho com Saúde	ATAIDE, Soraya Gama de. Capital, trabalho, saúde e meio-ambiente : uma relação destrutiva analisada em uma indústria de pelotização. 2011. 230f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro, 2011.	Tese/2011	"O objetivo do estudo visa analisar a situação de saúde dos trabalhadores da empresa Samarco (multinacional do ramo da Mineração presente no Brasil) e seus determinantes, a partir do processo de trabalho ali desenvolvido, levando em consideração sua exposição aos riscos ambientais resultantes, e na destruição do meio ambiente." (p. 11)	https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/15876/1/Soraya%20Tese.pdf
	SILVA, Thamirys Souza e. Sustentabilidade e saúde : estudo sobre as equipes de saúde da família em Manacapuru/AM. 2021. 97f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.	Dissertação/ 2021	"Esta pesquisa se propôs a analisar a sustentabilidade social, cultural e territorial da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) a partir da atuação das Equipes de Saúde da Família junto às comunidades ribeirinhas do Município de Manacapuru/AM, por meio da análise da PNAB sobre o prisma da sustentabilidade, bem como, a caracterização da perspectiva de sustentabilidade social, cultural e territorial da PNAB a partir da atuação das Equipes de Saúde da Família (ESF) junto às comunidades ribeirinhas do município." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11183739
	SANTOS, Carlos Wendell Pedrosa dos. Saúde ambiental : conhecendo o conceito para buscar uma nova prática. 2016. 102f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.	Dissertação/ 2016	"O objetivo dessa dissertação é buscar a aproximação do conceito da saúde ambiental, seu percurso histórico, as suas possibilidades para buscar uma nova prática no Serviço Social e incrementos de estudos." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4627073

MEIO AMBIENTE E SAÚDE

	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Processo Saúde/Doença	PEDROSA, Evelyn Barroso. Sustentabilidade e saúde no uso de plantas medicinais na ótica das populações ribeirinhas da Amazônia . 2021 171f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.	Dissertação/ 2021	"O uso de plantas medicinais é uma realidade presente na vida e história dos diferentes grupos que compõem a Amazônia. As práticas e técnicas desenvolvida pelos povos tradicionais é constituído por valores socioculturais pautado numa relação homem-natureza e de sustentabilidade. Diante dessa realidade, a dissertação teve como objetivo geral analisar a perspectiva de sustentabilidade social e cultural no uso de plantas medicinais em saúde pelas populações ribeirinhas da Amazônia." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/col eta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11183680
	PAIVA, Amanda Santos de. Barbárie ecológica, direito à saúde e dengue : (des) configurações de uma doença socioambiental na cidade do Natal/RN. 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.	Dissertação/ 2016	"Esta dissertação tem como objetivo analisar criticamente a relação entre ocorrência do dengue e as condições socioambientais no município de Natal-RN. Sua preocupação central consiste em investigar em que medida a política de saúde adotada para o combate ao dengue (des) considera como enfermidade socioambiental no modelo hegemônico de seu (des)controle no cenário potiguar." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/col eta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3730409
	CARVALHO, Gleizeane Santos Almeida de. Os impactos sobre a biodiversidade e saúde humana decorrentes da utilização de agrotóxicos no Brasil . 2017. 106f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.	Dissertação/ 2017	"Nessa dissertação analisamos a trajetória da utilização dos agrotóxicos no Brasil e seus impactos sobre a biodiversidade e saúde humana. Nesta perspectiva, buscamos expor o processo de inserção dos agrotóxicos no agronegócio brasileiro, demonstrando os impactos gerados pela utilização dos agrotóxicos no setor primário e suas consequências para a sociedade e trabalhadores. Averiguamos ainda quais estratégias de enfrentamento são efetivas para o combate dessa problemática." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/col eta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6171222

MEIO AMBIENTE E SAÚDE				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Segurança Alimentar	GOMES, Elizabeth Cristina Castro. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva da sustentabilidade : estudo a partir do programa Bolsa Família nos CECFS em Manaus/AM. 2020 152f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.	Dissertação/ 2020	"Tendo em vista a relevância social, acadêmica e profissional da temática proposta, reconhecendo a alimentação na condição de direito humano e social primordial de todos e como pressuposto para o alcance dos demais direitos e satisfações básicas, o estudo objetivou analisar o direito à segurança alimentar e nutricional (SAN) sob a perspectiva da sustentabilidade social e econômica, a partir do atendimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9914257
Segurança Alimentar	BEAL, Franciele Aparecida Buratto. A agroecologia como paradigma para a promoção do direito humano à alimentação : a atuação da assessoria no sudoeste paranaense. 2018. Undefined f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.	Dissertação/ 2018	"A presente pesquisa tem por objetivo historicizar e atualizar o nexos temático entre a questão agrária brasileira e a segurança alimentar, a partir da atuação da ASSESOAR, no sudoeste do Paraná. Mais especificamente, busca compreender como a reestruturação contemporânea da questão agrária brasileira incide sobre a promoção da segurança alimentar e da sustentabilidade ambiental como direito humano fundamental, aproximando o Serviço Social de tais interpretações." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7276099
	XAVIER, Gabriella de Souza. Estudos sobre a natureza morta : a produção de alimentos à sombra de produção de valor. 2014 162f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.	Dissertação/ 2014	"Este estudo propõe analisar os processos sociais que atuaram na modificação do universo da alimentação desde a afirmação das contradições fundamentais de uma forma social, cujo poder de domínio sobre a natureza se revelou como distanciamento progressivo entre a humanidade e o mundo natural, fundado na produção do valor. Tal movimento alterou forma e conteúdo das práticas alimentares, que são examinadas a partir da introdução da mediação da mercadoria nas formas de vida modernas." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=174360

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Questão Socioambiental como Demanda Profissional	MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi. O Serviço Social ambiental : compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. Katálysis , Florianópolis, v.24, n. 3, p. 607-616, set./dez. 2021.	Artigo Katálysis/2021	"A crise ecológica que vivemos afeta negativamente o planeta e aumenta as ameaças para todas as formas de vida que o habitam. O serviço social tem nos espaços socioambientais um importante, crescente e desafiador campo de intervenção. Para este elo entre o serviço social e o meio ambiente são necessários novos conhecimentos intelectuais e culturais, novas e múltiplas proposições e intervenções, e o compromisso de não ficar à margem das discussões e ações que necessita, para intervir e promover uma abordagem ecossocial ativa, baseada na economia circular e alinhada com os Objetivos do desenvolvimento sustentável e os direitos humanos" (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/79661
	SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edalea Maria. Meio ambiente e Serviço Social : desafios ao exercício profissional. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 390-398, ago./dez. 2012.	Artigo Textos e Contextos/ 2012	"O presente trabalho tem como objetivo problematizar os desafios que a questão socioambiental demanda ao exercício profissional do Serviço Social, a partir de pesquisa documental e empírica realizada." (Trecho do Resumo)	https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12585/8650
	NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 1, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.	Artigo Textos e Contextos/ 2019	"O presente artigo objetiva contribuir com reflexões acerca das possibilidades de atuação do assistente social no âmbito das questões socioambientais." (Trecho do Resumo)	https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/13337/9623
	CAETANO, Marina. Dialética verde : subsídios para o trabalho profissional de assistentes sociais na área socioambiental. 2021. 181f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.	Tese/ 2021	"(...) É nesse sentido que a pesquisa pretende responder ao problema: Quais são os subsídios necessários para a atuação profissional de assistentes sociais diante das expressões da questão socioambiental? O objetivo geral foi elaborar subsídios interventivos que possam nortear o trabalho de assistentes sociais na área socioambiental, a fim de contribuir para a produção do conhecimento no Serviço Social." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10973153
	VIEIRA, Sergio Luiz de Souza. Do Serviço Social no Brasil e da questão socioambiental do século XXI : uma abordagem à ecologia de Marx. 2017. 319f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.	Tese/ 2017	"A humanidade vive novos momentos de incerteza. Chegamos ao século XXI da era cristã em meio ao assombro da finitude dos suportes de vida no planeta, em função das afetações na biosfera. Diante deste contexto dramático, a ONU – Organização das Nações Unidas, tem feito constantes apelos para que todos os segmentos sociais reflitam sobre suas responsabilidades ambientais. Neste sentido esta tese busca propiciar novas reflexões sobre o sentido histórico do Serviço Social na contemporaneidade e busca chamar a atenção para os aspectos socioambientais que se articulam com as atribuições legais da profissão no Brasil." (Trecho do Resumo)	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20118

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Questão Socioambiental como Demanda Profissional	SILVA, Tatiane Pereira da. Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social . 2016. 124f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.	Dissertação/ 2016	"Com a crise ecológica contemporânea, a sociedade mundial se deparou com o maior desafio no que tange à necessidade de mudar as suas ações frente a esta questão. Diante de tal crise, a qual consideramos socioambiental, o Serviço Social, enquanto profissão que se inscreve no tecido das relações sociais, não deve ficar insciente a esta temática. Com isso, o objetivo da nossa pesquisa foi estudar os fundamentos da questão socioambiental e conhecer a atuação do(a) assistente social mediante esta questão." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3816104
	CYRINO, Ana Beatriz de Souza. O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social : sustentabilidade, resiliência, instrumentalidade na cidade de Manaus/AM. 2013. 85f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.	Dissertação/ 2013	"O objeto desta dissertação é um dos grandes desafios, que o Serviço Social, tem enfrentado na atualidade em seu campo interventivo. Trata-se de intervenção profissional, tendo como base, a percepção crítica ao modelo deletério de exploração dos recursos naturais, no marco do modo de produção capitalista, enquanto uma expressão das contradições típicas desse sistema, incidindo na postura profissional no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho. Esta abordagem tem por objetivo desvelar a resiliência entre sustentabilidade e instrumentalidade, tendo como parâmetro analítico, o ambiente como uma das expressões da questão social e campo interventivo do Serviço Social." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1127217
	BRAZ, Girlei da Rosa. A relação homem e natureza, capitalismo e Serviço Social : considerações sobre os fundamentos da questão ambiental. 2016. 105f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.	Dissertação/ 2016	"A presente dissertação se ocupa da aproximação de elementos da temática ambiental, que podem ser entendidos como fundamentos para a compreensão da relação entre o homem e a natureza no seio da sociedade capitalista. Também se buscou compreender elementos possíveis de serem capturados pelo Serviço Social, no sentido de imprimir uma abordagem qualificada, teórica e prática ante as questões que envolvem as tramas, contradições e os impactos da degradação do meio ambiente nas condições de vida e na garantia de direitos fundamentais" (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4573243
	HERNÁNDEZ, Elia Sepúlveda; MARTÍNEZ, Xavier Úcar. A questão socioambiental: estudo descritivo sobre a presença do tema nos Seminários Latino-Americanos de Escolas de Serviço Social. Katálysis , Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2019.	Artigo Katálysis/2019	"O artigo analisa o debate acadêmico do Serviço Social latino-americano em relação à questão socioambiental. O espaço dialógico acadêmico analisado se refere aos Seminários Latino-Americanos de Escolas de Serviço Social realizados entre 1998 e 2012." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n2p413/40710
	NUNES, Letícia Soares; SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. A concepção de questão socioambiental e o serviço social. Temporalis , Brasília, ano 13, n. 26, p. 97-116, jul./dez. 2013.	Artigo Temporalis/2013	"O presente artigo tem como objetivo problematizar a concepção de questão socioambiental de assistentes sociais que atuam diante dessa temática emergente, com base num recorte da pesquisa documental e empírica realizada em 2012, em que foram entrevistados seis assistentes sociais da região da Grande Florianópolis/SC." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/5533

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
no Serviço Social	NUNES, Leticia Soares. Questão socioambiental e formação profissional : o que o Serviço Social tem a ver com esse debate? 2018. 400f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.	Tese/ 2018	"A presente pesquisa objetivou analisar como o Serviço Social vem se apropriando do debate da questão socioambiental nas dimensões do processo formativo profissional em Universidades brasileiras. Procurou-se verificar se a discussão da questão socioambiental vem se fazendo presente na formação dos assistentes sociais no contexto brasileiro; identificar as principais mediações entre teoria e prática presentes na formação, particularizada a questão socioambiental; evidenciar as principais tendências, avanços e desafios para a formação dos assistentes sociais diante desta temática." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.ca pes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6724042
	BERGER, Mariana Cavalcanti Braz. O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia legal : “velhas” e “novas” demandas profissionais. 2018. 270f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Curso de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.	Tese/2018	"Análise das tramas do desenvolvimento sustentável como fetiche na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal. Considera-se sua importância para o projeto de desenvolvimento vigente no processo de acumulação capitalista e analisa-se a incidência nas diferentes dimensões do Serviço Social: formação profissional, produção do conhecimento, organização política e intervenção profissional, mediante a expressão de “velhas” e “novas” demandas colocadas para a profissão e seus profissionais ao se defrontarem com a questão ambiental, fundamental no acirramento da questão social na atualidade." (Trecho do Resumo)	https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2268
	LUDWIG, Cleide Josiane dos Santos Silva. Questão socioambiental e a mineração : um estudo a partir da produção do Serviço Social. 2021. 109f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.	Dissertação/ 2021	"A pesquisa buscou responder ao problema: quais são as contribuições do Serviço Social diante da degradação socioambiental? O objetivo geral foi analisar a produção do conhecimento do Serviço Social, no que diz respeito à temática da questão socioambiental, a fim de contribuir para o adensamento teórico, bem como no âmbito do exercício profissional." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.ca pes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10279807
Debate Socioambiental no Serviço Social	SILVA, Ana Carolina Bernardes Borges. Meio Ambiente e Serviço Social : formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a questão socioambiental. 2019. 97f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2019.	Dissertação/ 2019	"Este estudo em tela teve como objetivo principal fazer um diálogo entre a formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a Questão Socioambiental. Desse modo, anterior a este processo foi necessário contextualizar e desenvolver sobre temas importantes que dizem respeito a Questão Socioambiental." (p. 13)	https://sucupira.ca pes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8151919

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Debate Socioambiental no Serviço Social	SILVA, Silvana Crisostomo da. Produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.	Dissertação/ 2015	"O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar as dimensões teórico-metodológicas e ídeo-políticas que nortearam a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental." (Trecho do Resumo)	https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17466
	SILVEIRA, Joao Paulo Borges da. Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social. 2015. 320f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.	Dissertação/ 2015	"O presente trabalho insere-se na perspectiva do debate da questão ambiental, porquanto entende que este é um debate relevante para o Serviço Social, por seus nexos com a questão social. Com esta finalidade, buscamos, ao longo do trabalho, nos aproximar do debate que tem sido realizado sobre a Questão Ambiental e o associando à perspectiva da sustentabilidade – ou do Desenvolvimento Sustentável -, enquanto perspectiva que transpassa distintas formas de compreensão da relação entre sociedade e natureza e que não se limita à acepção hegemônica que se associa à mesma, enquanto expressão de um ambientalismo moderado representado por organismos internacionais." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3312099
	PEREIRA, Jessica Aparecida. A produção de conhecimento sobre a questão ambiental no Serviço Social: análise dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016. 2018. 189f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.	Dissertação/ 2018	"A presente dissertação de mestrado faz uma reflexão acerca da temática ambiental com o objetivo de situar o debate ambiental e sua relação com o Serviço Social, no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social- ENPESS e no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, no período de 2012 – 2016." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7249076
	MENDES, Marina Moscovici. Serviço Social e sustentabilidade: uma nova demanda para a profissão. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, São Paulo, 2011.	Dissertação/ 2011	"O desenvolvimento sustentável vem ganhando um destaque cada vez maior no cenário mundial. Esse conceito surge como expressão da tentativa de estabelecer mecanismos de controle frente aos problemas globais engendrados, principalmente pelo modo de produção capitalista. Um dos grandes méritos da sustentabilidade tem sido provocar análises e possibilidades apresentadas às diversas áreas do conhecimento. Assim, este trabalho procura mostrar como o serviço social vem se posicionando em relação ao tema, que nos parece uma demanda que vem emergindo desde meados do século XX - mais especificamente - devido à aceleração dos impactos gerados pelo desenvolvimento industrial e econômico." (Trecho do Resumo)	https://tede2.pucrs.br/handle/handle/17516

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
	MENDES, Marina Moscovici. Serviço Social e sustentabilidade : uma nova demanda para a profissão. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.	Dissertação/ 2011	"Nesse sentido, o objeto de estudo dessa dissertação foi investigar a aproximação que o Serviço Social tem com a temática da sustentabilidade, com o objetivo geral de verificar quais as contribuições a profissão tem trazido frente a essa questão, especialmente no que tange ao pilar social da sustentabilidade." (Trecho do Resumo)	https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/17516?mode=full
Trabalho da/o Assistente Social com a Questão Socioambiental	RABELO, Desiree Cipriano; LOPES, Sheila Perim Albuquerque; PROËZA, Taísa da Rosa Barros. O Serviço Social na Política Nacional de Recursos Hídricos: demandas e desafios de atuação na perspectiva do usuário. SER Social , Brasília, v. 16, n. 35, p. 401-420, jul.dez. 2014.	Artigo SER Social/2014	"A defesa do direito à água evidencia-se, cada vez mais, como campo de atenção e atuação do Serviço Social. Entre as várias demandas apresentadas pela questão, neste artigo discutimos a ação do/a assistente social na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei no9.433/97), especialmente nos conselhos e comitês de bacia, tendo como premissas: as competências e os compromissos profissionais da categoria, as determinações da PNRH, o controle social democrático determinado pela Constituição de 1988 e o agravamento da pobreza devido aos problemas ambientais." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/artic/e/view/13403/11732
	ALCANTARA, Gisele Oliveira de. O Serviço Social e as questões socioambientais : o meio ambiente como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais. 2017. 269f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	Tese/2017	"(...) objetivamos captar as correlações existentes entre capitalismo e meio ambiente e as perspectivas de atuação dos assistentes sociais no campo socioambiental, bem como compreender a interrelação entre capitalismo e meio ambiente, a partir da análise das transformações atuais no capitalismo mundial e suas particularidades no Brasil, avaliando a atuação do Serviço Social no campo socioambiental." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5046327
	MOREIRA, Inês da Silva. Serviço Social e meio ambiente : a contribuição do Assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. 2013. 167f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2013.	Tese/2013	"A problematização do projeto de pesquisa foi saber se: O Assistente Social está contribuindo, de modo diferenciado e positivo, nas ações socioeducativas para a recuperação e preservação ambiental no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Abastecimento de Água no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na cidade de Sumaré/SP? Nessa perspectiva levantaram-se os objetivos da pesquisa: O objetivo geral é “examinar a contribuição do Assistente Social no Projeto de Trabalho Técnico Social em Abastecimento de Água dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) executada pela Sociedade Humana Despertar Projeto Semear II na cidade de Sumaré/SP”. (p. 27)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=188024

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Trabalho da/o Assistente Social com a Questão Socioambiental	REZENDE, Priscilla Nunes. Serviço Social e saúde ambiental : desafios e possibilidades de atuação no centro da cidade de São Paulo. 2016 110f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.	Dissertação/ 2016	"A proposta desta dissertação, embasada em uma perspectiva crítica, teve por finalidade desvelar a relação entre o Serviço Social e a saúde ambiental em face da questão urbana. Compreendeu este espaço de atuação profissional a partir de análise do contexto que deu origem à inserção do Serviço Social na Vigilância em Saúde Ambiental na cidade de São Paulo e buscou identificar demandas institucionais no espaço sócio-ocupacional da saúde ambiental. Sistematizou as concepções sobre saúde ambiental para análise sobre vigilância em saúde ambiental como espaço ocupacional do/a assistente social e caracterizou as situações sociais que demandam a intervenção profissional." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3687159
	ANITELLI, Andrea Aparecida da Silva. Serviço Social e educação ambiental : um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.	Dissertação/ 2017	"(...) Diante disto, esta dissertação, que teve por principal objetivo analisar a atuação da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP, buscando compreender a intervenção do Terceiro Setor nas ações de Educação Ambiental, sob a ótica do assistente social, inicia a discussão com reflexões acerca das ações antrópicas, fruto do sistema capitalista, que espolia a natureza e o próprio homem, discorre uma perspectiva histórica dos movimentos ambientalistas existentes desde a década de 1960, e de que forma estes foram fundamentais para a construção da Educação Ambiental, a qual possui diversas vertentes e, em sua perspectiva crítica, tem sido a maneira mais adequada de se trabalhar." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5249723
Trabalho da/o Assistente Social com a Questão Socioambiental	DIAS, Mara Regina. A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) . 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012.	Dissertação/ 2012	"Desta forma abordamos na dissertação a pertinência e necessária atuação dos profissionais de Serviço Social no espaço criado pelo Governo Federal, e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, através dos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS), onde paralelo as obras físicas dos programas de desenvolvimento urbano, contam com a prestação de serviços dos assistentes sociais, que em suas atividades trabalham diversas ações como: mobilização e organização comunitária, por meio de processo educativo trabalham temas de educação ambiental e sanitária, e de geração de trabalho e renda. Enfocaremos as experiências dos trabalhos dos assistentes sociais realizados em cidades na região de Piracicaba/SP." (Trecho do Resumo)	https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98602

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
	SILVA, Antonio Inácio da. O trabalho do assistente social e a questão socioambiental: dimensão educativa em perspectiva. 2018. 140f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2018.	Dissertação/ 2018	"Diante dessa crise socioambiental que atinge a toda sociedade, a presente pesquisa tem o interesse em conhecer o trabalho de assistentes sociais que desempenham ações de caráter socioambiental, sobretudo no que estes têm contribuído junto a esta questão" (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6543168
	OLIVEIRA, Tatiane Ropck Felix Mendes de. Serviço Social e questão ambiental: desafios para a formação profissional na contemporaneidade. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.	Dissertação/ 2012	Não disponível.	https://ri.ufmt.br/handle/1/1491

TRABALHO COM RECICLADORES / RESÍDUOS SÓLIDOS				
	Referência	Tipo	Objeto/Objetivo Geral	Link
Trabalho com Recicladores/ Catadores	STERCHILEL, Shirla Patrícia Weber. O espaço da cooperativa "Amigos do Meio Ambiente": cooperativa de trabalho ou cooperfraude? Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 106, p. 314-334, abr./jun. 2011.	Artigo Serviço Social e Sociedade/2011	"O presente artigo é resultado de pesquisa acadêmica que tem como objeto de estudo-pesquisa "A forma de existir e de ser da Cooperativa dos Agentes Ambientais de Santa Helena 'Amigos do Meio Ambiente' e sua imbricação na Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos do município de Santa Helena-PR". Verificando o cotidiano profissional, o descontentamento de trabalhadores catadores de matérias recicláveis, o incentivo do gestor municipal para a instalação da usina e a formação da cooperativa, aliado aos postulados do capitalismo, em sua fase tardia, propusemos desconstruir e reconstruir o movimento do objeto em questão a partir da pesquisa teórica e empírica." (Trecho do Resumo)	https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200007
	LUCAS, Maria Williana Alves; PEREIRA, Evelyne Medeiros; SANTOS, Luana Paula Moreira. Questão ambiental e precarização do trabalho a partir da realidade do lixão de Iguatu – Ceará.	Artigo Temporalis/2017	"O artigo busca desvelar a questão ambiental como refração da questão social e suas interlocuções com os processos de precarização das condições de vida e trabalho dos (as) catadores (as) de materiais recicláveis do lixão de Iguatu/CE, de onde extraem as fontes de sobrevivência e tecem suas teias de sociabilidade." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1764
	COTRIM, Geiziane Silva; PERUZZO, Juliane Feix. Tecnologias limpas, impasses socioambientais e a luta organizada da categoria de catadores/as. Temporalis , Brasília, ano 21, n. 41, p. 397-414, jan./jun. 2021.	Artigo Temporalis/2021	"O artigo tem por finalidade refletir sobre o trabalho de catadores/as no circuito econômico dos resíduos recicláveis, atividade marcada pela exploração, informalidade, desproteção social e dominação dos que controlam o processo de industrialização, com ênfase nas resistências e suas lutas para garantia de direitos, e, sobretudo, nas denúncias sobre o uso das "tecnologias limpas"." (Trecho do Resumo)	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34793
	COSTA, Damares Ismael da. Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis : condições de acesso à Previdência Social. 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.	Dissertação/ 2017	"O estudo teve como objetivo geral analisar a sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis e acesso à previdência social no município de Manaus, a fim de fortalecer o debate e discussão já existente de inserção dos catadores de materiais recicláveis como segurado especial no âmbito da política de previdência social." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5094830
	ROSA, Barbara Oliveira. As vozes e as visões dos catadores de materiais recicláveis sobre o meio ambiente . 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2015.	Dissertação/ 2015	"O objetivo de nossa pesquisa é compreender como os cooperados, da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (COOPERFRAN) entendem o meio ambiente." (Trecho do Resumo)	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2736396

Destinação Inadequada de Resíduos Sólidos	<p>CARVALHO, Maria Izabel de. A favela da Rocinha e a destinação inadequada de lixo: entendendo os meandros da questão. 2016. 165f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.</p>	Dissertação/ 2016	<p>"O presente estudo trata sobre a problemática da destinação inadequada de lixo na favela da Rocinha e suas implicações no contexto socioambiental, e para embasá-lo, utilizou-se a pesquisa de cunho qualitativo onde através de entrevista semiestruturada foi possível realizar a escuta de diversos sujeitos envolvidos no processo, tanto do poder público, de estabelecimentos comerciais, como com os moradores dos sub-bairros existentes na favela, objetivando compreender como veem esta problemática e os possíveis encaminhamentos para melhor gestão do processo a luz da Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos." (Resumo na íntegra)</p>	<p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4578086</p>
	<p>SILVA, João Batista Pereira da. A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres. 2016. 149f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.</p>	Dissertação/ 2016	<p>"Este trabalho tem como objetivo central compreender qual é a importância da mobilização comunitária ocorrida no Morro dos Prazeres no enfrentamento da questão do lixo em favela. Para tanto nosso estudo buscou caracterizar qualitativamente os aspectos relevantes que orientaram a prática que vem sendo implementada pelos moradores. Trata-se de um estudo de caso realizado no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, RJ, que em abril de 2010 sofreu um desastre natural e, desde então, enfrenta as pressões para remoção total de seus habitantes e a ausência efetiva de ações preventivas das autoridades governamentais, por estarem em reconhecida área de risco, tendo o lixo sido arrolado como fomentador dos desastres." (Trecho do Resumo)</p>	<p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4579414</p>

APÊNDICE B - TABELA DE DESPESAS AUTORIZADAS E EXECUTADAS POR UO (2012-2021)

Tabela 04: Despesas Autorizadas e Executadas por UO (2012-2021)

Unidade Orçamentária		MMA (Adm Direta)	IBAMA	JBRJ	ICMBIO	FNMA	FNMC	SFB	ANA	TOTAL GERAL
2012	D. Autorizada	1.553,78	1.189,74	54,13	523,77	10,47	29,71	46,72	365,65	3.773,96
	D. Executada	301,23	1.118,56	52,61	475,32	7,28	28,98	31,99	321,84	2.337,80
	Diferença	1.252,55	71,18	1,52	48,45	3,19	0,73	14,73	43,81	1.436,16
2013	D. Autorizada	2.287,45	1.262,37	59,9	527,93	14,62	28,8	59,03	401,65	4.641,74
	D. Executada	384,69	1.199,25	58,04	510,97	2,37	14,58	31,81	361,31	2.563,02
	Diferença	1.902,76	63,12	1,86	16,96	12,25	14,22	27,22	40,34	2.078,72
2014	D. Autorizada	602,74	1.339,34	64,92	772,92	15,45	30	76,56	395,54	3.297,47
	D. Executada	276,9	1.255,19	59,27	523,83	4,21	3,36	33,35	260,94	2.417,06
	Diferença	325,84	84,15	5,65	249,09	11,24	26,64	43,21	134,6	880,41
2015	D. Autorizada	569,42	1.351,68	64,82	617,88	36,37	40	103,84	445,52	3.229,53
	D. Executada	286,2	1.310,10	61,5	542,5	1	4,1	36,4	294,5	2.536,30

	Diferença	283,22	41,58	3,32	75,38	35,37	35,9	67,44	151,02	693,23
2016	D. Autorizada	357,44	1.447,93	65,67	576,26	79,96	17,61	101,1	419,74	3.065,70
	D. Executada	267,2	1.420,90	69,3	609,4	3,5	7,3	60,4	401,4	2.839,40
	Diferença	90,24	27,03	-3,63	-33,14	76,46	10,31	40,7	18,34	226,30
2017	D. Autorizada	505	1.504,00	69,8	1.261,80	24,5	14,2	93,6	471,3	3.944,10
	D. Executada	247,7	1.391,30	69,1	923,5	1,4	3,7	50	327	3.013,70
	Diferença	257,3	112,70	0,7	338,30	23,1	10,5	43,6	144,3	930,40
2018	D. Autorizada	447,1	1.639,50	78,4	695,5	23,7	17,6	123,9	419	3.444,70
	D. Executada	229,09	1.493,29	73,64	674,76	3,86	6,48	61,8	369,81	2.912,74
	Diferença	218,01	146,21	4,76	20,74	19,84	11,12	62,1	49,19	531,96
2019	D. Autorizada	525,39	1.734,38	78,21	891,83	51,79	8,3	-	-	3.289,90
	D. Executada	198,5	1.724,10	74,4	883,8	4,3	0,7	-	-	2.885,80
	Diferença	326,89	10,28	3,81	8,03	47,49	7,6	-	-	404,10
2020	D. Autorizada	339	1.787,40	77,2	719,6	33,6	6,3	-	-	2.963,20

